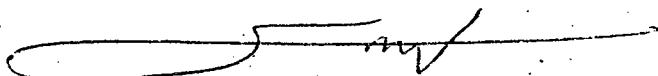


Os Militares e o Golpe de 1937:

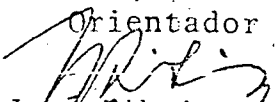
A Estratégia do Poder.

Por - ELIAS MANOEL DA SILVA

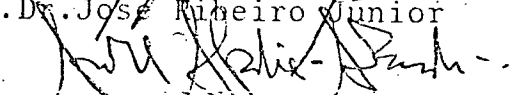
Esta dissertação foi aprovada na forma original pela Banca Examinadora.



Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa
Orientador



Prof. Dr. José Ribeiro Júnior



Prof. Dr. Anibal Abadie-Aicardi

Florianópolis

1991

ELIAS MANOEL DA SILVA

OS MILITARES E O GOLPE DE 1937 :
A ESTRATÉGIA DO PODER .

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da UFSC, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE em História.

Florianópolis

1991

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado tem por objetivo apresentar uma reinterpretação histórica do processo político da recente história contemporânea brasileira, que culminou com a instalação do regime autoritário do Estado Novo em 1937.

Tendo o Exército como objeto central de análise, no período compreendido entre o golpe da República e o golpe do Estado Novo, este estudo visou uma abordagem estrutural desta instituição militar para defender a tese de que o regime imposto ao Brasil em 1937, foi de responsabilidade das cúpulas militares apoiadas por Getúlio Vargas, em contraposição às teses que afirmam o oposto.

Enfatizando as mudanças de comportamento nas instituições militares, principalmente no período pós-Constituição de 1934, buscou-se refletir o porquê da disposição do Exército em instalar um regime autoritário no país, sem exercer o poder diretamente, mas beneficiando-se diretamente do mesmo.

O foco voltado para o Exército permite compreender em que medida fatores internos e subjacentes às instituições militares, caracterizadas por clivagens e contradições desde o golpe da República, permitiu a criação de uma unidade militar com vistas ao golpe de 1937, onde estas se apresentam "hegemonicamente".

ABSTRACT

The present study aim to present a historical reinterpretation of the political process of recent Brazilian contemporary history, which culminated in the establishment of the authoritarian regime of the New State in 1937.

Having the Army as its central focus of analysis, from the Republican coup d'etat in 1889 to the New State coup d'etat in 1937, this research attempted a structural approach to the military institutions in order to defend the thesis that the military high commanders supported by Getulio Vargas should be held accountable for the regime imposed in Brazil in 1937, in contrast to the theses that state the opposite.

Emphasizing the changes of behavior in the military institutions, mainly in the period which followed the 1934 Constitution, the aim was to reach an understanding of the reasons that made the Army establish an authoritarian regime in the country, without directly exerting power, but directly taking advantage of it.

The focus directed to the Army points out the extent to which internal and underlying factors related to the military institution, characterized by cleavages and contradictions since the Republican coup d'etat, allowed the establishment of a military unit directed to the 1937 coup d'etat, in which the Army presented themselves "hegemonically".

SUMÁRIO

Introdução.....	3
Capítulo I - Os Militares na Política, de 1891 a 1934.....	9
Capítulo II- Os Militares, A Constituinte e a Constituição de 1934.....	44
Capítulo III- Em busca da unidade militar.....	73
Capítulo IV - Unidade militar: A Estratégia do Poder.....	111
Conclusão.....	141
Anexos.....	148
Arquivos e Fontes consultadas.....	167
Referencias Bibliográficas.....	169
Índice Onomástico.....	173

INTRODUÇÃO

O estudo do Estado Novo vem há muitos anos, suscitando entre historiadores brasileiros e "brasilianists" uma apreensão constante na análise e descrição do processo que o gerou. Em caráter quase unânime estes historiadores se voltam a análise deste regime político ditatorial a partir do estudo dos personagens que se notabilizaram com o mesmo.

Assim, comumente encontramos teses que direcionam a implantação deste regime no país a partir de análises centradas no indivíduo e nas ações individuais, que analisam este regime como uma afeição de Getúlio Vargas pelos estados autoritários europeus, como o fascismo e o nazismo¹. Outros situam a questão, como o resultado inevitável da polarização política entre a direita (AIB) e a esquerda (ANL e PCB)², e há ainda aqueles que vinculam a instalação do Estado Novo à uma aliança entre Getúlio Vargas e as Forças Armadas, com estas apoiando os planos ditatoriais daquele³.

Neste emaranhado de pontos de partida para a explicação do golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, encontra-se como ponto comum as conclusões destes estudos. Estes indistintamente afirmam que o Estado Novo foi o resultado da perspicácia de Getúlio Vargas de conciliar extremos, cooptar os opositores e se apoiar nas Forças Armadas.

Estes estudos além de centrarem-se no político e nas ações individuais, se caracterizam pela politização de quaisquer instituições, inclusive as militares. Em decorrência desta politização paisanizam as instituições militares, retirando-lhes a marca de instituição castrense e repressiva que esta sempre representou.

1-Cf. ALEXANDER, Robert J. - "Os tenentes depois da revolução de 30". in Os Militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 e COSTA, João Cruz-Pequena História da República. São Paulo, CNPq/Brasiliense, 1989.

2-Cf. LEVINE, Robert M. - O Regime de Vargas, 1934-1938: Os anos críticos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980

3-Cf. SKIDMORE, Thomas E. - Brasil: De Getúlio a Castelo, 1930-1964. Rio de Janeiro, Saga, 1969

Por outro lado o que caracteriza estes estudos neste ponto, tal como os encontramos, é a fluidez dos dados que os compõem e a mudança contínua deles uns em relação aos outros. Esta fluidez de dados fazem com que estes estudos se aproximem na multiplicidade do particular sem que alcancem as generalizações que estes dados permitem, que são possíveis e sempre existem.

Como nos mostra a historiografia atinente ao Estado Novo, as vinculações entre o Exército e o quadro político da década de 30 são sempre tratadas em função de uma dualidade entre exército e classes médias, ou o exército como um poder moderador nas questões políticas. Verifica-se assim que há uma equiparação entre o estudo do Exército com o estudo do Tenentismo (para o qual foram formuladas estas análises) explicando-se um pelo outro e vice-versa.

As análises que se fazem do Exército, como um aparelho do Estado, mas sem um enfoque nas mudanças de comportamento decorrentes de injunções externas ao mesmo, apontam para uma minimização do papel dos militares no golpe de 1937. Assim esta instituição recebe o tratamento de agente participante no desfecho do golpe, desviando-se entretanto das peculiaridades da mesma. Tais análises apontam por outros viéses o papel do Exército no golpe para centralizarem-se em Getúlio Vargas como o principal agente do mesmo, é o que verifica-se em Skidmore;

"O golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo de Vargas, de permanecer no cargo além do prazo legal, que deveria expirar-se em 1938." ⁴ ou em Alexander;

"Vargas executou um golpe de estado com o apoio das Forças Armadas e substituiu a Constituição de 1934 por uma outra, moldado nos estados fascistas corporativos da Europa..." ⁵ e também em Levine;

"Vargas dominou com maestria as ameaças dos extremismos políticos e varreu do mapa as aspirações dos sobreviventes da ordem política anterior a 1930." ⁶

4-SKIDMORE, Thomas E. op.cit., p 50

5-ALEXANDER, Robert J. op.cit., p 164

6-LEVINE, Robert M. op.cit., p 282

Da fluidez dos dados e da multiplicidade do particular, estes autores apontam para conclusões comuns embora partindo de pontos distintos em suas análises. Este trabalho, em decorrência da proliferação de enfoques dados a implantação do Estado Novo, pretendeu a partir de uma análise das clivagens internas no Exército, compreender em que medida estes apoiaram Getúlio Vargas no golpe de 1937 ou se Vargas foi quem apoiou um golpe articulado pelos militares? Também pretendeu-se neste trabalho uma análise da "hegemonia militar" na implantação do Estado Novo.

Buscou-se a partir do foco voltado para o Exército, fazer uma análise dos padrões de idéias e comportamentos que emergiram nesta instituição, do golpe da República ao golpe do Estado Novo. No período compreendido entre 1889 e 1937 este estudo foi centralizado entre as Constituições de 1934 e 1937, com o objetivo de refletir o porquê das clivagens internas no Exército se tornarem tão frequentes no período, sua evolução e de como estas eram tratadas pelas cúpulas militares.

O objetivo central e específico deste estudo foi analisar os aspectos históricos do golpe de 1937 para desvencilhar-se das análises que apontam este acontecimento como decorrente da vontade de um homem, como afirmava Marx;

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado."⁷

pois compreendemos que as análises centradas no político e nas ações individuais sofrem limitações que geram apreensão e tornam necessárias reanálises da recente história contemporânea brasileira, ou como afirmava Florestan Fernandes ao se referir a estes modelos de análise;

"...elas imputam a uma personagem histórica feitos que não decorreram, aparentemente da ação pessoal, parecendo antes o produto de um conjunto de circunstâncias e processos histórico-sociais, em que tal personagem se

viu extensa e profundamente envolvida."⁸

Neste aspecto buscou-se através de um esquema conceitual histórico-estrutural ⁹uma análise que pretendeu mostrar que o advento da ditadura estadonovista não pode ser visto como um fato isolado, produzido pela vontade de um indivíduo ou de uma conjuntura política determinada. A participação do Exército no golpe de 1937 foi analisada através do estabelecimento de uma relação da conjuntura política do momento com as articulações históricas desta instituição no decorrer do tempo.

Assim, sob o ponto de vista metodológico este trabalho ocupou-se de relacionar o Exército com os demais segmentos políticos da sociedade, na medida em que os dados colhidos permitiram esta conexão, sem contudo deixar de apontar concretamente para as mudanças de comportamento no e do Exército em sua singularidade institucional.

A metodologia decorrente do quadro teórico pré-estabelecido, respeitando-se possíveis variações, determinou que as forças que interagiram nos acontecimentos fossem analisadas a partir de sua posição nestes, para posteriormente integra-las nas estruturas de que são partes integrantes. Tal método permitiu que se estabelecesse um equilíbrio analítico entre os aspectos militares e os aspectos políticos que alteraram o comportamento do Exército no período analisado.¹⁰

Concentrando-se na proposição de que progredindo da estrutura analisada para uma relação desta com o sistema global torna o enfoque mais transparente, este trabalho buscou enfatizar as seguintes hipóteses; 1º) As cúpulas militares transformaram situações militares em políticas e políticas em militares objetivando uma intervenção legal na política; 2º) A instauração do Estado Novo com um Estado forte e centralizado pelas cúpulas militares visou o desenvolvimento material e humano das Forças Armadas; 3º) As clivagens internas no

8-FERNANDES, Florestan - "Resenha do livro-Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques." In: Revista Brasileira de Estudos Politicos, nº 7, novembro de 1959, pp 143-145.

9-Cf. BRAUDEL, Fernand - Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1978 - La Historia y Las Ciencias Sociales. Madrid Alianza Editorial S A 1986.

10-Embora a análise seja feita a partir do Exército estabelecemos uma relação entre este e as instituições políticas civis para averiguarmos até que ponto as dissenções políticas afetavam o comportamento dos militares.

Exército motivaram as cúpulas militares a intervirem no regime político vigente, logo o golpe de 1937 não foi apenas apoiado pelos militares, mas articulado por estes em função de seus interesses.

Em decorrência da metodologia utilizada o trabalho foi dividido em quatro capítulos assim estruturados; O capítulo I-"Os militares na política, de 1891 a 1934" ocupou-se de fazer um retrospecto das intervenções militares na política e da gênese das clivagens internas no Exército da Constituição de 1891 à Constituinte de 1934. Neste capítulo as concepções militares e civis do papel do Exército no Estado são analisadas em decorrência das crises internas nesta instituição.

No capítulo II-"Os militares, a Constituinte e a Constituição de 1934", o foco é voltado para o envolvimento direto dos militares nas questões políticas através da Assembleia Constituinte, a expansão das clivagens a todos os escalões hierárquicos e o reflexo destas no processo de reconstitucionalização do país.

O capítulo III-"Em busca da unidade militar" é direcionado à análise da política de cooptação dos militares pelos políticos civis desde o golpe da República, e suas características no período. Os reflexos da polarização política entre a direita e a esquerda são abordadas neste capítulo para situar-se os levantes militares de 1935 e os mecanismos legais utilizados pelas cúpulas militares para criarem uma unidade militar na instituição.

O capítulo IV é totalmente voltado para a análise das articulações militares com vistas à modernização e aparelhamento da instituição através de intervenção direta na política. Neste capítulo intitulado "Unidade militar: A Estratégia do poder" o enfoque se dá na mudança de comportamento das cúpulas militares e na estratégia de poder desenvolvida por estas para modernizarem a instituição ao mesmo tempo que eliminassem os partidos políticos, para imporem a disciplina nos quartéis.

As clivagens internas nas instituições militares ao se intensificarem e atingirem todos os escalões hierarquicos de 1934 a 1937, tornaram-se peças fundamentais para a elaboração de uma política militar, cujo fim seria a instalação de um regime autoritário no país. Assim, este trabalho buscou ser uma resposta às interpretações centradas no político e nas ações individuais. Sem partir do marco zero e sem pretender uma análise concisa da historiografia do período, o objetivo deste estudo foi apontar para uma perspectiva de análise distinta das comumente encontradas.

O objetivo deste estudo ao se ocupar de apontar para a viabilidade de se analisar uma estrutura não como justaposição de elementos singulares, mas a partir de uma sistemática cujos elementos definem sua pertinencia pelo condicionamento mútuo, mostrou ser possível alcançar novas generalizações sem se ater apenas aos dados que caracterizam determinados estudos.

CAPÍTULO I

Apesar da importante participação nos acontecimentos que marcaram a evolução política do Brasil, as Forças Armadas só passaram a influir com mais tenacidade nas questões políticas a partir de 1870 com o fim da Guerra do Paraguai e principalmente após a Proclamação da República em 1889.

A República que foi uma conspiração militar bem sucedida, será neste estudo o ponto de partida para a análise das clivagens ocorridas no seio das corporações militares após o golpe que instaurou a mesma.

O Exército que tomou uma ação decisiva para a derrubada da monarquia e instalação da República não era, entretanto, defensor das idéias republicanas. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca que proclamou a República só foi envolvido na conspiração momentos antes do desfecho do golpe, hesitando mesmo, entre a derrubada do regime e a derrubada só do Gabinete do Visconde de Ouro Preto.

A solidariedade militar que garantiu o golpe adveio principalmente dos jovens oficiais que se aglutinavam em torno das idéias positivistas de Benjamin Constant. Estes oficiais que se julgavam discriminados pela monarquia que priorizava a Marinha, consideravam o monarca incapaz de organizar um Exército profissional que segundo os mesmos era condição básica para a manutenção do centralismo daquele regime.¹

O acúmulo de ressentimentos da jovem oficialidade contra a monarquia teve uma importância vital para que estes embora não defendendo idéias republicanas se voltassem contra aquela. Deste modo, esta oficialidade não aceitou a manutenção do regime após a derrubada do

1-Cf. COELHO, Edmundo Campos-Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976, p. 67.

Gabinete pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Subindo ao poder os militares passaram a se ocupar de questões políticas e se transformaram em políticos. A observação de tal realidade se fez visível, clara e patente quando na Assembléia Constituinte ocuparam 25% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 22% no Senado.² Com uma bancada numerosa na Assembléia Constituinte os militares no entanto, não se comportavam como tal, era uma bancada heterogênea e profundamente dividida.

Os militares constituintes que escreveriam a primeira Constituição republicana dividiam-se na Assembléia, tendo de um lado a jovem oficialidade e de outro os militares mais velhos que desconfiavam dos efeitos da politização nos quartéis. Estas divisões que iniciam um longo processo de clivagens internas no Exército, eram identificadas como "deodoristas" e "anti-deodoristas". Os primeiros ameaçavam um novo golpe se Deodoro não fosse eleito Presidente da República e os demais apoiavam principalmente as propostas lideradas pela bancada paulista na Assembléia.³

As relações entre militares e civis no Congresso Constituinte eram relações de confronto.⁴ A bancada militar cuja força era comprometida pela ausência de um projeto comum se chocava com as bancadas voltadas para os princípios federalistas. Os militares fracionavam-se pelas ambições políticas de lideranças como Custódio de Melo, José Simeão, Eduardo Wandenkolk e Floriano Peixoto, que buscavam através da Constituinte galgarem postos políticos.

A partir desta problemática dissensão entre os militares na Assembléia Constituinte os mesmos perderam a unidade corporativa que os caracterizaram no golpe da

2-Ver COSTA, Vilma Peres. "Os militares e a primeira Constituição da República". In. A Tutela Militar. São Paulo, Vértice, 1987, p. 43.

3-Cf. BELLO, José Maria. História da República. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, p. 113.

4-Idem. p. 114-115.

político. O golpe do Almirante Custódio de Melo que alijou o presidente do poder implicou na destituição de um militar para ascensão de outro. As intervenções militares denominadas "salvações" que ocorreram durante o governo de Hermes da Fonseca, buscavam em nome da "salvação da República" desalojar do poder os governos estaduais. Estas "salvações" que visavam colocar militares no poder nos estados, determinaram a demissão do Ministro da Guerra, General Mena Barreto, sob a acusação de "fomentar a guerra civil", colocando fim nas mesmas.

Com o fim das "salvações" e do governo Hermes o poder passou novamente a ser dividido entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Ausentes da política os militares passaram a assistir o revezamento de paulistas e mineiros no poder, sem contudo participarem de outras atividades como afirmava o general Estevão Leitão de Carvalho;

"...Íamos para o quartel como quem ia para um clube. Como o comandante só chegava no começo da tarde, toda a manhã ficava livre para o escasso trabalho administrativo reunindo os que iam terminando os afazeres do dia, no terraço do mirante, a encher o tempo..."⁶

Disponíveis e sem outras preocupações os militares voltavam-se para atividades não profissionais, o que fazia com que as discussões políticas polarizassem os interesses dos jovens tenentes e capitães. Devido a ostensiva participação de oficiais dos quadros superiores em cargos políticos oficiais do governo, os oficiais subalternos estendiam a estes a oposição que manifestavam em relação aos políticos civis. Havia uma ausência generalizada de espírito militar em relação à preparação profissional, como dizia o mesmo general;

"A ausência de espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha

6-Ver CARVALHO, Estevão Leitão-Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961, pp.34-35.

República. Após a promulgação da Constituição de 1891 com a eleição do Marechal Deodoro para a presidência, os militares passaram a partir de então a só serem procurados pelas oligarquias que se colocavam ao largo do poder, fora do front político decisivo e decisório.

Com o retorno dos militares aos quartéis estes permaneceram ausentes das questões políticas para só reaparecerem em contato direto com a política numa conjuntura mais complexa durante a década de 20. Não obstante, os militares no período que se segue à Constituição de 1891 participaram de movimentos fundamentais para a evolução política do Brasil. Durante a primeira república consideramos mais relevantes as seguintes intervenções;

- Em 1891 uma rebelião da Esquadra sob o comando do Almirante Custódio de Melo forçou o Marechal Deodoro a demitir-se da Presidência da República;

- Em 1893 a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul embora apoiada pelos militares da Marinha, foi debelada pelas tropas legalistas;

- Entre 1910 e 1912 as chamadas "salvações" (intervenções militares a nível estadual) mobilizaram as forças militares que visavam desalojar do poder os representantes das oligarquias agrárias tradicionais, porém fracassaram;

- A partir de 1922 um surto de levantes tenentistas marcaria toda a década, sobretudo a partir de 1924 quando abrem um período de "guerra civil larvar" que com a "Coluna Prestes" assumiu o caráter de guerra de guerrilhas;⁵

- Em 1930 um movimento empreendido por grupos de oligarcas dissidentes do esquema tradicional, apoiados militarmente por milícias estaduais, coloca um fim na política do "café com leite" que predominava até então.

Estas intervenções militares embora não atingindo os objetivos pré-estabelecidos, produziram muitas mudanças na política, mas não afetaram de modo significativo o sistema

5-Ver MORAES, João Quartim-"Alfred Stepan e o mito do poder moderador." in Revista Filosofia Política (2). Porto Alegre, L&PM Editores Ltda, 1976, p. 170.

... tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia nem para onde se virar, se para as ciências exatas, a literatura ou simplesmente assuntos recreativos do espírito."7

Ainda sobre o despreparo do Exército, Pandiá Calógeras (único civil que ocupou o Ministério da Guerra) escrevia;

"As promoções ao generalato raramente foram felizes. Obedeceram a considerações políticas e pessoais, a relação de amizade muito mais que as conveniências de serviço... A instrução estava abandonada; predominava a ordem unida, tipo das que impressionam esteticamente e dão coesão à tropa, a de combate não existia; as unidades estavam desfalcadas ou mesmo, sem efetivos e sem verbas..."8

Nestas circunstâncias, o Exército longe do poder que havia alcançado com o golpe da República mostrava-se incapaz de desempenhar com eficiência a sua função constitucional menos questionável; a de defesa da ordem interna. Os constantes fracassos contra os sertanejos de Antonio Conselheiro (Canudos) era um atestado de que os militares estavam em condições bastante inferiores do que na Guerra do Paraguai e no golpe da República.

Em 1913 o editorial do número 1 da revista A Defesa Nacional, que viria a ser a mais influente publicação de assuntos militares nos anos seguintes, levantava discussões do papel do Exército no Estado e assim definia as responsabilidades da classe militar;

"O Exército precisa preparar-se para a sua função estabilizadora, e, de conservação dos elementos sociais em marcha. Deve estar preparado para corrigir as perturbações internas tão frequentes na vida tumultuada das sociedades em vias de formação."9

O envolvimento dos militares no golpe da República colocou estes em contato direto com a política e afastou-os

7-Ver CARVALHO, Estêvão Leitão. op.cit., p.32. Sobre o assunto também convém ler, MASCARENHAS, João Batista de Moraes-Memórias. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969.

8-Ver CALÓGERAS, Pandiá-Problemas de Administração. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, 2ª ed, p.96.

9-A Defesa Nacional. Vol. I(1), 1913. Editorial.

de suas funções nos quartéis. Estas alterações no cotidiano dos militares só foram amenizadas com a chegada dos primeiros elementos da Missão Francesa em 1918. Sob os auspícios da Missão Francesa a cúpula administrativa do Exército pretendia fazer desta instituição uma força modelar, defendendo a idéia de reorganização com base no fundamento da eficiência profissional e no distanciamento das questões políticas.¹⁰

A reorganização do Exército nestes moldes, agravaria a separação entre o projeto e a realidade. Ao mesmo tempo em que se procurava uma organização exemplar para os militares, estes se envolviam nos problemas políticos perturbando todo o esforço dispendido até o momento.

A partir de 1921 o quadro político da sucessão presidencial passou a se constituir num problema militar. A ostensiva participação de militares na luta sucessória gerou a necessidade não de reorganização mas de renovação das instituições militares no tocante ao seu papel no Estado.

O problema levantado pelas "cartas falsas" atribuídas a Artur Bernardes (candidato da situação) que fazia alusões aos militares e em especial ao Marechal Hermes da Fonseca foi um dos argumentos para que os tenentes em represália se levantassem em armas para protestar contra o fechamento do Clube Militar presidido pelo Marechal "ofendido".¹¹

As expressões de hostilidade e de menosprezo pela honra militar contidas nas cartas, ajustavam-se perfeitamente ao quadro das tensas relações entre Exército e Governo, tal como percebiam os oficiais. Com o desenrolar dos fatos ficou aberta com esta questão a entrada dos "tenentes" no cenário político, que segundo depoimentos de alguns destes feitos posteriormente, visava única e exclusivamente resgatar a honra militar ultrajada.

10-Sobre as influências da Missão Militar Francesa no Exército brasileiro ver, MAGALHÃES, J.B.-A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

11-Ver BARROS, João Alberto Lins-Memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953; BASBAUM, Leoncio-História Sincera da República (1889-1930). Rio de Janeiro, São José, 1948.

As manifestações militares de contestação destacaria um grupo que posteriormente denominados "tenentistas" assumiria posição frontal contra o governo. Como militares esses elementos manifestaram seu descontentamento diante do poder estabelecido recorrendo às armas. Formado principalmente por militares que tinham a patente de tenentes, estes se responsabilizaram por uma série de rebeliões que marcaram a política brasileira até meados da década de 30.¹²

A presença marcante de tenentes nos levantes militares na década de 20 pode ser entendida em parte, como o resultado da predominância numérica deste escalão no Exército.¹³ Embora falassem constantemente em nome do Exército, ou, das Forças Armadas os tenentes representavam apenas uma parcela desta e que apesar de sua superioridade numérica era pouco representativos em termos hierárquicos.¹⁴

Para se entender o "tenentismo" deve-se compreender o importante papel desempenhado pelo Exército na derrubada do regime monárquico. Os militares após o golpe da República passaram a se considerarem o sustentáculo do constitucionalismo intervindo várias vezes na política e tendo alguns deles ocupado a presidência da República. O impulso reformista destes escalões inferiores da hierarquia militar implicou num enfraquecimento hierárquico no Exército¹⁵, justificando as críticas a eles dirigidas pelos escalões mais elevados.

12-Para estudo mais aprofundado do tenentismo ver CARONE, Edgard- O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975; CORREA, Ana Maria Martinez- A Rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1976; FORJAZ, Maria Cecília Spina- "A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo". In , Revista de Administração de Empresas 23(2), abril-junho, 1983. pp 5-15 ; SANTA ROSA, Virginio- O Sentido do Tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932; SILVA, Hélio- O Ciclo de Vargas (1931 a 1935). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966 e TÁVORA, Juarez- "Evocação dos dois 5 de julho." In. 1922-1925. Rio de Janeiro, Editora Henrique Velho, 1944.

13-Cf. CARVALHO, José Murilo de- "As Forças Armadas na primeira República: O poder desestabilizador." In. O Brasil Republicano (2): Sociedade e Instituições, 1889-1930. São Paulo, Difel, 1977. pp. 205-206.

14-Ver TÁVORA, Juarez- Uma vida e muitas lutas: Memórias. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973. V(I).

15-Ver CORREA, Ana Maria Martinez- "O Tenentismo na década de 20." In. Anais de História. Assis- São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, 1976. V(8) pp 135-165.

A cúpula do Exército nas suas críticas aos movimentos tenentistas, afirmavam que estes não tinham qualquer vínculo com a instituição. Por este aspecto crítico das altas esferas militares a designação de tenentismo se revestiria de uma conotação mais abrangente, passando a designar a generalidade dos movimentos militares de caráter político ocorridos na década de 20.

A ansia de contestação dos tenentes partia do Exército, porém não se identificavam com quaisquer movimento de caráter militar. Esta geração de militares que refletia os angustiantes problemas da Primeira Guerra, evocava a necessidade de mudanças no poder político, porém não o reivindicavam para si. O primeiro levante dos tenentes em 1922 foi sómente militar. Este levante causou surpresa aos civis e também a muitos militares, mas tão desorganizado estava que foram registradas muitas deserções no seu desenrolar. O impacto deste levante no entanto, foi o suficiente para abalar as estruturas governamentais e fez com que o governo concluísse seu mandato sob "estado de sítio".

Em linhas gerais os tenentes apoiavam-se no seguinte: Os militares haviam instituído a República cuja formulação se efetuou através de uma Constituição com componentes democráticos, tinham portanto que defendê-la. Os tenentes tinham na República, tal como fora criada, um modelo ligado às qualidades de "integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e descortino político". Na opinião destes militares os políticos deturpavam o sentido destas proposições iniciais, sendo assim os responsáveis pelo "estado de degeneração" em que o país se encontrava em princípios da década de 20.¹⁶

Em seus manifestos e proclamações os tenentes atribuíam aos civis a má utilização do instrumental político administrativo criado pela República, pelas mãos

16-Cf. Manifesto de 10 de julho, publicado em O Estado de São Paulo de 10 de julho de 1924. pp 4-6.

bras partidárias e pela corrupção que afirmavam existir na máquina governamental!¹⁷

Considerando-se responsáveis pela criação da República, os militares sentiam-se no dever de defende-la¹⁸ da "degeneração"¹⁹. Julgando-se acima dos partidos políticos²⁰ e ao lado do povo²¹, procuravam uma solução que haveria de ser encontrada fora dos quadros habituais, uma solução através dos imperativos republicanos por via da força das armas e do povo.²²

O pensamento dos militares contestadores (tenentes) foi divulgado inicialmente de maneira restrita através de manifestos e proclamações que circulavam entre os simpatizantes da causa nos quartéis. Durante a ocupação de São Paulo esses manifestos foram publicados pela imprensa e distribuídos sob a forma de panfleto para toda a população.

As críticas levadas a efeito pelos tenentes consistia em mostrar à opinião pública a contradição existente no Estado. Segundo estes o Estado estava organizado nos moldes liberais, no entanto menosprezava a vontade coletiva, o que consideravam um "artificialismo" que não se adequava ao modelo idealizado para o regime republicano brasileiro.

17-"...já não são os partidos regulares que pleiteam as suas idéias no terreno constitucional. São os processos corruptos e hostis à liberdade e ao progresso, manipulado pelos governantes que prevalecem..." In. Processo da Revolução de 1924, V(2) p.285. ATJESP.

18-"Quando se proclamou a República, o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição, e, por consequência assumiu perante o povo implicitamente sob a sua honra de cidadãos e militares, o compromisso de faze-la cumprir." Manifesto de 10 de julho, ATJESP.

19-A denúncia de degeneração do país aparece em vários manifestos no de 17 de julho afirma "Estabelecido o novo sistema muitos se não fizeram esperar os erros, as imprevidências governamentais que criaram a situação deplorável a que chegamos, a obliteração dos caracteres políticos e a descrença popular pelos benefícios do regime adotado em 1889" In. O Estado de São Paulo, 17 de julho de 1924, p.2

20-"...não estamos ligados a nenhum partido ou político militante nem a qualquer interesse subalterno..." In. Processo da Revolução, 1924, V(2) p.285. ATJESP.

21-"Nada pretendem os revolucionários para si, senão indicar ao povo o caminho a seguir..." Manifesto de 17 de Julho. ATJESP.

22-Cf. Processo da Revolução de 1924, V(2) p.280. ATJESP;

A preocupação com o nacionalismo e com a centralização do poder, aliada a atitudes de severidade no combate à corrupção²³ muitas vezes elitista²⁴, no discurso dos tenentes, criava uma noção de Estado autoritário. Nas entrelinhas dos manifestos e proclamações é perceptível esta noção²⁵, que aparece claramente expressa nos planos de governo de alguns revolucionários como o capitão Faria e Silva que afirmava;

"...é preciso que uma elite corajosa se decida a governar a Nação de acordo com os ensinamentos da sã política, aliás inexistente num país de analfabetos, onde até os que aprendemos ler, treslemos."²⁶

O fracasso da rebelião de 1922 no Rio de Janeiro, provocou nos tenentes uma nova disposição para retomarem uma ação de prosseguimento ao movimento que a precipitação fizera abortar. O movimento que eclodiu em 1924 em São Paulo não foi portanto uma ação isolada e sim um redimensionamento dos anseios dos tenentes, abafados dois anos antes.

Os tenentes que se levantaram em armas em 1924 em São Paulo esperavam contar com a adesão da classe operária no desenvolver da ação. Os embates com as forças legalistas entretanto, obrigaram os mesmos a se refugiarem no interior daquele estado. Sem contar com a adesão que previam estes formaram a Coluna Paulista, para prosseguirem na luta.

O levante militar que teve início em outubro no Rio Grande do Sul, comandado pelo capitão Luis Carlos Prestes também encontrou dificuldades perante as tropas legalistas. Em vista das dificuldades encontradas pelos revolucionários do Sul em conseguirem algum avanço houve por bem unir-se à Coluna Paulista para buscarem avanços mais significativos.

Após encontro entre os comandantes dos grupos rebeldes

23-Cf. TÁVORA, Juarez-À guiza do depoimento sobre a revolução brasileira. São Paulo, O Combate, 1927. V(III)p. 325.

24-Juarez Távora afirmava que "os mandatários do poder deveriam ser guiados por uma mentalidade superior, ausente na população em geral..." op. cit., p. 228.

25-Manifestos transcritos no Processo da Revolução de 1924. ATJESP.

26-Carta do Capitão Faria e Silva a Isidoro Dias, Rio de Janeiro, 13 de março de 1924. Processo da Revolução de 1924. V(11)p. 15. ATJESP.

realizado em Iguaçu, onde estava estacionada a Coluna Paulista foi efetivada a união entre os rebeldes de São Paulo e do Rio Grande do Sul, formando a "Coluna Prestes".²⁷ Segundo Prestes esta união se fazia necessária para alcançarem seus objetivos como escrevia o mesmo;

"Se a divisão de São Paulo igualmente movimentar-se e marcharmos em ligação estratégica e talvez em algumas circunstâncias, mesmo tática, impossível será ao governo obstar a nossa marcha."²⁸

O inconformismo dos jovens militares em armas que irrompeu em 1922 tinha o aspecto vago da contestação. A "Coluna Prestes" devido a sua mobilidade e falta de contato com os meios urbanos não tinha sequer uma formulação programática que se assemelhasse aos manifestos dos tenentes. Apesar de terem realizado uma grande marcha pelo interior do país os revolucionários da coluna ficaram impossibilitados de transformarem a sua luta em movimento nacional. A falta de uma definição programática e de propaganda tornou estes revolucionários hostilizados em muitos pontos onde passaram e foram assim forçados a avançarem rumo a Bolívia onde se exilaram.

O tenentismo simbolizou a chegada de uma nova geração no cenário político nacional. Esta geração que embora não estivesse amadurecida nos levantes revolucionários trouxe pleno espírito crítico para as discussões políticas. Tomando o lugar dos militares mais velhos que instalaram a República em 1889, os tenentes como insubordinados militares ocuparam um espaço na política distanciando-se dos regulamentos do Exército que lhes castravam deste direito.

As insurreições tenentistas que iniciaram em 1922 no Rio de Janeiro e se repetiram em São Paulo e no Rio Grande do Sul com mais desenvoltura em 1924 foi seguida por levantes no Mato Grosso, Amazonas, Pará e Sergipe em menores

27-Sobre a Coluna Prestes ver AMADO, Jorge Vida de Luis Carlos Prestes. Buenos Aires, Claridad, 1942; BASTOS, Abguar Prestes e a Revolução Social Rio de Janeiro, Calvino, 1946; DIAS, Ferreira S. A Marcha da Coluna Prestes. Pelotas, Globo, 1928 e CARONE, Edgard. op. cit.

28-Carta de Prestes a Isidoro Dias. citada por LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes: Marchas e Combates. São Paulo, Brasiliense, 1945. p 111.

proporções. Porém, os propósitos mantidos pelos revolucionários não foram compreendidos ou não tiveram influência sobre a opinião pública, principalmente a rural que hostilizando a coluna em muitos momentos conduzia esta rumo as tropas legalistas.

A medida que o Exército ganhou os louvores da Proclamação da República com substancial aumento de participação de seus membros no poder político ele passou a se tornar um corpo extremamente dividido. Este aspecto é de fundamental importância para compreendermos sua evolução posterior. Os militares divididos tornaram-se alvo fácil para seu uso político pelas elites civis. Para que houvesse um fortalecimento do Exército era necessário que se colocasse um fim nos movimentos intervencionistas que isolados destruíam a hierarquia, mola mestra das instituições militares.²⁹

A fase da política na instituição militar para a política da instituição militar a partir dos movimentos contestatórios tenentistas, já esboçados no início da República concede ao Exército aquilo que José Murilo de Carvalho, analisando com muita propriedade o período, viria a chamar de "o poder desestabilizador na primeira República".³⁰

A criação do Conselho de Segurança Nacional a nível governamental, iniciou uma relação entre os militares e os grupos economicamente ativos, numa relação de união em defesa de interesses comuns. Desde o golpe da República já havia no interior das Forças Armadas um interesse crescente na instalação de um parque industrial nacional, que fosse capaz de garantir o desenvolvimento militar para a defesa interna e externa.³¹ O objetivo do Exército na criação deste Conselho gerou importantes consequências na natureza de sua atuação política.

29-Cf. COELHO, Edmundo Campos. op. cit., pp. 46-49.

30-CARVALHO, José Murilo de. op. cit.

31-Cf. CARVALHO, Estevão Leitão. op. cit.

A criação do Conselho de Segurança Nacional gerou por força das ambiguidades entre os grupos envolvidos um forte impacto nos valores políticos da sociedade civil e no papel político das instituições militares. O período que se segue à criação deste Conselho, sobre o qual inexiste uma análise mais específica além da de Leitão de Carvalho, mentor do mesmo³², é de quase ausência de militares na política.

O envolvimento de militares na política presente desde o golpe da República, tem no período 1927-1929 uma amenização. Não obstante, este envolvimento recrudesce de forma crucial na sucessão do presidente Washington Luiz em 1929-30, onde os militares tiveram papel de grande relevo na precipitação dos acontecimentos que resultaram na deposição deste governo.

A crise econômica de 1929 deu considerável impulso ao desenvolvimento político de tudo o que os tenentes denunciavam na década de 20; crise política, corrupção eleitoral, crise financeira e privilégios aos setores cafeeiros de São Paulo. Tais acontecimentos acompanhados de divergências entre as oligarquias que dividiam o poder, seriam os elementos chaves para uma dissidência política de maior envergadura.

A formação da Aliança Liberal como resultado das dissidências oligárquicas em oposição à candidatura situacionista, aglutinou gaúchos e mineiros em torno do nome de Getúlio Vargas. A candidatura de um gaúcho a presidência mobilizou os partidos políticos do Rio Grande do Sul numa aliança heterogênea que visava ocupar um espaço político que perseguiram desde a instalação da República, mesmo que isto ocorresse através de uma aliança difusa e ambígua.³³

32-Ver CARVALHO, Estevão Leitão op.cit.

33-Para se entender com mais profundidade os aspectos que marcaram a formação da Aliança Liberal e os desdobramentos desta, ver CARONE, Edgar-A Primeira República (texto e contexto). São Paulo, Difel, 1970; DE DECCA, Edgar-O Silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1985; SKIDMORE, Thomas-Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Saga, 1969; FAUSTO, Bóris-A Revolução de 30: História e Historiografia. São Paulo, Brasiliense, 1978 e BASBAUM, Leoncio op.cit.

A campanha política como ocorrera até então foi marcada por grande participação dos coronéis (grandes proprietários de terra que controlavam os votos de sua região)³⁴ e pelas mais diversas formas de fraude. Estas práticas comumente utilizadas nas eleições brasileiras proporcionaram a vitória do candidato da situação. Em vista deste resultado alguns segmentos da Aliança Liberal planejaram a tomada do poder através das armas, muito embora o próprio Getúlio Vargas e seu candidato a vice fossem contrários à solução armada.

Havia muita disparidade entre os que pregavam o argumento da força e os que pregavam os argumentos políticos. Os elementos mais recuados que temiam uma solução militar começaram, entretanto, a verificar a impossibilidade de outra saída. As simpatias militares (mesmo nos segmentos que resistiam à influência do tenentismo) pelo candidato derrotado fazia com que estes se voltassem cada vez mais para uma solução em armas.

O prestígio dos tenentes revolucionários que crescia a passos largos se avolumava à medida em que o governo reprimia seus opositores por meios violentos. Dentro de um quadro político em que a solução armada se apresentava como meio de se chegar ao poder, os membros da Aliança Liberal buscaram atrair para este intento alguns dos mais destacados tenentes dos movimentos dos anos 20.

Uma aliança entre políticos tradicionais e militares tinha de ser evidentemente uma aliança para o poder. Os tenentes que se incorporaram a este movimento, juntamente com antigos legalistas que os combatiam, formaram uma aliança onde a heterogeneidade era a principal característica. Tal afirmativa se torna clara quando verifica-se entre os "revoltosos" figuras tão distintas como o tenente Juarez Távora³⁵ e o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro³⁶.

34-Ver LEAL, Victor Nunes-Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1949.

35-Ver TÁVORA, Juarez-Uma vida e muitas lutas. op.cit.

36-Sobre a carreira de Góis Monteiro ver LOPES, Teodoro e TORRES, Gentil-Ministros da Guerra do Brasil (1808-1945). Rio de Janeiro, Editora do Exército, 1946 e COUTINHO, Lourival-O general Góis depõe. Rio de Janeiro, Livraria Coelho Branco, 1956.

O tenente-coronel Góis Monteiro que havia servido fielmente ao governo do presidente Washington Luiz e galgara importantes posições neste governo de 1926 combatendo os movimentos tenentistas levou a cabo o complexo planejamento militar das oligarquias dissidentes contra o governo. Ao ser convidado e assumir o "Comando Geral da Revolução" Góis Monteiro se tornou um dos principais militares em defesa de Getúlio Vargas³⁷.

Sobre a posição de Góis Monteiro no comando "revolucionário", assim se referia ao mesmo Paulo Nogueira Filho;

"Góis Monteiro conhecia bem a situação do Exército. Em 1929 como oficial do Estado Maior, procedera a uma sindicância, chegando à seguinte conclusão: A fração de major para cima, em sua maioria estaria ao lado do governo em caso de revolução; mas de capitão para baixo também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários."³⁸ Desta forma a aliança

entre alguns dos tenentes revolucionários na década de 20 com os oligarcas dissidentes que defendiam Getúlio Vargas afastavam-os dos preceitos que defendiam anteriormente. Góis Monteiro que se destacara combatendo os movimentos tenentistas descrevia a nova situação da seguinte maneira;

"Os tenentes tornaram-se os heróis do dia. Bem simbolizavam eles, o espírito de toda uma geração inquieta, ainda sem rumo, animada pelo desejo incontido de reforma social, embora sem definições precisas, consequência inevitável da falta de maturação política."³⁹

A afirmação acima ilustra claramente o tipo de aliança que conduziria Vargas ao governo. Os tenentes na ausência de Luís Carlos Prestes tornaram-se passíveis das investidas das oligarquias que os aliciavam para defesa de seus interesses. Sustentados pela ilusão do inconformismo ante os políticos, os tenentes apoiaram a derrubada do governo sem

37-Ver PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral-Getúlio Vargas, Meu pai. Porto Alegre, Globo, 1960 e DULLES, John W.F.-Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro, Renner, s/d/p.

38-FILHO, Paulo Nogueira-Ideais e lutas de um burguês progressista. São Paulo, Brasiliense, 1958, p 162.

39-COUTINHO, Lourival.op.cit., p 341.

contudo precisarem seus inimigos de outrora e o do presente. O movimento revolucionário de 1930 esteve armado pelas polícias estaduais e apoiado pelos tenentes que tinham um passado revolucionário se tornaram fortes o suficiente para reivindicarem uma troca de oligarcas no poder.

Os tenentes que se tornaram nos anos vinte a fração política do Exército, mesmo que contrariando a orientação da cúpula deste, tinham do Brasil uma visão de sistema latifundiário monocultor e neste aspecto atribuíam os males da nação a este fator. Transformando-se no movimento de 30 em aliados destes mesmos grupos oligárquicos latifundiários que questionavam mudaram apenas o discurso, como buscava justificar o tenente João Alberto;

"Tínhamos agora um entendimento melhor dos problemas do país e queríamos resolvê-los. Só uma revolução podia destruir as máquinas eleitorais, suprimir os "coronéis" e chefes locais que dominavam o povo do interior e dar uma nova estrutura social, econômica e política ao Brasil."⁴⁰

A grande fraqueza dos tenentes era a inexistência de uma concepção de prioridades que enfatizasse os objetivos e os meios de alcançá-los. Embora utilizados pelos políticos na "revolução", os tenentes eram o único grupo do movimento que tinha um passado de debates em torno de transformações mais amplas na ordem estabelecida.⁴¹

Com efeito, antes que houvesse uma revolução de fato em 1930, elementos do Estado Maior das Forças Armadas no Rio de Janeiro promoveram a destituição do governo constituído, formando uma Junta Militar que denominaram "Junta Pacificadora" ou "Provisória".⁴² Esta junta que manteve-se à frente do governo por dez dias, assumiu o controle político do Estado, nomeou ministros e assumiu a pretensão de manter um "governo não político" até o restabelecimento da "unidade e da paz" no país.

40-BARROS, João Alberto Lins-Memórias de um revolucionário: A marcha da Coluna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 210.

41-Cf. FAUSTO, Boris. op. cit., p. 250.

42-Ver CARVALHO, José Murilo de. op. cit. e SODRÉ, Nelson Werneck - História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

A deposição do governo legal pela cúpulas militares do Exército e da Marinha e a negociação ocorrida entre estes e Getúlio Vargas para aceita-lo como "chefe interino do país" faz com que a "revolução de 30" seja muitas vezes confundida com uma ação das Forças Armadas para levarem Vargas ao poder⁴³. As negociações entre a Junta Militar e os elementos envolvidos no movimento que aspirava o poder envolvia uma troca de benefícios. Os militares visavam a manutenção dos ministros indicados e nomeação de alguns militares para ocuparem postos no novo governo.

Apesar destas negociações levadas a efeito pela Junta e por Getúlio Vargas, este não conseguiu assegurar para si a lealdade destas armas. Muitos militares se recusaram a reconhecer a "legitimidade" do "chefe interino"⁴⁴. Os militares de carreira criticavam especialmente a interferência da cúpula em postos políticos que não tinham qualquer relação com a profissão.

O Exército mantém assim, logo após a passagem do poder a Vargas uma dupla posição; aquela defendida pelos militares que aceitaram empossa-lo e outra que defendia uma neutralidade militar nas questões políticas. Logo, os militares se dividiram entre o poder político e o papel dos mesmos definidos pela Constituição de 1891.

A participação de militares na política e na administração do país trouxe muitas controvérsias a vida do Exército já bastante clivado. As defecções tornaram-se uma constante, com muitos militares combatendo o governo empossado, momentos após a posse do mesmo e principalmente na Revolução Paulista de 1932, como afirmava Góis Monteiro;

"Nos primeiros meses do governo provisório, havia como que uma espécie de Exército duplo, o que obedecia diretamente as ordens dos revolucionários e o que obedecia ao Ministro da Guerra." ⁴⁵

43-Ver ARARIPE, Tristão de Alencar-Tasso Fragoso: um pouco da história do nosso Exército. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960, p 68.

44-Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo-Um Estadista da República. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1955, V(III) p. 1361.

45-COUTINHO, Lourival. op. cit., p 150.

Os tenentes que participaram do movimento que levou Vargas ao poder não obtiveram logo após o mesmo as vantagens políticas que buscavam. Para reivindicar promoções, cargos e reformas no governo os tenentes se viram obrigados a constituírem uma forma de organização. Para exercer pressões junto ao governo fundaram o Clube 3 de Outubro⁴⁶ que passou a congrega os militares da "revolução de 30".

Como a coalizão política que apoiava Getúlio Vargas era vacilante e muito complexa devido a sua própria formação, os tenentes do Clube 3 de Outubro tornaram-se o contrapeso que manteria o equilíbrio político nacional. Por força das pressões do Clube o governo cedeu às reivindicações destes e entregou as Interventorias estaduais aos tenentes. Com a entrada dos tenentes nas Interventorias estaduais acirraram-se as tensões entre os paulistas e o governo federal.

A nomeação de um interventor para São Paulo não foi aceita pelos paulistas que condicionaram a nomeação a um civil daquele estado para ser aceita por aqueles. Como resultado da crise gerada na intervenção de São Paulo iniciou-se um movimento revolucionário, que denominado Constitucionalista, buscava a restauração do regime legal identificado na Constituição de 1891.⁴⁷

O impacto da revolta paulista sobre a maioria dos tenentes que apoiavam o governo foi crucial para que estes tivessem seus poderes reduzidos nas interventorias que ocupavam. Este movimento serviu para que fosse retomada a disciplina militar no Exército, já que após o mesmo muitos dos tenentes que haviam se distanciado das práticas militares desde os anos vinte se reintegraram às suas corporações. Este retorno dos tenentes aos quartéis inicia uma fase de declínio do tenentismo⁴⁸ pois perderam praticamente todos os vínculos que os uniam enquanto grupo.

A vitória do governo sobre os revoltosos paulistas não

46-Sobre o Clube 3 de Outubro ver CARONE, Edgard-O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975; FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.)-Os militares e a revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; SILVA, Hélio 1931- Os tenentes no poder. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966.

47-Ver SILVA, Hélio-1932-A Guerra Paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

48-Cf. CARONE, Edgard-O Tenentismo. op.cit.

significou uma experiência vitoriosa para os tenentes. Sem uma transformação tática e organizatória como exigia o novo momento, os tenentes que conheceram seu apogeu entre 1931 e 32 mais por negociações do que por ações, começaram a declinar com a confirmação da convocação de uma Assembléia Constituinte. A vitória em armas⁴⁹ que não representou uma vitória política apenas transferiu para o período pós-Constituição o desaparecimento dos tenentes do cenário político brasileiro.

A crise gerada no Exército como fruto da dualidade existente entre disciplina militar e direitos políticos, hierarquia e orientações individuais como consequência do tenentismo só seria atenuada com a saída destes do cenário político. A retomada da disciplina com o fim do tenentismo embora fosse amenizada e se apresentasse próxima da existente antes de 1920 seria complexa e árdua.⁵⁰ A Assembléia Constituinte reunida em novembro de 1933 trazia entre seus membros vários tenentes que independente de suas posições na "revolução de 30" formaram uma grande bancada militar. Esta bancada militar que se apresentava difusa e contraditória obteve a aprovação de muitas propostas que influenciaram o texto final da Constituição.⁵¹

É praticamente impossível estabelecer de uma maneira razoável a vinculação do tenentismo com os processos e estruturas peculiares do Exército, pois o tenentismo se constituiu a despeito e apesar do Exército. Desde os primeiros levantes na década de 20 os tenentes sempre foram aquém das lides institucionais. Embora os movimentos tenentistas tivessem suas origens por motivos militares, estes ao extrapolarem os limites regulamentares do Exército influenciando na política, marcaram uma fase onde as clivagens internas se tornaram o retrato desta instituição militar.

49-Ver NOGUEIRA, Paulo Filho-A Guerra Cívica, 1932: Insurreição Civil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965. V(II)

50-Ver. CARONE, Edgard-O Tenentismo. op.cit., pp 366-429.

51-Cf. SILVA, Hélio-1934-A Constituinte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

O declínio do tenentismo no entanto, não implicou em afastamento dos militares das questões políticas. A dualidade existente no Exército no momento em que Vargas foi empossado iniciou um processo de intervenção da alta oficialidade na política. A Junta que destituiu Washington Luiz e empossou Getúlio Vargas se constituiu numa intervenção política onde as cúpulas militares sobrepuseram-se aos movimentos tenentistas, substituindo-os em busca de espaço político.

A explicação deste envolvimento se faz necessária porque enquanto os tenentes em aliança com as oligarquias dissidentes, derrotadas nas urnas, buscavam uma tomada do poder de fora para dentro, os altos escalões das Forças Armadas o fizeram de dentro para fora. A participação das Forças Armadas como instituição na "revolução de 30" se deu exclusivamente pela deposição do governo legal e não por adesão ao movimento.

A Junta Militar que empossou Getúlio Vargas congregando elementos do Estado Maior das Forças Armadas se viram no centro do poder e após negociarem cargos políticos com aquele promoveram a entrada da alta oficialidade na arena política. Esta junta formada pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e pelo Almirante Isaías de Noronha encontraram espaço na política e colocaram as Forças Armadas nas discussões políticas.⁵²

O envolvimento do alto oficialato das Forças Armadas na política colocou estas instituições em condições decisivas para iniciarem uma fase de ascensão em suas estruturas, mesmo que com isso tivessem desestabilizado o papel destas no Estado. As clivagens que se aprofundaram principalmente no Exército, já que a Marinha não pleiteava posições na política⁵³ pode ser demonstrada a partir das inúmeras revoltas que ocorreram neste⁵⁴. As revoltas que identificavam as várias correntes existentes na organização militar se constituíam

52-Cf. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp 222-231

53-Cf. Relatório do Ministério da Marinha, 1931, Ministro Protógenes Guimarães. AE

54-Ver COSTA, Vanda Maria Ribeiro-Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. Rio de Janeiro, Cpdoc, 1984. mimeo

por posições contrárias e favoráveis a uma ascensão do Exército em bases políticas e não militares.

Com a entrada do alto oficialato no cenário político intensificou-se o processo de fragmentação no Exército. Estas fragmentações que se tornaram frequentes desde que os tenentes se tornaram "militares políticos" desafiando a disciplina e a hierarquia, atingiu com o envolvimento dos generais na política uma nova dimensão do "militar político". Os generais com a implantação do Exército no poder durante a manutenção da junta provocou uma ruptura no processo de disciplina militar nas mesmas proporções da ocorrida com os tenentes na década de 20. Esta ruptura se caracterizou pelos movimentos de cabos e sargentos e pelo substancial aumento de conspirações de oficiais generais.⁵⁵

É evidente que o quadro de instabilidade política do "governo provisório" refletia-se no Exército. Isto se dava porque muitos militares influenciando diretamente nas decisões governamentais transferiam para a instituição as crises políticas. A participação destes elementos no governo e suas ligações com o segmento militar tornaram muito complexa a recondução da disciplina nos quartéis, que já se encontrava corroída e muito distante daquilo que os regulamentos militares consignavam.

Os choques entre militares por questões políticas e relativas aos regulamentos militares descaracterizavam a pedra basilar de uma instituição essencialmente hierárquica. Estes choques também delineavam o esforço dos militares profissionais em fazer do Exército uma instituição voltada para o Estado e não para o controle deste como muitos almejavam.

A volta para as atividades específicas do Exército era uma questão de ocupar o espaço para o qual fora criado, pois ao intervir na política deixava de ser uma instituição, tornando-se um agente político.

A partir da Revolução Constitucionalista de São Paulo muitos fatores passaram a influenciar a cúpula militar para uma retomada do Exército apolítico.⁵⁶ Dentre estes fatores pode-se destacar a direção das operações militares naquele movimento que foi dada à alta oficialidade e o retorno de muitos oficiais tenentes para suas corporações e funções na hierarquia.

O impulso dado ao Exército constitucional e hierárquico em concomitância com o declínio do tenentismo gerou uma ascensão deste como instituição hierarquicamente disciplinar.⁵⁶ A nova postura do Exército constituiu-se por conseguinte por uma representação coletiva elaborada pelos oficiais que buscavam redefinir as funções da instituição. Esta redefinição que deveria passar a orientar a ação do Exército era assim pautada por Góis Monteiro;

"Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de fazer a política do Exército e não a política no Exército."⁵⁸

As mudanças verificadas no regime político em 1930 refletiu intensamente nos quadros das corporações militares. A fragmentação inicial que se estendeu até a Revolução Paulista de 1932 começou a se reaglutinar. A partir de 1933 o Exército tomando iniciativas de modernização e profissionalização a partir de seus próprios oficiais, sem se submeterem às elites políticas nem à burocracia estatal tornou o mesmo um dos segmentos mais modernizados do Estado na década de 30.

O "afastamento" dos militares da política sobretudo os de patentes mais altas, já que alguns tenentes continuaram ocupando postos no governo, consagraria a política do Exército de reconstrução disciplinar, hierárquica e material das suas corporações. A retomada destes pressupostos permitiu que os problemas técnicos e administrativos do Exército fossem sanados em grandes proporções considerando-

56-Sobre exército político e hierárquico ver. CARVALHO, José Murilo de. op.cit. e CARONE, Edgard-O Tenentismo. op.cit.

57-Ver SODRÉ, Nelson Werneck-A História Militar do Brasil. op.cit; e CARVALHO, José Murilo de. op.cit.

58-MONTEIRO, Góis-A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d/p. p.163.

se a situação das demais instituições de caráter governamental neste período.

O ônus do Exército com a Revolução Paulista afetou o orçamento do Ministério da Guerra de forma mais intensa que o restante da máquina administrativa dos ministérios do governo. Entretanto, como resultado desta revolução o Estado Maior do Exército obteve condições para realizar uma completa revisão de seus quadros, aumentando não só a capacidade de produção de materiais bélicos como melhorando a sistematização de sua estrutura com a criação do Correio Aéreo Militar e começando a organizar a Arma Aérea.⁵⁹

O crescimento do poderio militar do Exército refletiu nos ensinamentos das Escolas Militares como uma extensão dos propósitos renovadores da Instituição⁶⁰, resultando num aumento do número de oficiais preparados na Escola de Estado Maior como chefes militares no período posterior. O crescimento militar sob a base da reestruturação e modernização acentuou sua participação nas questões políticas, ao mesmo tempo em que se afastando destas retomou seu papel constitucional ainda sob a égide da Constituição de 1891.

O período pós-Revolução Paulista se caracterizou por um repensar do papel das instituições militares no Estado.⁶¹ As Forças Armadas concebidas como as instituições que tem por missão a manutenção da base física do país assegurando nela o exercício da autoridade política do presidente da República, sofreu em sua evolução histórica profundas alterações.

O Exército que foi politicamente ativo no golpe da República cuja influência militar foi decisiva adquiriu um grande papel político após o mesmo. Posteriormente por força dos domínios oligarquicos perderam este status político na consolidação republicana do país.

59-Cf. Relatório do Ministério da Guerra de 1934. Ministro, general Espirito Santo Cardoso. AE

60-Idem

61-Ver Editorial da revista A Defesa Nacional, 1934.V(I)

Um dos principais fatores que levaram os militares a repensarem seu papel no Estado foi o crescimento das polícias militares estaduais. As forças militares dos estados muitas vezes mais dotadas e bem equipadas que o Exército colocavam as instituições federais em um segundo plano junto ao governo⁶². Estas polícias estaduais criadas em muitos estados para neutralizarem a influência do governo federal visavam diminuir a importância dos militares do Exército, muito elevada nos primeiros anos da República.

Além das polícias estaduais que se tornaram concorrentes do Exército a proclamação da República que marcou a gênese das fragmentações militares alterara suas estruturas internas. Estas fragmentações que criaram a antinomia, exército político e exército hierárquico motivaram as condições que marcariam o Exército como uma força em descompasso. Para os defensores do exército político estes deveriam interferir na política pois sendo "o Exército e a Marinha, as únicas forças providas de caráter institucional, deveriam ser o espelho para se organizar as demais forças sociais do país."⁶³

Os militares que defendiam um exército hierárquico contestavam contra o envolvimento político dizendo que este envolvimento divertia e quebrava o princípio da disciplina.⁶⁴ A partir de 1930 com as grandes transformações ocorridas na política brasileira, tem-se por conseguinte, muitas alterações também na estrutura militar. Com a participação de muitos militares em posições de comando em suas corporações ocupando cargos políticos, as dissensões no seio da instituição foram arraigadas.

Ao iniciarem um repensar do papel do Exército no Estado, sendo ele parte deste Estado, as cúpulas militares defendiam um Exército erigido em torno do Estado compreendendo este como a Nação e não o homem que estivesse

62-Ver THIOLLIER, René-A República riograndense e a guerra paulista de 1932. São Paulo, s/ed., 1952.

63-MONTEIRO, Góis. op. cit., p 163.

64-CARVALHO, Estevão Leitão-Dever Militar e Política Partidária . São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959. p. 111

a posição de comando do mesmo. Como um aparelho do Estado, o Exército deveria segundo o Ministro da Guerra em 1934, se constituir numa instituição sem fins políticos. Sendo dotada de autonomia sua função deveria prender-se somente à defesa da Nação e em favor da constitucionalidade, do povo e do Estado.⁶⁵

A busca incessante de afastamento dos militares da política se tornara durante todo o decorrer da primeira República uma missão constante de todos os ministros que ocuparam a pasta da Guerra. Tal se apresenta descrito em todos os relatórios deste Ministério ao governo, como relatava o general Góis Monteiro em 1935;

"Já de há muito, constitui preocupação incessante das autoridades militares bem intencionadas o afastamento dos militares da política".⁶⁶

A definição do papel das instituições militares no Estado no concernente a dimensão de sua estrutura hierárquica e disciplinar é causadora de muitas controvérsias quando estas se voltam para a política. O ponto que historicamente sempre congregou todos os militares é o da modernização e aparelhamento das mesmas seja ele com apoio das elites econômicas, como na década de 20, seja pelo governo como a partir de 1932.

A destinação de recursos ao Exército no período posterior à revolução de São Paulo quando o mesmo consumia 20% da receita federal nos anos finais do "governo provisório"⁶⁷, amenizou as divergências nas corporações. Através da dotação orçamentária a disciplina nos quartéis foi restabelecida neste período, pois todos tinham a ganhar com a modernização da instituição.

Desta forma, o papel do Exército no Estado a partir de 1932 podia ser concebido como um papel de defesa do governo ^(X) constituído, na medida em que este defendesse os interesses

65-Ver Relatório do Ministério do Exército de 1934. AE

66-Relatório do Ministério da Guerra de 1935. Neste relatório o general Góis Monteiro enfoca o Exército como defensor da constitucionalidade e prega o afastamento da política. AE

67-Cf. LEVINE, Robert. M. "O Regime de Vargas: Os anos críticos, 1934 - 1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p 38.

do Exército. A posição ocupada pelos militares no governo a partir de 1930 fez com que estes aumentassem as pressões sobre o mesmo. Estas pressões se davam pela exigência de maiores recursos, sempre e cada vez mais, como verifica-se nos relatórios dos ministros da Guerra e da Marinha de 1931 a 1934.⁶⁸ O crescimento de efetivos e de material no Exército neste período são demonstrados numericamente. De 1930 a 1934 os efetivos cresceram de 47.997 homens para 80.192,⁶⁹ enquanto que os gastos do governo com o Exército cresceu de 12,3% para 19,6% do orçamento da União no mesmo período.⁷⁰

O pensamento militar de modernização e crescimento com base na política do Exército e menos na política no Exército, concretizou-se pela obtenção de recursos que aglutinou os militares pelo único ponto em comum nas várias correntes em que se dividiram no pós 30. Com base nos dados acima apresentados conclui-se que o envolvimento dos altos oficiais militares na política, ao contrário dos tenentes, foi um fator que alterou profundamente a relação do Exército com o Estado.

A ascensão material do Exército durante o "governo provisório" através do envolvimento de sua cúpula no Estado, mesmo contrariando os discursos dos mesmos reafirma a condição de defesa do governo em defesa dos interesses militares. As divergências nas corporações verificadas no período que vai da instalação da República ao início dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934, refletem o emaranhado de caminhos em que o Exército se conduziu neste espaço de tempo para obter um crescimento material e humano além das suas dotações normais.

Este emaranhado de caminhos acima mencionados distanciaram o Exército das concepções militares e civis do mesmo, apregoadas desde o golpe da República. Para uma análise

68-Cf. Relatórios dos Ministérios da Guerra e da Marinha de 1931 a 1934 pelos ministros da Guerra, Leite de Castro, Espirito Santo Cardoso e Góis Monteiro e pelo Almirante Protógenes Guimarães da Marinha.

69-Cf. Almanaque do Exército, 1931-1934. AE

70-Cf. Balanço Orçamentario da União, 1930-1934. AN

da evolução das concepções do papel do Exército na história desta instituição, julgamos necessária uma retomada destas concepções em nosso estudo.

Dentre as concepções civis e militares do papel das instituições militares no Estado destacaram-se as de Olavo Bilac, Alberto Torres e a dos "jovens turcos". Na concepção de Olavo Bilac a base da organização do país passava pelo serviço militar. Segundo este o serviço militar obrigatório integraria civis e militares harmonicamente, fazendo com que estes se influenciassem mutuamente impedindo a formação de uma casta militar.

Na opinião de Olavo Bilac, o Exército deveria ser uma escola de educação cívica onde harmonizando-se civis e militares seria evitável uma separação entre Exército e Estado o que acontecendo transformaria a instituição militar em partido político. A concepção de Bilac se baseava portanto na formação de cidadãos íntegros, patriotas e sem distinção entre civis e militares através de ensinamentos que caberia ao Exército, como uma instituição pedagógica.

Outro civil que se destacou como analista das instituições militares na primeira República foi Alberto Torres.⁷² Torres considerava impossível relacionar democracia com serviço militar, como afirmava Bilac, pois este adulteraria e destrói o caráter cívico, a moralidade e os sentimentos de altruísmo e simpatia dos soldados. O ponto de vista de Torres se baseava nos aspectos psicológicos dos ensinamentos militares, que segundo o mesmo, a educação do soldado não era mais que um condicionamento do indivíduo deseducando o "socius" da comunidade nacional.⁷³

Defensor de uma Guarda Nacional bem organizada, Alberto Torres pregava a dissolução do Exército nacional, afirmando que este nada mais representava que sustentáculo de

71-Ver BILAC, Olavo-A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.

72-Ver TORRES, Alberto-A Organização Nacional. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

73-Ver SOBRINHO, Barbosa Lima-Presença de Alberto Torres. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

governantes contra opositores. Alberto Torres considerava o Exército a imagem do poder que subjugava o povo, pois o povo não via os chefes de governo, enquanto encontravam soldados em toda parte. Com base nesta subjugação Torres defendia a dissolução do Exército até que o país assentasse as bases políticas da vida nacional.

As concepções de Olavo Bilac e Alberto Torres do papel do Exército no Estado atribuíam ao mesmo um papel secundário na vida nacional segundo os militares.⁷⁴ Em contraposição à estas concepções civis a concepção militar dos "jovens turcos" enfocavam o Exército sob uma ótica profissional.⁷⁵

Os "jovens turcos" eram um grupo de oficiais que havia estagiado na Alemanha e traziam as influências da organização militar daquele país. Estes militares que permaneceram no Exército alemão entre 1906 e 1910 iniciaram uma ampla campanha de renovação do Exército brasileiro após retornarem. Defendiam a idéia básica de que a função primeira dos militares era a de defesa externa que para ser efetiva primava pelo treinamento militar e exclusão das lutas político-partidárias.⁷⁶

Os "jovens turcos" ansiavam por um Exército capaz de mobilizar com eficácia seu potencial de guerra, tal qual fazia o exército alemão. Consignavam o serviço militar obrigatório como elemento fundamental para os tempos de paz⁷⁷ e criticavam os altos escalões hierárquicos de um comodismo que impedia o aperfeiçoamento dos mesmos. Considerando-se um grupo dissidente este grupo liderado por Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Euclides de Oliveira Figueiredo funda a revista A Defesa Nacional para difundirem suas idéias nos quartéis.⁷⁸

74-Ver KLINGER, Bertholdo "Os militares e a política." In. Revista A Defesa Nacional, dezembro de 1930.

75-Ver CARVALHO, Estevão Leitão de. op. cit., pp 111-113.

76-Cf. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp. 196-200.

77-Idem p. 197.

78-O número 1 da revista A Defesa Nacional circulou em outubro de 1913.

Como dissidentes, o programa destes oficiais era extenso e abrangente. Pregavam, a constituição do exército em grandes divisões, recrutamento mediante obrigatoriedade militar, instrução orientada para o combate, aperfeiçoamento do Exército em colaboração com missões estrangeiras e outros pontos que se voltavam para os aspectos técnicos da instituição.⁷⁹ No editorial do primeiro número da revista A Defesa Nacional afirmavam;

"Estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica, de que a crítica é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes."⁸⁰

As idéias dos "jovens turcos" fizeram deles um grupo hostilizado pelos quadros superiores da hierarquia. Os efeitos destas hostilidades se fizeram sentir com mais intensidade quando estes oficiais se viram envolvidos nos levantes tenentistas da década de 20. O envolvimento destes oficiais nos levantes contrariando suas pregações demonstraram uma certa artificialidade nas idéias por eles difundidas, mas que já se encontravam traçadas nas entrelinhas do editorial já cito;

"O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha, e preparado para corrigir as perturbações internas, tão frequentes na vida tumultuária das sociedades que se formam."⁸¹

A partir dos levantes tenentistas os "jovens turcos" aprofundaram o conflito com os quadros superiores. Ao pregarem um Exército apolítico e se envolverem em questões políticas, estes oficiais extrapolaram os limites permitidos pelos regulamentos militares, deixando de ser uma "dissidência legal".⁸²

79-Ver CARVALHO, Estevão Leitão de. op. cit.; KLINGER, Bertholdo-Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1951.

80-Editorial da revista A Defesa Nacional, nº 1, outubro de 1913.

81-Idem

82-Ver MAGALHÃES, J. B.-A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958; KLINGER, Bertholdo op. cit. e CARVALHO, Estevão op. cit.

A partir de 1930 quando os tenentes passaram a ocupar cargos administrativos na política governamental estes foram completamente absorvidos pela política, tornando-se distantes do Exército e de suas idéias de renovação do mesmo. Concomitantemente com a volta da pregação de um exército hierárquico e apolítico, as idéias dos jovens turcos foram retomadas pelas novas cúpulas militares.⁸³

A nova oficialidade que retoma os pressupostos dos "jovens turcos" englobam a estes alguns dos pontos das concepções de Olavo Bilac e Alberto Torres. Formando uma concepção mesclada de idéias de civis e militares e buscando fazer delas uma prioridade no Exército, as cúpulas militares objetivavam modernizar, aperfeiçoar e redimensionar o papel do exército no Estado, como escrevia o general Andrade Neves;

"...devemos nos congregar coesos, unidos numa patriótica e fraternal harmonia de vistas e de solidariedade profissional, sempre afastados das lutas e competições partidárias, que apaixonando os espíritos, desagregam o Exército, subvertem a disciplina e nele tem implantado a desordem..."⁸⁴

As mudanças nas cúpulas militares intensificaram estas idéias para que a instituição retornasse à sua forma anterior aos movimentos tenentistas, onde as iniciativas militares partiam apenas dos altos escalões hierárquicos. Porém com o início da reconstitucionalização do país os altos escalões suprimiram os mais baixos e assumiram a supremacia na participação de militares na política, passando a haver como expressão do exército político, apenas aquele dominado por oficiais de altas patentes.⁸⁵

Embora reconhecendo ser o Exército uma instituição que poderia auxiliar nas discussões constitucionais, o ministro da Guerra defendendo as idéias acima postuladas buscava

83-Cf. COELHO, Edmundo Campos op.cit., p 31.

84-Ordem do dia do general Andrade Neves. Transcrita no jornal A Platéia de 1 de dezembro de 1932. p 4.

85-Ver CARONE, Edgard-A República Nova(1930-1937):São Paulo ,Difel, 1976, 2ª ed.pp 391-394.

obter um reaparelhamento do Exército mantendo os militares distantes das discussões políticas. No entanto, o ministro da Guerra impotente diante do grande envolvimento de oficiais no processo político constitucional, alegou interferências políticas em sua pasta e demitiu-se do cargo. Em manifesto ao Exército este general afirmava;

"É preciso que ninguém possa duvidar da atitude retílinea do Exército, cuja mais nobre aspiração se cifra em tornar-se um órgão capaz de defesa da Pátria..."⁸⁶

O caminho para o restabelecimento constitucional do país restaurando o sistema de representação eleitoral suspenso desde 1930, coloca as forças regionalistas ausentes do poder desde aquele ano em condições de influenciarem nos destinos do país. Sucedeu-se que estas forças tal qual em períodos anteriores buscaram atrair para suas fileiras os militares que se encontravam descontentes com o governo.

A demissão do ministro da Guerra abriu uma lacuna para o retorno de muitos militares, principalmente tenentes, se envolvessem completamente nas discussões político-partidárias. A nomeação do general Góis Monteiro para o cargo foi feita principalmente porque este representava um concorrente em potencial a sucessão de Getúlio Vargas.⁸⁷ Para aceitar a nomeação este general apresentou uma série de exigências que segundo os jornais, mais pareciam um plataforma de governo do que simples imposições para ocupar um cargo.⁸⁸

As exigências do general nos aspectos específicos militares, podem assim ser resumidas;

-Quanto ao material: Contar além dos recursos orçamentários com créditos e verbas especiais.

-Quanto ao pessoal: Por em execução as medidas sugeridas para a remodelação completa e homogeneização dos quadros e das tropas. As considerações do general Góis Monteiro são

86-Manifesto do general Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, sobre o papel dos militares no processo de reconstitucionalização do país. Rio de Janeiro 15/12/1933. Manifestos AE

87-Cf. PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. op.cit., pp.75-78.

88-Ver a respeito os artigos de Peter Flynn e Michael L. Conniff em FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org) op.cit.

importantes referenciais para a análise do papel dos militares na Assembléia Constituinte⁸⁹ e depois da Constituição do papel do Exército no Estado. Em seu discurso de posse o general Góis assim se referia à pasta da Guerra;

"Considero a pasta da Guerra o centro da vida política nacional, e o Exército uma instituição eminentemente política, devido às suas intervenções em momentos históricos. Mas sua força nunca foi compressora e seus ideais jamais animaram o exercício desta força em sentido contrário às aspirações do Exército. Mas o Exército não pode suprir em certas fases críticas da nacionalidade, pela exclusiva participação de sua força, deficiências orgânicas envicerasdas ao longo da vida do país. Tais deficiências são coletivas, vem do passado carregada pelos vícios e deformações dos interesses e pela precariedade do espírito público, a que a mentalidade inculta e particularista do nosso homem político concedeu foros de liberal e avançada, dentro de uma prática federalista que fugiu do plano nacional para despencar nas calamidades do regionalismo apaixonado."⁹⁰

O posicionamento do novo ministro da Guerra ao delinear sua concepção do papel do Exército no Estado, vai de encontro aos postulados levantados por um auto-denominado "Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro" que em 1931 lançara uma "Proclamação ao Exército".⁹¹ Esta proclamação que atacava o situacionismo estadual, principalmente o mineiro e o gaúcho, atribuíam as fragmentações do Exército a estes. Propunham a união da mocidade militar em torno de um amplo programa de reformas públicas, visando o fortalecimento das instituições militares.

Segundo este "Comitê", "países incultos como o Brasil deviam ser tutelados pela corporação mais organizada e menos viciada, uma elite mais autorizada e mais forte, o Exército." Também considerando o Exército o único órgão capaz de organizar a nação, Góis Monteiro compreendia que era função desta instituição erradicar o radicalismo regionalista da

89-Cf. Carta de Góis Monteiro a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1934. Cpdoc GV

90-Discurso de posse de Pedro Aurélio de Góis Monteiro no Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1934. Cpdoc GV

91-Esta proclamação encontra-se no Cpdoc, Arquivo Getúlio Vargas, V(2) janeiro-julho de 1931, p. 39.

política brasileira.

Buscando manifestar seus objetivos de um rápido e intenso aparelhamento militar o novo ministro da Guerra se transformou num elemento político, nos jornais da época. Defendendo uma "doutrina relativa à questão exército-política" as declarações do ministro destinadas à publicidade se tornavam cada vez mais constantes gerando apreensões entre os políticos que viam nele um candidato a presidência e não um ministro. Tais declarações eram registradas no Diário da Assembléia Nacional. Na Câmara dos deputados ao se referir a estas declarações assim salientava Aluísio Filho;

"Uma verdadeira plataforma de governo, se não o é faz as vezes disso. Era um segredo de polichinelo a articulação da candidatura Góis Monteiro à presidência da República, em contraposição a Vargas. Conspirava-se nas guarnições..."⁹²

A doutrina Exército-Política de Góis Monteiro fez com que este ascendesse ao cenário político, confundindo o que era interesse do Exército com o que era interesse da política. O discurso do ministro mostrava que ele era um oportunista político que a semelhança da sua ascensão na carreira militar (através de serviços prestados a Vargas este galgou vários postos na hierarquia militar por "merecimento") fazia a sua política à sombra do que dizia ser a política do Exército, que assim descrevia;

"É preciso tirar o Exército da política e impedir que ela se intrometa no Exército. E isso será feito, não com rebaixamento, mas com a exaltação do militar..., essa reforma visa transformar a estrutura e a mentalidade do nosso soldado, colocando-o em seu verdadeiro lugar. A estrutura será transformada por meio de grandes medidas, enquanto que a mentalidade o será por meio da instituição de uma doutrina que impeça o militar de ir além do que se espera dele..."⁹³

A posse de Góis Monteiro no Ministério da Guerra

92-Deputado Aluísio Filho sobre as exigências de Góis Monteiro para assumir a pasta da Guerra e sobre suas declarações à imprensa. Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 28, p. 406. 28/1/1934. AN

93-Discurso de posse de Góis Monteiro no Ministério da Guerra: Rio de Janeiro, 22/1/1934. Cpdoc.GV

foi para os partidários de Getúlio Vargas uma manobra que garantiu que o mesmo não seria uma ameaça ao governo na sua sucessão. A nomeação deste general já estava na pauta das discussões antes mesmo da demissão do general Espirito Santo Cardoso da pasta, como aconselhava Flores da Cunha;

"Penso que urge adotar providências para garantir estabilidade teu governo e tua segurança...preencher sem perda de tempo pasta da Guerra pelo general Góis Monteiro se o julgares identificado contigo..."⁹⁴

As manobras políticas que objetivavam a manutenção de Getúlio Vargas no poder como presidente constitucional mobilizaram políticos e os setores tenentistas que o apoiara em 1930. Os tenentes mesmo que contrários à convocação da Constituinte inicialmente dividiram-se e muitos deles se elegeram deputados defendendo os princípios do Clube 3 de Outubro. A nomeação de Góis Monteiro que foi o primeiro presidente do Clube para o Ministério da Guerra, não foi portanto favorável aos tenentes, pois este passou a defender propostas que se chocavam com os mesmos.⁹⁵

A mudança na cúpula do Exército no momento em que se iniciava a reconstitucionalização do país foi portanto uma mudança que atendia mais interesses políticos do que militares. Os militares que ocupavam interventorias estaduais e foram derrotados nas eleições de 1933 ou que simplesmente se aliaram às forças que ocupavam o poder antes de 1930 se tornaram os principais constituintes militares.

Tanto os políticos como os militares que haviam participado da "revolução de 30" viam em Góis Monteiro um elo forte para que se mantivessem no poder. Por outro lado, as forças políticas que haviam sido desalojadas do poder em 1930 passaram a buscar nos elementos militares uma composição que muitas vezes não representavam nem uma ideologia, nem interesses comuns.

As discussões na Assembléia Constituinte seria portanto o termômetro que avaliaria as crises políticas e militares

⁹⁴-Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1933. Cpdoc GV.

⁹⁵-Ver CARONE, Edgard - O Tenentismo. op.cit.; FIGUEIREDO, Eurico de Lima op.cit.

no decorrer do "governo provisório".

As aspirações dos grupos políticos que emergiram das ruínas da República Velha através das eleições para a Constituinte formando frentes políticas se aglutinaram em torno de interesses nitidamente regionalistas. Em contraposição a estes, os grupos que ascenderam ao poder em 1930 e apoiavam o governo formavam uma coalizão bastante heterogênea, formada por deputados minoritários dos estados maiores, deputados classistas e pelos tenentes.

Os militares presentes à Assembléia Constituinte se dividiam entre aqueles que apoiavam uma ditadura comandada por Getúlio Vargas e aqueles que inicialmente foram contrários à mesma e esperavam obter através desta um prosseguimento da "revolução".

As alterações feitas nos regulamentos eleitorais para a eleição da Assembléia por influência dos tenentes permitiu que estes conquistassem a inclusão e o apoio de deputados classistas na mesma. O Clube 3 de Outubro⁹⁶ era o centro de sustentação dos tenentes constituintes, mas os mesmos só adquiriam força quando aliados aos deputados classistas como será visto no próximo capítulo.

96-Sobre os princípios e objetivos do Clube 3 de Outubro, ver. CARONE, Edgard-O Tenentismo, op.cit.; FIGUEIREDO, Eurico de Lima(org.) op.cit.; MAGALHÃES, J.B. A evolução militar do Brasil. op cit. e CARVALHO, José Murilo de op.cit.

CAPÍTULO II

Os militares na Assembléia Constituinte de 1934 tinham uma bancada composta por 20 membros. Os membros do Clube 3 de Outubro, principal representação militar, participaram ativamente da elaboração do anteprojeto da Constituição na Comissão do Itamarati. Esta Comissão que foi encarregada de elaborar este anteprojeto era composta por seis tenentes, militares e civis¹.

Embora atuante, o anteprojeto da Comissão do Itamarati não mostrava qualquer influência do Clube 3 de Outubro. As propostas do general Góis Monteiro eram predominantes no mesmo e voltavam-se principalmente para o fortalecimento material e humano das corporações. Estas propostas que representavam a aspiração do Exército, enquanto instituição, buscava limitar as liberdades políticas dos militares e afasta-los do envolvimento partidário.

As aspirações da cúpula do Exército eram distintas da dos militares constituintes que buscavam manter na Carta de 1934 as vantagens obtidas em 1891. As promoções por merecimento que se tornaram constantes a partir de 1930 era uma das principais críticas que os tenentes mantinham contra a instituição, como vê-se em editorial da revista A Defesa Nacional;

"Ninguém se fatiga em repetir que um "Exército vale, o que valem seus quadros" e no entanto, nossos quadros são falhos. Deles ninguém cuida como convém à função militar. Em todos os escalões as recompensas envolvem de roldão vadios e trabalhadores, eruditos e ignorantes; e nas recompensas concretas em regra se esquecem os que mais merecem... Agir assim, seja em 1934 o nosso compromisso. Construiremos pela base o edifício de nossa grandeza."²

1-A Comissão do Itamarati era formada por Afranio de Melo Franco, Antunes Maciel, Temístocles Brandão Cavalcanti, Francisco Solano Carneiro da Cunha, João Mangabeira, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida e Juarez Távora. Cpdoc. AM, 1934.

2-Editorial da revista A Defesa Nacional, janeiro de 1934.

A revista A Defesa Nacional ao instalar-se a Assembléia Constituinte buscava através de suas páginas usar a influência que mantinha sobre os militares para orientar-lhes a respeito de como deveria ser a política militar;

"...política militar é uma política de defesa. Para tanto são lhe indispensáveis certos recursos mínimos. É dever do Exército velar porque estes recursos lhes sejam fornecidos, visto como, no momento de luta ele assumirá as maiores responsabilidades e, se os meios se mostrarem insuficientes, a Nação angustiada lhe gritará que lhe incumbia, como organizador de sua defesa, o dever de exigí-los desde os tempos de paz."³

A bancada militar na Constituinte não obstante as orientações advindas dos seus pares no Exército, apresentavam-se tal qual havia acontecido nos trabalhos constituintes de 1891. Os tenentes que se mostraram contrários à reconstitucionalização do país num primeiro momento, ao se engajarem nesta o fizeram no sentido de obterem ganhos políticos, como ocorreu com alguns militares que participaram da elaboração da Carta de 1891.

Os militares que estiveram representados na vice-presidência da Assembléia pelo general Cristovão Barcelos não tinham entretanto um projeto que os unissem enquanto classe militar. Apoiados nos representantes classistas desde o início dos trabalhos estes divergiam entre si próprios. As relações entre militares e civis na Assembléia passavam constantemente por vias ambíguas e confusas. Enquanto os militares de outros escalões voltavam seus projetos para a instituição, os tenentes desviavam suas propostas para questões políticas mais abrangentes.

Os deputados classistas que apoiavam os tenentes na Assembléia também mostravam-se divididos o que tornava ambos os grupos impotentes diante das grandes bancadas estaduais. Estes deputados que tal qual os tenentes eram um corpo estranho no seio da Assembléia, não tinham um projeto

3-Editorial da revista A Defesa Nacional, dezembro de 1933.

que harmonizasse as várias categorias que representavam e nem traquejo parlamentar para defendê-las. Indicados pelo Ministério do Trabalho os deputados classistas eram guiados pela batuta deste.⁴ Os representantes dos profissionais liberais e do patronato formavam com a maioria dos deputados de seus estados, salvo raras exceções como a do médico Abelardo Marinho que ligado aos tenentes e membro do Clube 3 de Outubro permaneceu fiel aos postulados deste até o final dos trabalhos.

A precariedade das bases de sustentação civil e militar da "ditadura de cunho reformista" iniciada em 1930 tinha na Assembléia Constituinte uma válvula de escape para reverterem este quadro. No entanto, mesmo com a representação classista adotada para fortalecer o governo estes não estabeleceram o quadro político pretendido. Os tenentes constituintes protelando com os civis tornaram-se um grupo voltado somente à manutenção de Getúlio Vargas no poder.

As alianças formadas nas votações constitucionais dividiram os tenentes entre aqueles que voltavam-se apenas para manter Vargas no poder e outros que buscavam refletir uma reconstitucionalização voltada para o país. Esta divisão se fez nítida quando um parcela da bancada militar propuseram uma inversão dos trabalhos para elegerem o presidente antes que a Constituição fosse promulgada.

A tentativa de eleger o presidente antes que o país tivesse uma Carta Constitucional dividiu ainda mais os militares e os civis gerando uma verdadeira tendência golpista naquele recinto. As bancadas dos estados mais fortes e muitos militares aliaram-se contra esta tentativa tendenciosa dos "tenentes revolucionários" como verifica-se no Diário da Assembléia Nacional;

"É um atentado à livre manifestação do desejo popular, à soberania do povo brasileiro, praticar-se imediatamente, a

4-A indicação dos deputados classistas pelo Ministério do Trabalho deu aos sindicatos um papel de peleguismo, colocando-os a serviço do governo. Ver GOMES, Angela Maria de Castro - "A Representação de classes na Constituinte de 1934" In. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, FGV, V (21) nº 3, setembro de 1978, pp 55-62.

a eleição do Presidente da República, quando o país ainda não está de todo preparado para realiza-la; quando a imprensa amordaçada pela mais férrea e draconiana das censuras não pode absolutamente, fazer a propaganda de nenhum outro candidato que não seja a do Sr. Getulio Vargas..."⁵ afirmava o deputado João Vilas

Boas, enquanto o deputado tenente João Alberto dizia;

"...Ninguém desconhece que essa tentativa de inverter a ordem dos trabalhos, visa a eleição imediata do Dr. Getulio Vargas para a presidencia da República. Não quero com as minhas palavras ameaçar o Brasil nem o governo da revolução armada... Desejo expor aqui somente o meu sentimento de brasileiro e dizer que aquilo que pratiquei há dez anos poderá ser repetido da mesma forma hoje."⁶

As divergências na Assembléia eram acompanhadas de perto por alguns militares que ausentes da mesma, não escondiam o descontentamento que existia no quartéis em relação ao desenrolar das discussões. Um destes militares, o tenente Adacto Pereira foi mais longe em seu descontentamento. Este tenente elaborou um plano de ação que previa o estabelecimento de uma "Junta Governativa Militar" para o país.

A estratégia do tenente Adacto Pereira era a de manter unidas as correntes militares, inclusive a dos "revolucionários autênticos" que eram os principais opositores da reconstitucionalização do país. Segundo os planos deste, a instalação de uma "Junta Militar" poderia amenizar as divergências políticas do país, procedendo uma remodelação do alistamento eleitoral, convocando uma nova Assembléia e dissolvendo aquela.

Ficava patente neste plano que as pretensões militares necessitavam profundamente do apoio de políticos civis, o que não vinha ocorrendo na Assembléia. Mesmo o sistema de representação classista que havia sido aprovada no regulamento eleitoral que elegeu a Assembléia, apregoada e defendida pelos tenentes era ineficiente em tal apoio.

5-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº53, p. 1394, 11/3/1934. AN

6-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº38, p. 901, 22/03/1934. AN

O plano de dissolução da Assembléia Constituinte do tenente Adacto Pereira⁷ visava através da eleição de uma outra incorporar novas formas de representação que pudessem moralizar o sistema político vigente. As representações corporativas eram defendidas pelos militares no sentido de obterem das mesmas o apoio necessário para a aprovação de propostas destes nas votações. Em nota divulgada na imprensa o Clube 3 de Outubro assim se referia a estas;

"Tem se alegado contra a representação profissional o ser mais um obstáculo à formação dos partidos. Curioso é que se tenha arraigado no cérebro de muita gente com força férrea de dogma que o grande mal e causa de todos os males é a ausência de verdadeiros partidos. O mal não está na ausência de partidos e sim na ausência de organização nacional."⁸

Sendo o elo que manteria as relações entre civis e militares na Constituinte, onde a defesa dos classistas resultava na força dos tenentes, estes aglutinavam-se numa política de compromisso.⁹ Esta política de compromisso visava garantir três pontos básicos na Constituição; A aprovação de um conjunto de medidas necessárias à continuidade do processo inaugurado em 30; A manutenção de Vargas como presidente e a aprovação de um código de águas e minas.

Considerando-se que tais articulações e os elementos mais importantes nelas envolvidos pertenciam direta ou indiretamente à cúpula governamental, compreende-se que este processo consistia basicamente na expansão da influência dos tenentes na política nacional através de Getúlio Vargas.

Os tenentes que no decorrer do processo de votação na Assembléia começaram a perder seu apoio mais sólido que partia do Clube 3 de Outubro, porque o presidente começou costurar apoios entre os grupos oligarquicos, perderam gradativamente seu status de "revolucionários outubristas".

7-Cf. Documento; Estratégias dos militares constitucionalistas, 1934 Cpdoc, BK.

8-Critica à Assembléia Constituinte, pelo Clube 3 de Outubro. A Platéia 2/4/1934. BMMA e AN.

9-Ver O Estado de São Paulo, 3/1/1934 p.6 e 14/5/1934 p.8. BMMA; SILVA, Hélio-1934-A Constituinte. São Paulo, Civilização Brasileira, 1969, pp 357-374.

O Clube 3 de Outubro que tinha entre seus sócios dois terços de filiados que pertenciam às Forças Armadas e o restante de civis,¹⁰ não pretendeu se transformar em uma organização de massas mas manter entre os seus o maior número de "tenentes autênticos" possível. Esta medida levada a efeito pelo Clube visava manter nestes "autênticos" uma maior capacidade de mobilização para reivindicações junto ao governo. A importância do Clube que crescia nos trabalhos constituintes já era grande em 1930, porque se julgavam os principais responsáveis pelas transformações ocorridas em 1930, como afirmou Alzira Vargas;

"Ser "tenente" é pertencer ao "Clube 3 de Outubro" foi, durante alguns meses, muito mais importante do que ser general ou fazer parte do Ministério." ¹¹

O Clube exercia muitas pressões sobre os deputados militares e estas pressões resultava em divisões ainda maiores na bancada dos mesmos. Levando-se em consideração o fato de que nem todos militares constituintes pertenciam ou eram simpatizantes da filosofia do Clube, este se tornou o principal fator de fracionamento da bancada militar.

As posições defendidas pelo Ministro da Guerra, Góis Monteiro na Comissão do Itamarati era outro fator de divisão da bancada militar. As propostas de proibição de voto aos militares, proibição de participação de militares em organizações de caráter político e proibição total de novos militares ingressarem na política foram aprovadas em sua maioria no anteprojeto da Constituição, mas foram derrotadas também em sua maioria nas votações da Assembléia.

Os militares que não se sentiam representados pela bancada de membros desta classe teciam críticas cada vez mais volumosas aos mesmos. Entre estes militares, o general Manuel Rabelo, comandante da VII Região Militar sediada em Recife, era o que mais combatia a bancada militar e a própria

¹⁰ O tenentismo foi um movimento com predominância de tenentes, porém todos os civis que os apoiaram diretamente foram considerados como "tenentes". Pelo movimento ter adquirido um aspecto mais político do que utilizamos o termo num sentido mais generalizado sem ater-se à patente.

¹¹ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral - Getúlio Vargas, meu pai. Porto Alegre, Globo, 1960, p 78

Assembléia que assim descrevia;

"Essa Assembléia não representa absolutamente a vontade do povo. Os seus componentes foram eleitos sob o mesmo regime da chamada Velha República, cujos métodos continuaram sendo adotados com os proveitos pessoais dos políticos na também chamada Nova República. A eleição dos que compoem a Assembléia foi feita pela fraude, e conchavos e por intermédio dos conhecidos e condenados métodos que o infeliz regime democrático encampa e tantos males tem trazido ao Brasil." ¹²

O general Manuel Rabelo propôs em carta ao Ministro da Guerra que as Forças Armadas impusessem um forte ao país, sob a direção de Getúlio Vargas e a Constituição de Júlio de Castilhos.¹³ Como a censura à imprensa pesava fortemente, os reporteres que faziam a cobertura dos trabalhos constituintes pediam aos deputados que estes lessem na Tribuna da Assembléia os seus artigos censurados. Tal prática visava fazer constar nos Anais da Assembléia as declarações semelhantes a do general Manuel Rabelo, mas que indiretamente objetivavam fazer deste o porta voz das críticas àquela. Valendo-se deste artifício aquele general fazia críticas à representação dos constituintes e defendia uma política de profundas transformações na vida nacional como afirmava;

"A constituinte não representa a vontade do povo, a democracia já faleceu há muito tempo. O país necessita de autoridade e responsabilidade, que só será possível, sem a a colaboração perturbadora dos políticos profissionais." ¹⁴

A resposta às críticas de Manuel Rabelo na Assembléia se deram pela tentativa de alguns deputados via indicação de punição junto ao governo.¹⁵ Os deputados militares afirmavam que as críticas daquele não representava o ponto de vista do Exército,¹⁶ mas tinham um sentido coerente com a situação e não

12-Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2/3/1934 p.6. AN

13-Carta de Manuel Rabelo a Góis Monteiro, 18/3/1934. Cpdoc GV

14-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 43, pp. 1102-1103. AN

15-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 43, p. 1103. AN

16-O Estado de São Paulo, São Paulo 11/4/1934, pp 3-5 .BBMA

poderia portanto, ser punido pelas suas aspirações.

Na medida em que os militares ausentes da Assembléia se referiam a esta como um local em que as explorações políticas em torno da mesma deveria sofrer intervenção militar, as confabulações em torno do assunto se intensificavam nos quartéis. As confabulações em torno de um golpe militar que fortalecesse o governo inicialmente, começou a ganhar corpo e passou a ameaçar até mesmo o governo. Nas Regiões Militares tramavam-se uma tomada do poder e o investimento do general Góis Monteiro no mesmo.

Estas conspirações que ameaçavam a Assembléia já haviam sido pressentidas pelo deputado Aluísio Filho, quando da indicação de Góis Monteiro para a pasta da Guerra, em que afirmava;

"...Conspirava-se nas guarnições. Em consequência a palavra de Góis Monteiro e o pitoresco de sua linguagem animaram o plenário e trouxeram novo alento às maquinações dos políticos e às conversas dos militares."¹⁷

Tendo por um lado as Forças Armadas descontentes e de outro uma Assembléia sendo constantemente desmoralizada pelos militares, Getúlio Vargas buscou abrir um canal entre estes importantes núcleos de poder que se defrontavam para se consolidar enquanto candidato. Neste sentido, o presidente começou aproximar-se das grandes bancadas regionalistas estaduais e através de decretos iniciou um processo de antecipação na resolução das questões mais polêmicas.

Os decretos presidenciais surtiam efeitos na Assembléia e provocavam indignação nos constituintes como protestava o deputado J.J. Seabra na tribuna da Assembléia;

"O que se deseja não são os decretos leis para a continuação da ditadura. É contra isto que a Assembléia deve levantar-se, porque foi a ditadura que trouxe a Assembléia a este estado..."¹⁸

17-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 22, p. 204, 28/1/1934. AN

18-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 43, p. 1104, 3/3/1934. AN

Os decretos agiam no plenário da Assembléia como uma ação retardatária, pois enquanto os deputados discutiam o governo antecipava-se aos mesmos em projetos que poderiam ser aprovados por eles. Trazendo para si as atribuições dos deputados, Getúlio Vargas fazia dos decretos uma parte de sua campanha à eleição presidencial. Estes atos do governo gerava revolta nas oposições que sentiam que a Assembléia estava sendo desautorizada como afirmava J.J. Seabra;

"...Não se pode compreender que num regime constitucional, que o governo exerça ao mesmo tempo, os poderes Legislativo e Executivo.."19

Numa Assembléia frágil e constantemente atropelada pelos decretos do governo, a morosidade dos trabalhos tornavam-os inconsistentes. Em plenário os militares não se entendiam com os civis e entre si próprios, o regionalismo era a grande expressão da Assembléia e as bancadas estaduais o termômetro das discussões. Os militares tinham até seus pares contra si, não era outra a significação das ameaças de chefes militares contra a Assembléia. Estas ameaças repercutiam e englobavam os militares como deputados desmoralizados perante a classe, no mesmo nível que se englobavam os civis.

O Ministro da Guerra, general Góis Monteiro sem uma bancada militar que refletisse suas propostas, levava as mesmas para serem discutidas e votadas através do seu irmão, o deputado Manuel Góis Monteiro. O deputado Góis Monteiro refletia o seu pensamento em plenário baseadas nas idéias do general, principalmente nas questões que se referiam diretamente aos militares como serviço militar e direito de voto.

Segundo Manuel Góis Monteiro em suas intervenções na tribuna da Assembléia, todos os brasileiros com exceção apenas das mulheres deveriam ser obrigados à prestação do serviço militar. Considerava este serviço uma necessidade vital para que o cidadão se organizasse na complexidade dos

fenômenos de guerra. Para este deputado os militares também não poderiam ser considerados alistáveis para o voto, alegando que tal direito não correspondia a qualquer idéia política francamente defensável. Afirmava que se a Assembléia aprovasse o direito de voto aos militares, estaria sujeita a graves prejuízos políticos como buscava justificar;

"Conceder o direito de voto aos militares em atividade não corrige uma injustiça, agrava o mal e com isso surgirá uma nova era dos pronunciamentos, não à antiga moda sul-americana, mas à moderna, que poderemos dizer internacionalizada, isto é o incitamento a desordem nos países desprevenidos, para que mais facilmente, sejam enfraquecidos pelo imperialismo e cobiça dos países fortes, super povoados ou exploradores."20

A defesa de voto aos militares era feita pelos militares dos escalões mais baixos das Forças Armadas, principalmente pelos sargentos que se apoiavam no fato de que a Constituição de 1891 lhes dava tal direito. Também os deputados civis se dividiam na questão, o deputado Negreiros Falcão fazia da tribuna da Assembléia a defesa do direito de voto aos militares afirmando que as Escolas Militares colaboravam intensamente na resolução de grandes problemas nacionais e para corroborar seu ponto de vista afirmava;

"Porque razão negar o direito de voto aos sargentos, quando as suas mulheres tem esse direito?"21

Com base na Constituição de 1891 os deputados contrários ao direito de voto aos militares afirmavam que em 1891, tal direito nada mais foi que uma justa homenagem aos militares que colaboraram no movimento republicano. Para o deputado, general Cristovão Barcelos a situação do momento era muito distante da realidade de 1891²². Evocando a missão das Forças Armadas o deputado Manuel Góis Monteiro insistia na sua proposta, que por extensão era a proposta do Ministro

20-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p2457, 12/4/1934. AN

21-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p2459, 12/4/1934. AN

22-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p2461, 12/4/1934. AN

da Guerra que pregava o afastamento dos militares da política. Assim discursava Manuel Góis Monteiro;

"O voto dos militares das classes armadas não é o que convém, nem aos interesses da política, que são a ordem e o progresso nacionais, nem às classes armadas na previsão da luta de qualquer natureza. O que convém à política, ou melhor, ao Brasil, é que as classes exerçam sua missão de preparação da defesa militar da nação contra os inimigos do exterior, e garantam a segurança das instituições contra os inimigos internos, ocultos ou não, ostensivos ou insidiosos, vivendo sem fraquezas ou colapsos de indisciplina..."²³

O direito de voto aos militares que o general Góis Monteiro havia feito inserir no anteprojeto da Constituição apenas para quem não estivesse na ativa provocou muitas revoltas entre os oficiais insubordinados na hierarquia. As discussões em torno do projeto realizadas pelos militares do baixo oficialato provocaram uma nova mudança nos escalões militares que se envolviam na política. Os tenentes que haviam se notabilizado pelos seus movimentos foram substituídos pelos sargentos nas discussões políticas.

Os sargentos em virtude das discriminações que diziam estar sendo sujeitos promoveram muitas revoltas e agitações nos quartéis julgando-se castrados de seus direitos de cidadãos alistáveis para o voto. Dentre estas insubordinações de sargentos pode-se destacar as seguintes;

-Os sargentos das guarnições do norte, contrários ao Ministro da Guerra, ameaçaram se levantar contra a Assembléia Constituinte, convocando uma outra;²⁴

-Sargentos e cabos de São Paulo articularam um levante de caráter comunista, planejando assassinar as autoridades civis e militares e designarem representantes para os cargos administrativos;²⁵

23-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p. 2461, 12/4/1934. AN

24-Cf. Relatório do Capitão Silva Barros ao General Daltro Filho, 24/2/1934. AN-GM

25-Cf. Carta do Tenente Delfino Resende a Bertholdo Klinger, 26/4/34 Cpdoc, BK

-Um movimento de sargentos em Minas Gerais orientados por advogados buscava entrar em contato com os militares constituintes para exigirem melhorias na classe;²⁶

-Sargentos e praças de Ribeirão Preto, São Paulo, que pertenciam a Força Pública sublevaram-se prendendo todos os oficiais que se achavam no batalhão.²⁷

Valendo-se da situação de descontentamento que se abatia sobre os sargentos o "Bloco Socialista Revolucionário" do Rio de Janeiro redigiu um manifesto denominado "Em prol da revolução social: aos sargentos do Brasil", em que incitava os sargentos a levantarem-se em armas contra o regime vigente. Este manifesto reivindicava entre outras coisas, que os sargentos fossem promovidos a todos os postos do oficialato e que os civis fossem proibidos de ingressarem nas Escolas Militares e Navais.²⁸

As manifestações de sargentos em todo o país cada vez mais frequentes e voltadas contra as idéias defendidas pelo ministro da Guerra refletiram positivamente na Assembléia Constituinte. Tais reflexos culminaram com a aprovação da emenda que garantia o direito de voto aos oficiais das Escolas Militares e aos sargentos. As manifestações dos sargentos ao surtirem efeito na Assembléia representou uma derrota do Ministro da Guerra, estendida a outros pontos.

Além do direito de voto os militares obtiveram outras conquistas que contrariavam as propostas da cúpula do Exército, tais como vantagens de militares eleitos, exceto aos vencimentos e extensão do prazo de oito anos contínuos ou doze descontínuos para que os militares em cargos públicos passassem diretamente para a reserva.²⁹

O Ministro da Guerra não obteve o respaldo para suas propostas na Assembléia Constituinte, mas a movimentação em torno das Forças Armadas nos debates manteve as instituições militares como as mais importantes do Estado.

26-Cf. Carta do Tenente Delfino Resende a Bertholdo Klinger, 26/4/1934. Cpdoc, BK.

27-Cf. Relatório do Ministério da Guerra, 1934. AE

28-Cf. Manifesto do "Bloco Socialista Revolucionário", 1934. AN-GM

29-Cf. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934, artigos 108, 159-167.

As conquistas obtidas pelos escalões subalternos das Forças Armadas nas votações da Assembléia Constituinte, superando as aspirações das cúpulas militares representaram uma vitória do exército clivado sobre o exército organizado, onde os primeiros representados por segmentos que se opunham ao ministro da guerra ampliaram o raio de ação destes na política.

Ao aproximar-se as votações finais que formariam o texto constitucional, as discussões em torno das candidaturas a presidência redimensionariam as posições dos militares na política, recolocando no cenário político os oficiais de altas patentes. As bancadas de oposição em busca de uma candidatura alternativa à de Getúlio Vargas passaram a buscar nos elementos militares o apoio que julgavam necessário para o sucesso da mesma. Assim, no relatório do Ministério da Guerra de 1934, Góis Monteiro escrevia;

"...as agitações de ordem político-militar visam renovar os quadros dirigentes do país através da discórdia implantada nos quartéis, por personalidades que buscam apoio das classes armadas para obterem melhores meios de ação..."³⁰

O quadro sucessório, do "governo provisório" para um governo constitucional, agitava os meios políticos e militares. Como a candidatura Vargas já era uma realidade, as oposições buscavam encontrar um nome capaz de concorrer em equilíbrio com o mesmo, mesmo que este estivesse participando do "governo provisório" em algum cargo, mas que pudesse assumir compromissos de mudanças nas práticas políticas vigentes. Como Getúlio Vargas havia se distanciado dos "revolucionários" para se apoiar nas grandes bancadas situacionistas estaduais a oposição compreendia que era necessário mina-lo em suas próprias bases, ou seja, lançando um homem de seu staff como candidatura alternativa.

As conotações políticas dos debates constituintes visando a eleição presidencial, haviam criado o clima que os

a oficialidade subalterna do Exército, principalmente a pertencente ao Clube 3 de Outubro propusessem uma candidatura militar à presidência do país.

Esta oficialidade que havia se distanciado de Getúlio Vargas no decorrer dos trabalhos constituintes e tinham por outro lado obtido algumas conquistas nas votações lançaram a candidatura do general Góis Monteiro para a sucessão de Getúlio, em abril de 1934 através do Clube 3 de Outubro.³¹

Enquanto as discussões em torno de uma candidatura alternativa se concatenava e tomava forma, a oposição a Getúlio Vargas crescia com a mesma intensidade, principalmente no tocante a eleição indireta³² e a reeleição do mesmo. No plenário da Assembléia o deputado do PRM da bancada mineira assim se referia à candidatura de Vargas;

"A reeleição do próprio Chefe do Estado que se encontra, além disso, provido de poderes excepcionais além de contrariar todas as tendências de nossa história republicana, é muito mais chocante com as idéias revolucionárias do que a eleição de um candidato das preferências do Presidente deposto em 1930."³³

A bancada mineira que reivindicava sua importância no movimento que colocou Vargas no poder, considerava que os compromissos assumidos pelos mesmos em 1930 não compactuavam com a política posta em prática pelo governo no decorrer dos anos. Definindo como uma contradição a candidatura Vargas o mesmo deputado lançaria na Assembléia uma candidatura alternativa que apresentava desta forma;

"O homem que no momento reúne todas as qualidades e todas as condições para exercer o supremo posto do Governo brasileiro é o Sr. General Pedro Aurélio de Góis Monteiro."³⁴

31-A candidatura do general Góis Monteiro foi lançada pelo Clube 3 de Outubro em manifesto publicado no jornal A Platéia de 10/4/1934. AN

32-A eleição do presidente da República para o primeiro mandato constitucional fora aprovada como medida transitória para ser realizada de forma indireta.

33-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p. 2465, 12/4/1934. AN

34-Idem

O lançamento de uma candidatura militar por civis, num momento em que o problema da sucessão presidencial já era discutida principalmente nas altas esferas militares afluía nas corporações o espírito intervencionista. Este período que aponta para uma supremacia do alto oficialato nas discussões políticas onde substituíram os tenentes, tinha na candidatura Góis Monteiro uma contradição implícita nas cúpulas militares.

A contradição existente entre o discurso e a candidatura do ministro da guerra era sentida entre seus próprios pares, causando apreensão em muitos militares. As próprias declarações de cunho político do general Góis desde a Revolução Paulista de 1932 surgiam como ambíguas e demagógicas quando definia a finalidade política do Exército, como afirmava o tenente José Américo;

"É essa aparente contradição de vossas atitudes. Condenais a intervenção dos militares na política como prejudicial ao espírito de classe. E participais vós mesmo dos conselhos de governo e das próprias organizações partidárias que a revolução modelou."³⁵

Os elementos mais ativos do "governo provisório" eram os mais cotados para a sucessão de Getúlio Vargas. O lançamento da candidatura Góis em 1934 não era fruto apenas do hibridismo da Assembléia Constituinte, ela ligava-se a importantes grupos políticos que ascenderam ao poder com a deposição de Washington Luiz em 1930 e ao Clube Militar que insinuava a candidatura deste logo, após a Revolução Paulista de 1932.

As candidaturas que se discutiam no entanto, não se afirmavam com a facilidade que se previa, eram inúmeros os problemas a serem superados. Entre estes problemas estava a questão legal das mesmas, pois a emenda paulista que tornava inelegível o presidente e seus ministros havia sido aprovada no texto da Constituição. Este problema perdurou

35-Discurso de José Américo pronunciado em banquete das classes armadas oferecido ao general Góis Monteiro, 1932. Cpdoc, OA

até a votação das disposições transitórias onde abriu-se os precedentes para quaisquer candidato³⁶.

Os nomes alternativos a candidatura Vargas, em sua maioria oriundos da estrutura administrativa do governo provocaram profundos abalos na base governamental. As divergências entre os candidatáveis atingiam não só as bases do governo, mas também as forças políticas de oposição que não tinham uma candidatura sólida para ser lapidada, até momentos antes da eleição.

O Ministro da Guerra que pregava a "política do exército" em contraposição à política no exército, assumindo a política como político ganhou importantes apoios entre os políticos civis. O Partido Republicano Mineiro, de indiscutível tradição oligarquica e que se encontrava em oposição ao governo seria um dos principais suportes na articulação da candidatura Góis.³⁷ Em seguidas entrevistas aos jornais, o general Góis buscava incutir na opinião pública um alheamento do Exército ante as questões políticas e sua descrença pessoal na liberal democracia, porém tornava-se ambíguo na entrevistas seguintes quando afirmava;

"Dentro da democracia, da democracia liberal, eu tenho, creio, a liberdade de não dar o meu consentimento à indicação do meu nome. Agora dentro ainda da democracia liberal, os outros também tem creio, a liberdade de escolher o seu candidato."³⁸

Ao mesmo tempo que articulava sua candidatura com uma conspiração contra Vargas, o ministro Góis participava ativamente das reuniões da cúpula governamental que debatia a estratégia da candidatura Vargas. Atuando em polos opostos o ministro da Guerra conspirava contra o governo arquitetando um golpe contra aquele e permanecia presente nas lides governamentais ao lado do mesmo.

Entre certas facções de militares golpistas (tenentes e oficiais gerais) o combate à Assembléia havia sido em

36-Ver Artigo 4º do Capítulo III da Constituição de 1934, que determinava a inelegibilidade de Vargas e seus ministros e artigo 1º das disposições transitórias da mesma. AN

37-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p 2466, 12/4/1934. AN

38-Cf. Correio da Manhã, 7, 10, 11 e 14/4/1934 AN

vão, assim compreendiam que cabia aos militares a presidência da República para que pudessem retomar as aspirações do "projeto revolucionário de 1930". Desta forma, as articulações do Ministro da Guerra para derrubar a Assembléia, envolvendo militares da VII RM comandada pelo general Manuel Rabelo tornou-se uma importante carta para as pretensões do general Góis.³⁹

As conspirações contra a Constituinte fez com que o Exército fosse colocado em evidência no cenário político e a candidatura Góis ganhasse o apoio de segmentos civis que sentiam -se derrotados nas votações da mesma. As constantes ameaças encabeçadas pelos generais Góis Monteiro e Manuel Rabelo, com o intuito de implantar um governo forte respaldado pelas Forças Armadas na catalização de apoio de civis que antes apoiavam a candidatura Vargas.

O crescimento da candidatura Góis gerou insegurança nas aspirações de Vargas, que buscou a partir de então uma manobra política que atraísse o general para a sua órbita política, aproximando-o do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Esta manobra visava manter o general Góis sob controle, evitando possíveis conspirações contra as pretensões continuístas de Vargas.

No entanto o perigo de um golpe militar não foi totalmente erradicado, e tornava-se cada vez mais eminente. O general Valdomiro Lima redigiu uma circular pessoal e secreta que foi enviada aos generais do Exército com o aval do Ministro da Guerra. Esta circular propunha a deposição do governo Vargas e a formação de um "Conselho de Generais" para dirigir o país temporariamente.⁴⁰ O plano chegou ao conhecimento de Getúlio Vargas através do comandante da VI RM sediada em Salvador, permitindo assim que o governo fizesse abortar o movimento sem provocar impactos nos meios políticos ou militares.

39-Ver O Estado de São Paulo 23/3, 8/5 e 3/5/1934. BMMA

40-A correspondência telegráfica de Getúlio Vargas com Flores da Cunha de março a maio de 1934, detalha as conspirações do general Góis, de Manuel Rabelo e de general Valdomiro Lima. Cpdoc, GV.

As articulações de movimentos conspirativos contra a Assembléia Constituinte e contra o governo Vargas, através de militares situados nos mais altos escalões do Exército resultava em benefícios para os candidatos. O governo empossado pela Junta Militar que destituiu o presidente legal em 1930, ampliava suas possibilidades de ser eleito constitucionalmente como "defensor da Assembléia" contra as investidas militares. Os deputados que se situavam entre os oposicionistas apoiavam Vargas quando se sentiam ameaçados em seus cargos por possíveis golpes militares.

Criticar os constituintes em público e conspirar contra a Assembléia em recintos fechados tornou-se nos primeiros meses de 1934 a rotina dos altos escalões do Exército. Com o beneplácito do Ministro da Guerra que as conversas conspirativas se sucediam, enquanto este dirigia-se aos jornais para negar quaisquer atividades neste sentido entre seus subordinados.

As incursões do general Góis nas páginas políticas dos principais jornais do país fazia dele um político. No sentido de levar a sua posição em relação aos principais problemas do Brasil como afirmava, o ministro buscava indiretamente difundir seu nome à população valendo-se do cargo que ocupava. Enquanto garantia aos jornais que a situação nos quartéis era de normalidade e que os militares estavam ausentes das questões políticas a realidade era oposta.

Estas aparições do ministro se tornaram mais frequentes quando sua candidatura foi lançada na Assembléia, mas que já eram frequentes desde 1932 não deixaram de causar os efeitos de publicidade que o mesmo desejava. No plenário da Assembléia as declarações do general à imprensa eram sempre colocadas em evidência por políticos dos mais diversos matizes, como opinava sobre o assunto o deputado Aluísio Filho;

"Góis Monteiro é sincero dizendo que tem timbrado, no correr de todos os acontecimentos em dar a maior publicidade às suas opiniões. É por isso considerado um jornalista amador. Estima a imprensa como uma

força natural de esclarecimento, através de cuja colaboração os governos poderão ganhar foros de opinião e construir, mesmo em sentido benéfico e consolidador, uma verdadeira opinião nacional. Isto quer dizer claramente que não acredita na existência da opinião pública espontânea."⁴¹

O Ministro da Guerra que defendia a idéia de que a nação devia ser organizada com base nos moldes militares, buscava salientar que esta era a maneira de se obter o máximo de rendimento em todos os ramos de atividade pública. Compreendia que a Assembléia Constituinte era ineficiente porque prevalecia em seu recinto os interesses regionalistas, o milicianismo e o caudilhismo que não se adequavam aos modelos militares ou a qualquer organização social do país.

Na Assembléia Constituinte onde imperava o individualismo dos estados, as declarações do general Góis surtiam efeitos contundentes. Segundo este, os constituintes desvirtuavam os meios racionais de organização econômica, política, social, jurídica e militar do país por se prenderem apenas aos seus próprios interesses e só seriam moralizados dentro de uma disciplina militar. Embora não defendesse abertamente a possibilidade de implantação de um estado militar no país, o general Góis deixava patente que a organização do país através da Assembléia Constituinte teria vida curta se não adotasse o "verdadeiro espirito militar" na nova Constituição do país.

As grandes bancadas estaduais que se encontravam divididas entre as candidaturas Vargas e Góis, além de outras de grande influências em seus estados, tornaram-se alvos das declarações do ministro da Guerra que buscava uma aproximação com as mesmas, principalmente a paulista. Esta tentativa de aproximação se dava porque a bancada paulista sendo a mais numerosa em oposição ao governo, poderia decidir a eleição em seu favor.

41-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 22, pp. 406-407, 28/1/1934.

O general Góis Monteiro considerava descartada outras candidaturas que não fossem a de Getulio Vargas e a sua própria, porque defendia a eleição indireta e as limitações que esta impunha, como declarava o mesmo;

"A eleição direta no Brasil, é uma burla e uma imoralidade, além de ser um processo ilógico, senão quando trata de interesses também diretos e celulares. Fora daí no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma forma de democracia organizada."⁴² A defesa

de eleições indiretas segundo este general se fazia porque era a única forma de organizar o país sem que os estados mais fortes subjugassem os mais fracos nas decisões eleitorais.

Em conformidade com estes argumentos do ministro, o Clube 3 de Outubro, no Manifesto que lançava o mesmo para a presidência do país, afirmava que as Forças Armadas eram a única reserva organizada no espírito nacionalista e portanto o país devia ser organizado como estas. Para estes as instituições militares representavam o único freio que ainda podia se opor decisivamente às tendências desagregadoras internas ou estranhas à comunhão brasileira".⁴³

Nas circunstâncias do momento, em que as principais forças políticas não mantinham um consenso na resolução dos principais problemas do país, as Forças Armadas se apresentavam como as forças capazes de assegurarem o consenso necessário, muito embora as próprias não mantivessem uma uniformidade interna. Os generais comandantes de regiões e circunscrições militares que representavam os maiores efetivos materiais e humanos do Exército ao aliarem-se a candidatura Góis visavam por meios políticos instalarem uma Junta Militar na direção do país.

De outro lado, a pretexto de uma reorganização do Exército o governo passou a fazer sucessivas transferências nas regiões militares. Estas transferências se faziam para que os militares tidos como conspiradores fossem afastados

42-MONTEIRO, Góis-A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d/p, p.195

43-A Platéia, Rio de Janeiro, 10/4/1934. pp 4-6. AN.

da capital da República e para isolar o ministro da Guerra em suas aspirações presidenciais. Como resultado desta ação governamental o general Góis alegando interferências diretas do governo em sua pasta pediu demissão da mesma. Esta demissão que não foi aceita pelo governo⁴⁴ atingiu diretamente as pretensões políticas de Góis Monteiro gerando uma normalização no processo constitucional do país, em andamento.

Góis Monteiro que havia combatido os "tenentes revolucionários" nos anos vinte, participou do movimento armado contra o governo legal em 1930 e ascendeu vários postos durante o "governo provisório" chegando ao Ministério da Guerra, passou a representar a alta oficialidade nas intervenções políticas a partir de então. Como representante destes oficiais o general pressionou a Assembléia para ser eleito presidente da República valendo-se do cargo ministerial que ocupava.

As crises políticas civis e militares que emergiram do processo sucessório do "governo provisório", como consequência da falta de organização política nacional trouxe em seu bojo as condições necessárias para que as agremiações regionalistas se solidificassem. Simultaneamente as correntes políticas dos militares que conspiravam contra a Assembléia e o governo ao terem seus movimentos abortados previamente se encaminharam para o ostracismo.

O Clube 3 de Outubro após graves incidentes em sua direção e organização interna e diante do isolamento a que foi submetido após as votações da Constituição, perdeu sua consistência de organização tenentista. Os tenentes que estavam interventores nos estados ao serem substituídos pelos eleitos geraram um esvaziamento total das forças do Clube resultando em sua dissolução em 1935.⁴⁵

44-A carta de demissão de Góis Monteiro a Getúlio Vargas entregue em maio de 1934 encontra-se no Cpdoc, GV

45-Ver CARONE, Edgard. O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975, pp. 429-430; FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

A candidatura do general Góis Monteiro para a presidência da República coincidiu com o processo de dissolução dos movimentos tenentistas, e tal como este, tornou-se frágil e impotente diante da máquina administrativa nas mãos de Getúlio Vargas. Os decretos, leis e atos administrativos do governo deram-lhe o apoio necessário para ser eleito presidente constitucional.

Assim, mantendo o general Góis na pasta da Guerra mesmo com um segundo pedido de demissão do mesmo Getúlio Vargas tinha neste um subordinado muito habilidoso para seus planos ditatoriais. Em sua segunda carta de demissão ao presidente Góis Monteiro foi elucidativo quanto às suas contradições no processo sucessório, corroborando as habilidades que o governo via neste. Estas estão muito transparentes neste trecho da carta de demissão, rejeitada;

"Fui surpreendido em minha incorrigível boa fé e nos meus sentimentos afetivos, na corrente de curto circuito, que a insídia gerou, quando justo eu me entregava com todas as forças de minha alma à execução do programa militar traçado sob o patrocínio de V.Exa., desviando as manobras, algumas insidiosas tramadas por civis e militares que, em torno de mim rondavam insistentemente, embora deva reconhecer que muitos deles agiam com sinceridade."⁴⁶

Em sua carta o general Góis procurava passar para outros as responsabilidades das conspirações militares e a sua própria candidatura. Utilizando-se dos preceitos militares na redação da carta Góis Monteiro dá ênfase aos papéis hierárquicos e disciplinares nos quais mostrava ao governo uma noção de arrependimento pelos seus próprios atos, assim relatados;

"Depois de desconcertante investida de que foi alvo o Exército, por minha causa, tive que recalcar e reprimir a necessidade de abandonar o posto, somente para atender à insistência de V.Exa."⁴⁷

46-Carta de demissão de Góis Monteiro a Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1934. Cpdoc, GV

47-Idem

No quadro retratado em que uma nova ordem seria estabelecida com a Constituição, a participação de elementos pertencentes às Forças Armadas na política, era uma expectativa dos segmentos civis. Os políticos civis que buscavam num presidente militar a disciplina que a nação necessitava para se amoldar nas novas leis, defendiam resolutos um governo militar. Neste aspecto, assim se pronunciava o deputado Cristiano Machado que lançou a candidatura Góis;

"O Brasil neste momento, precisa de um governo legal e forte. E só um chefe militar exercendo um mandato constitucional, poderá realizar um governo que preencha estas duas condições... Será a lei forte, mas sem ditadura, será a ordem estrita, mas dentro da legalidade, será união das forças armadas a sua disciplina compacta, em torno do cidadão..."⁴⁸

A mudança do regime ditatorial para o constitucional em virtude do sistema de repressão que vinha sendo praticado, tendia a ser um problema na fase de transição. Para que os impulsos regionalistas não se fizessem por demais contundentes para os novos destinos da nação, traçado e ditados pela nova Carta alguns segmentos civis defendiam um governo militar. Para estes um governo militar seria um meio de transformação da sociedade e não o fim.

O PRM que lançou a candidatura Góis na Assembléia e o Clube 3 de Outubro que o fez por um manifesto eram unânimes na defesa de um governo forte, disciplinar e militar para a transição que começava a se desenhar. Eram porém, completamente heterogeneos em seus postulados. Muito embora o Clube tivesse maiores compromissos com os militares, eram os civis que mais se entusiasmavam com a possibilidade do país ser governado por um militar, como insistia o líder do PRM no plenário da Assembléia;

"Só o Exército e a Marinha poderão manter a ordem civil, só o Exército e a Marinha poderão sustentar a união nacional, ameaçada pelos tufões regionalistas e pelas correntes desagregadoras que atravessam o mundo..."⁴⁹

48-Diário da Assembléia Nacional, ano II, nº 78, p.2466, 12/4/1934. AN

49-Idem, p 2467.

Numa conjuntura mais ampla em que desde o golpe da República os civis buscavam nos meios militares o meio mais eficiente de se alojarem no poder quando em situações adversas, a defesa de um militar para o poder se constituía num paradoxo. Porém, como havia ocorrido em 1910 quando uma candidatura militar foi apoiada como alternativa para um impasse sucessório, os defensores da candidatura Góis refletiam-se neste episódio para apontar o nome de Góis para a resolução de um impasse, entre o continuísmo ditatorial e um governo forte e disciplinar.

Os civis que defendiam um governo militar respaldavam-se também no fato de que as Forças Armadas, sendo uma instituição de caráter hierárquico-disciplinar que segue uma orientação escalonada em seus quadros, se adequavam à organização que o país necessitava. Um governo que orientasse o país nos moldes militares decorria muito mais das condições históricas que levaram o mesmo a ser reconstitucionalizado, do que pela conjuntura política do momento, propriamente.

Sob esta ótica, tem-se que o Exército diante das fragmentações ocorridas no seio de suas corporações desde o golpe da República atinge um status de co-participante e agente das crises políticas que resultaram na convocação da Assembleia Constituinte em 1933. Assim, compreendiam os civis defensores de um governo militar que o passado histórico das Forças Armadas capacitava os militares para organizar o país.

Embora teoricamente se buscasse uma ausência dos militares nas questões políticas e sua autonomia enquanto instituição, as clivagens ocorridas nas Forças Armadas geraram os agentes que mesmo a despeito destas influenciaram na evolução política do país. As interferências de militares nas disputas político-partidárias, desafiando os estatutos e regulamentos da instituição atingiram as proporções de elementos base nas crises políticas da década de 30.

Num espectro político onde os elementos advindos das Forças Armadas receberam do governo condições decisórias nos

acontecimentos políticos, através de interventorias nos estados e postos burocráticos na máquina governamental mediante participação na "revolução", a posição política dos militares só pode ser explicada através das insubordinações destes elementos na hierarquia.

Com base nestas fragmentações e insubordinações militares é que os políticos civis buscaram nos quartéis os apoios às suas pretensões. Estes fatores ao ganharem contornos mais nitidos nas composições de militares com civis, tomaram a estrutura militar como modelo para o sistema político, aproximando os políticos civis dos quartéis e afastando os militares dos mesmos.

As conspirações militares contra a Assembléia Constituinte e contra o "governo provisório" não atingiram as dimensões planejadas justamente porque o Exército neste período não apresentava uma unidade disciplinar. Sem uma disciplina capaz de submeter os subordinados às ordens superiores as conspirações tramadas pelos generais eram constantemente abortadas. Logo, a indisciplina militar que gerava as crises políticas era também um obstáculo para se corrigir estas crises por meios militares.

As agitações militares que desde o golpe da República se davam em concomitância com as crises políticas eram tão complexas que se tornou praticamente impossível discernir um acontecimento do outro. O "governo provisório" frequentemente tomado como uma emanção das Forças Armadas, porque o poder foi passado a Getulio Vargas pelo Estado Maior das Forças Armadas não pode ser considerado como tal.

Em 1930, Getulio Vargas recebeu o poder dos militares, foi apoiado por segmentos destes e lhes passaram a maioria dos postos-chaves do governo, porém não tinha ascendência sobre os mesmos. Tal fato é claramente identificado nos meses que antecederam a eleição presidencial pela Assembléia Constituinte.⁵⁰

50-Ver PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral-Getulio Vargas, Meu Pai. Porto Alegre, Globo, 1960, pp. 150-153.

A manutenção de Góis Monteiro no Ministério da Guerra após seu pedido de demissão, foi uma estratégia eleitoral de Getúlio Vargas que procurou manter um concorrente em potencial ao seu lado, numa proximidade útil. Embora contando com o braço armado do Estado em seu poder, Góis Monteiro foi enfraquecido pelas alterações de comando nas principais regiões militares, realizadas anteriormente por Getúlio Vargas. A proximidade útil empreendida pelo governo tinha por objetivo afastar as possibilidades do ministro de realizar um golpe militar através das forças federais, já que o governo tinha sob controle de seus aliados as polícias militares estaduais.⁵¹

As mudanças feitas pelo governo nos comandos militares objetivava também evitar um confronto entre as forças militares estaduais com as federais, devido a natureza dos interesses que moviam os interventores, chefes das forças estaduais, que poderiam se chocar com os interesses dos comandantes das regiões militares. Os chefes militares ligados ao general Góis foram distanciados do mesmo, como forma de contornar conspirações e aproximar o governo dos chefes políticos estaduais.

Ao aproximar-se as votações finais na Assembléia Constituinte o quadro político era indefinido e as candidaturas a presidência oscilantes. Os interventores nos estados trocam correspondências ininterruptas com o governo avaliando as situações em seus estados. Em telegrama Flores da Cunha alertava Getúlio Vargas;

"Como sei que não providenciarão, peço-te com vivo empenho que leias e dê conhecimento a Filinto Muller do seguinte: Está preparado aí plano perturbação ordem para dia eleição presidente ou para dia posse. Pretendem prender ou matar Dr. Getúlio Vargas aclamando uma junta governativa composta dos Drs. Artur Bernardes, Borges de Medeiros e Góis Monteiro. Restabelecerão Constituição 91, convocando dentro noventa dias nova Constituinte."⁵²

51-Ver. Telegramas de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 1934. Cpdoc, GV

52-Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, Porto Alegre, 19 de junho de 1934. Cpdoc, GV

Nos dias finais de votação da Constituição as oposições se estendiam nas articulações de candidaturas alternativas a Getulio Vargas, estas visavam principalmente atrair a bancada paulista por ser ela a mais numerosa⁵³ Na divisão das oposições Vargas se firmava com as bancadas situacionistas como possível eleito. Pelas proporções dos grupos políticos que lhes dava apoio em relação às oposições divididas⁵⁴, Vargas deixou de ter a candidatura Góis como ameaça às suas pretensões continuístas.

Com a Constituição pronta, a Assembléia que elegeria o presidente consistia em dois polos básicos, algumas bancadas fechadas com a candidatura Vargas e as demais divididas em torno de vários nomes. A dispersão dos votos das grandes bancadas revelavam a impossibilidade concreta de consenso entre bancadas tão distintas, cujos objetivos davam primazia aos interesses dos seus estados voltando-se mais para as eleições estaduais do que para a presidencial.

A inconsistência dos grupos que lançaram a candidatura Góis se revelaram com o obscurantismo a que fora levada a mesma. O resultado da eleição que levou Getulio Vargas à presidência constitucional do país com 175 votos contra 4 do general Góis, refletiram o hibridismo das oposições que divididas em oito candidaturas somaram apenas 70 votos.

A Constituição de 1934 apresentou muitas inovações em relação a de 1891. Propunha um modelo liberal nitidamente federalista, portanto mais identificada com os interesses regionalistas do que com o projeto centralizador dos tenentes. Conservando vários aspectos da Carta de 1891, nos artigos referentes às Forças Armadas manteve a cláusula "dentro da lei"⁵⁵ que qualificava a obediência dos militares, mas abria um precedente para a justificação de rebeliões militares e intervenções destes na política.

53-O Estado de São Paulo, 6, 7, 10, 12 e 13/7/1934. São Paulo. BMMA

54-Ver Carta de Getulio Vargas a Antunes Maciel, 4 de julho de 1934. Cpdoc, AM.

55-Cf. Constituição de 1891 e Constituição de 1934, artigos 142 e 162º, respectivamente.

A expressão "dentro dos limites da lei" atenuava o princípio da disciplina na hierarquia militar e refletia principalmente a politização da baixa e média oficialidade que garantia assim a contestação da ordem de superiores imediatos. Ao reiterar o espaço político conquistado pelos militares como garantia de sua sobrevivência corporativa esta expressão poderia ser interpretada como o dever das Forças Armadas obedecerem o seu comandante supremo na pessoa do presidente da República mas também o direito de dele discordar.

Os trabalhos constituintes, mesmo contando com a presença de muitos militares não deu a estes o êxito da Constituinte de 1891. Em 1891 os militares conseguiram eleger o presidente da República e obtiveram algumas conquistas, na Carta de 1934 apenas mantiveram o que já tinham antes, conquistas dos militares de 1891.

Com a eleição de Vargas para a presidência o general Góis Monteiro perdeu espaço político, embora fosse mantido no Ministério da Guerra. Sobre sua votação e a eleição de Vargas este general explicava da seguinte forma;

"Eram os interesses dos partidos regionalistas que ressurgiam do fundo do passado com a bagagem dos velhos hábitos inverterados, que depois se acentuaram com a advocacia administrativa e a rapinagem desenfreada, em detrimento do progresso e das instituições do Brasil."⁵⁶

A Constituição de 1934 estabeleceu algumas normas novas com relação aos problemas nacionais e em especial à defesa nacional. Em seu artigo 159 ditava a nova Carta; "todas as questões relativas a segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos criados para atender as necessidades de mobilização". Foi criada assim, uma situação em que as Forças Armadas ficaria sob o controle do Estado, porém sem oferecer as prerrogativas legais para este controle os militares poderiam intervir na política em nome da "defesa da

56-COUTINHO, Lorival. O general Góis depõe. Rio de Janeiro, Livraria Coelho Branco, 1956, p 236.

segurança nacional".

As debilidades decorrentes das lutas internas no Exército, bem como as lutas de facções desta dentro do sistema político que vigorou no "governo provisório", eram resultantes das intabilidades que marcaram as instituições militares desde o golpe que instalou a República. A tentativa de reagregação destas facções desde então se constituiu na principal característica das ordens do dia de todos os ministros da Guerra e se tornou incessante após a Constituição de 1934.

Por outro lado, os políticos civis que buscavam nas fragmentações militares o apoio que consideravam imprescindível à tomada, ou manutenção de seus interesses do, e no poder também se tornaram mais constantes. A medida em que as clivagens internas expunham as instituições militares à manobras de grupos políticos, estas se avolumavam pela via das demandas contraditórias que caracterizavam as facções em relação aos componentes militares, tanto técnicos como humanos.

Esta dinâmica que norteia o Exército desde os primeiros momentos da República instaurou um processo de cooptação de militares pelos políticos, que se tornou presente em todo o período de consolidação republicana no país, e se estendeu na evolução da mesma, que analisaremos no capítulo seguinte de forma mais específica e centralizada.

CAPÍTULO III

O oportunismo político de determinados militares após o golpe da República que se caracterizou pela busca de co-participação no poder, fez com que estes se lançassem no cenário político com o objetivo de conquistarem cargos burocráticos no governo militar.

O envolvimento político destes militares ocasionaram profundas fragmentações no seio do Exército. Estas fragmentações permitiram que a elite militar no mando político fossem alvo de cooptação dos políticos civis. Ao fim do período florianista, quando as contestações militares e as revoluções federalistas ameaçavam o governo federal, um grupo de políticos civis de São Paulo aproximaram-se de Floriano e oferecendo suporte financeiro para o mesmo obtiveram o apoio deste.

Coesos em defesa de seu estado, estes políticos utilizando-se de uma estratégia que consistia em evitar a contestação direta e apoiar o poder militar, objetivavam obter o apoio do governo para a sua sucessão. As clivagens que caracterizavam o Exército naquele momento permitiu que o governo militar aceitando o apoio financeiro dos paulistas buscando condições para ameniza-las, se aliasse a estes.

A prática de cooptação dos militares pelos políticos no período republicano é inaugurada assim com o suporte financeiro e apoio político de um estado para um governo militar, em troca da eleição do sucessor deste. O sentido de restauração do poder civil adjacente à eleição de Prudente de Moraes no entanto, não significou o término das agitações militares, mas foi o ponto decisivo em prol da eleição de um político civil pela via da cooptação.¹

1-Cf. COELHO, Edmundo Campos-Em busca de identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976, p. 71

A instauração da política de cooptação dos militares por políticos civis reduziu o impacto dos movimentos militares que marcaram os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mas apesar disso sucederam-se com regularidade sob a forma de rebeliões². Os governos civis que sucederam Prudente de Moraes também buscaram fazer uso da cooptação de militares para contornarem manifestações contestatórias de segmentos militares.

A cooptação que em sua fase inicial se dera por apoio para a instituição militar, neste momento se dava sistematicamente através de gratificações para os quadros superiores do Exército, individualmente³. As gratificações a militares para defenderem interesses dos políticos civis tinham entretanto um efeito contrário. A prática de gratificar indivíduos militares gerou e aprofundou os conflitos e insubordinações no seio das corporações, resultando na característica oposição entre segmentos militares que culminaria com os levantes tenentistas na década de 20.

Colocando o quadro de altos oficiais de um lado e o de subalternos de outro, a política de cooptação através de gratificações prolongava e acentuava o processo de diferenciação das lideranças militares. Os nexos existentes entre a cooptação por gratificações e as insubordinações giravam em torno da deficiência e escassez de recursos da instituição, frutos da quase permanente contenção de despesas militares por parte dos governos civis.

Estas contenções de despesas efetivadas pelos governos civis se davam principalmente, porque os militares que se situavam no topo da hierarquia beneficiando-se com gratificações pessoais, relegavam a um segundo plano a modernização dos equipamentos técnicos-militares e a ascensão dos subordinados.

2-Podemos mencionar entre outras a Revolta da Escola Militar do Rio de Janeiro em 1904 e a Revolta dos Sargentos em 1915. AE

3-Estas gratificações vinham normalmente através da criação de funções vitalícias, "...em alguns casos era possível que um oficial chegasse a general ensinando caligrafia...e uma série de matérias não militares", KLINGER, Bertholdo-Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1958, p 23

recrudesceram do ostracismo para assumirem papéis de suma importância no processo político brasileiro. Ao denunciarem os problemas militares os tenentes difundiam uma idéia de adaptação da instituição a realidade nacional, demonstravam a situação militar como reflexo de uma situação social e defendendo o Exército eles poderiam fazer com que o país saísse da degeneração em que se encontrava.⁵

Os tenentes que se diziam "revolucionários" consideravam o Exército como síntese do povo e como tal as disparidades existente neste deveriam ser moralizadas para a a moralização política do país. Ao denunciarem a cooptação de militares por gratificações pessoais, os tenentes acusavam os políticos de terem retirado os recursos da instituição para transforma-los em benesses para um grupo de privilegiados.⁶

O fechamento da arena política pelo "governo provisório" em 1930 levou os políticos desalojados do poder, a buscarem nos tenentes que não apoiaram Vargas, uma cooptação que permitisse que estes voltassem ao governo. Na revolução paulista de 1932, os tenentes foram novamente cooptados para a realização de um movimento que restabelecesse a ordem constitucional no país. Nestes dois importantes momentos da década de 30 a cooptação resultou na participação de militares em ambos os movimentos.

Assim, as conjunturas que alteravam as estruturas militares eram proeminentes das tendencias cooptativas dos civis. Encontrando nas forças militares fatores de tipo duradouro que poderiam ser transformados no quadro destas tendencias os políticos investiam suas aspirações de poder na cooptação destes.

As vantagens de cooptação de militares era portanto, baseada nos pontos em que estes se mostravam preponderantes às organizações civis, como podemos assim exemplificar; As organizações militares manteêm superioridade sobre as

5-Cf. CARVALHO, J. Nunes de - 1922-5 de julho - 1924. Rio de Janeiro. , Edição do Jornal A Noite, 1944, pp 22-26.

6-Ver Manifesto de 10 de julho. In, O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 de julho de 1924, pp 5-7.

As gratificações distanciavam a baixa oficialidade dos oficiais superiores, onde os primeiros se mostravam descontentes com suas condições de vida, enquanto os outros permaneciam mais interessados nos cargos burocráticos e vitalícios que recebiam, tornavam-se cada vez mais distantes do contato com os quartéis.

A participação cada vez maior de oficiais superiores na política oficial dos governos, em detrimento dos interesses militares, deixara esta instituição abandonada pelas elites civis e militares, e os soldados não tinham para quem reivindicar estes interesses junto ao alto comando da Instituição. Neste aspecto, as manifestações que permeavam o Exército na primeira República se voltavam predominantemente às questões de caráter militar; para a seguir se tornarem manifestações de caráter político.

O Exército como instituição, tem no primeiro quarto da República uma posição que a exceção dos levantes militares que levaram o nome desta, uma posição voltada ao ostracismo, desaparecendo sob o predomínio do poder civil.⁴ Com indivíduos da instituição se beneficiando com a cooptação a maioria dos membros desta se sentiam prejudicados, gerando um resultado adverso do que se pretendia inicialmente. A alta oficialidade se beneficiava de gratificações para conterem as manifestações militares, porém não se voltavam para esta apaziguação e faziam com que estas se avolumassem.

A aproximação dos políticos civis dos militares, dando a estes o apoio político que os governos militares necessitavam para que mantivessem a tranquilidade entre seus subordinados são denunciados quando inicia-se os levantes tenentistas na década de 20. Esta fase em que há uma inversão da cooptação, os políticos civis aproximam-se dos militares para sublevarem-se contra o governo constituído.

O impacto das revoltas dos tenentes fez com que os oficiais da baixa oficialidade se tornassem o alvo da cooptação. Estes que eram discriminados nos anos anteriores

4-Ver CARVALHO, Estevão Leitão-Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961, pp 34-36.

organizações civis, por compreender um sistema simbólico altamente emocionalizado; Além de possuir o monopólio das armas, o comando das organizações militares é centralizado e ostensivamente identificado; Baseada na hierarquia e na disciplina as organizações militares possuem um universo interno que é intercomunicado, induzindo à auto-suficiência.

Desta forma, os militares apresentam-se em superioridade às instituições civis, no sentido de que a partir dos elementos acima citados, apresentam fortes motivações para se colocarem em ação. Esta superioridade pelo sistema simbólico é aqui compreendido como algo que atua para estabelecer em seus membros uma visão de mundo homogeneizante. Ademais uma instituição que fornece, aos seus elementos características propulsoras de ação somadas ao monopólio das armas, transferem para o poder, o espaço do político.

A ocupação do espaço político pelos detentores do governo central, permite aos militares transferirem para a sociedade política as suas motivações inerentes à corporação militar. Neste aspecto as motivações militares para intervirem na política se dão no sentido de ocuparem este espaço, salvo quando fortes condições conjunturais na dinâmica deste processo sejam capazes de impedi-los.

O Exército ao esculturar seus membros através de diversas formas de educação (estruturada na ética tradicional e nas normas da profissão militar) enfatizam a estes a igualdade inicial de todos, definem-se assim como uma organização permanentemente burocrática. Por obedecer uma hierarquia definida e regulamentos formais e impessoais, as instituições militares mantêm uma situação de caráter privilegiado em relação às organizações civis, portanto mais aptas a serem cooptadas em momentos de crises políticas.

A educação militar voltada para o aperfeiçoamento e permeada de valores disciplinares rígidos, aumentam a disposição dos militares de se ligarem aos demais membros da corporação o que fortalece os vínculos de poder e prestígio

que decorrem da filiação de um indivíduo a uma instituição poderosa e organizada a nível nacional. Não obstante, os desvios ocasionados pela cooptação de políticos principalmente dos quadros superiores da instituição, o baixo oficialato volta-se para as contestações e revoltas no sentido de se enquadrarem nas questões políticas nas mesmas proporção em que seus superiores hierárquicos se enquadram.

Nas defecções em que subordinados e superiores se colocam em oposição uns aos outros é que os políticos civis se manifestam, no sentido de atraírem para seus propósitos os elementos que se insubordinam, mas que mesmo assim são dotados de um posicionamento distinto dos demais grupos políticos que compõem a sociedade civil.

O Exército, sendo uma instituição que compõe o aparelho repressivo do Estado, ao ter sua cúpula administrativa obedecendo a dinâmica dos acontecimentos políticos e interferindo no mesmo, abrem os precedentes para que os demais escalões do mesmo, abandonem os padrões de disciplina e hierarquia. Estes padrões de disciplina que no decorrer da primeira República são desafiados com mais intensidade, causaram as fragmentações que se mantiveram em todo o decorrer do "governo provisório".

Enquanto as cúpulas militares pregam uma neutralidade nas questões políticas para fazerem um retorno do militar ao quartel, "fazendo a política do Exército e não a política no Exército", os quadros superiores da hierarquia não fazendo o mesmo, acirram as insubordinações e transformam as instituições militares em instituições políticas.

A compreensão do processo que determina um aumento efetivo da prática de cooptação de militares pelos políticos, tem por base os padrões estruturais das corporações militares. A cooptação dos militares em suas esferas superiores nos primeiros anos da República e na consolidação desta, formaram uma camada superficial de poder que estimulou os demais à insubordinação já que eram repelidos na cooptação, inicialmente.

A cooptação de militares pelo governo a partir da representação do Estado junto ao Exército, se fazia porque este sendo parte deste mesmo Estado, obedece critérios e regulamentos de subjugação à Constituição que direciona suas possibilidades de intervenção na política. As iniciativas de cooptação pelo governo tornam-se possíveis, porque este tem condições de promover a participação de alguns elementos enquanto pode reduzir a de outros.

Fazendo com que a participação mais eficaz venha ser a que insere na máquina governamental e não aquela melhor se articule para contesta-lo o governo delimita o campo a ser cooptado. A participação de setores da instituição militar se faz assim por iniciativa superior, e é desta participação essencialmente situacionista que corresponde a ação do governo?

A participação política de militares na primeira República pode ser explicada portanto, pela cooptação dos governos civis que, baseados em uma distribuição de autoridade. Esta autoridade em que o poder derivando do executivo é rateada entre os quadros superiores do oficialato, mantém assim uma sólida base de sustentação governamental.

A partir de 1930, quando os critérios de cooptação são observados em sentido oposto, as forças políticas estaduais buscam cooptarem os militares para suas pretensões a nível federal, observa-se que as perturbações políticas são sempre confundidas com as perturbações militares.

O "governo provisório" ao transferir as fontes de poder dos estados para o Executivo Federal, aumentou a participação de militares na política e a dependência das forças estaduais em relação ao governo central. A transferencia das fontes de poder alterou as principais tendências da primeira República, no que concerne à cooptação no termo antes utilizado. O "governo provisório" ampliou os setores políticos

que buscavam cooptar os militares. A nova forma de cooptação, voltada para a tomada do poder se transforma numa forma de aliança, onde a tomada do poder previa a divisão do mesmo entre as oligarquias e os militares.

Assim, verificamos na Revolução Paulista de 1932 muitos militares que haviam sido cooptados para a deposição de Washington Luiz, atrás das barricadas paulistas lutando contra o governo que empossaram⁸, ao mesmo tempo em que as divisões regionais transformaram em fragmentações nacionais a contínua cooptação das lideranças militares. Tal fato se explica porque a posse de Vargas em 1930 com a consequente desestruturação das organizações políticas, como decorrência do predomínio histórico dos sistemas de cooptação não permitiram que se criassem bases de sustentação e de representação política estáveis.

O Exército tornou-se uma instituição que em determinados períodos, assumiu características essencialmente políticas, onde seus membros eram cooptados a nível estadual e federal. É o que descreve um artigo não assinado na revista A Defesa Nacional;

"Nos estados a oposição entrava a apoiar o centro, que lhe dava todo o prestígio. Planejava-se uma intervenção. Como? Qualquer pretexto bastaria. Nos estados há sempre repartições federais. Insinuava-se que estas não estavam suficientemente garantidas. E não estavam, porque os respectivos chefes, exercendo cargos de confiança do presidente da República, acumpliciavam-se com as manobras dos oposicionistas locais. Uma escaramuça, um atentado. Requisição da força federal... E lá iam os contingentes do Exército garantir a ordem, que não era mais que a ordem da politicagem, dos interesses de corrilhos, improvisados desta maneira em fel da balança das comadres desávidas. De um lado e de outro, não se vai no Exército senão o instrumento da opressão. Como reclamar dele que fosse mudo, se os exemplos de desordem

8-Sobre a participação de militares que apoiaram Vargas em 1930 em prol da revolução paulista de 1932, ver FONTOURA, João Neves da- Memórias, A Aliança Liberal e a Revolução de 30, V(II). Porto Alegre, Globo, 1963.

vinham de cima."⁹

Após as conspirações e a derrota do general Góis Monteiro na sua candidatura à presidência da República,¹⁰ as cúpulas militares começaram a se preocupar mais constantemente com a prática política de cooptação de seus membros. A derrota de Góis que deu continuidade ao governo Vargas demonstrou claramente a importância que os políticos ausentes do poder, davam aos militares; aproveitavam-se das crises na instituição para utilizarem-se de seus elementos para alcançar o poder e depois afastavam estes.

Com a eleição de Vargas como presidente constitucional, os quadros superiores do oficialato do Exército voltaram às suas atividades militares. Este retorno significou uma retomada da estruturação da instituição pelas vias normais de administração militar e não mais pela via política, como se pretendeu em momentos anteriores. Denunciando os políticos como responsáveis pela situação caótica em que se encontrava os quartéis e a disciplina militar, o relatório do ministro da Guerra de 1936 é bastante esclarecedor da situação do Exército, afirmava;

"A luta das facções políticas jamais deixou de procurar envolver e arrastar elementos do Exército para o terreno safário de suas conveniências, nunca deixou de pensar no exclusivo proveito dos interesses partidários, em abala-lo em seus fundamentos, enfraquece-lo e até em destruí-lo... Depois do colapso revolucionário de 1930, a subversão hierárquica, as atividades político-militares, o desmantelamento geral do Exército chegaram quase ao limite da dissolução completa... O Exército porém, sentiu o perigo do abismo que se abriu a seu pé. Começou então a reagir no sentido de recompor seu organismo convalescente."¹¹

O ministro da Guerra avaliava assim, que as

9-A Defesa Nacional, 1936.V(II) p 431

10-O Jornal A Ação de 21 de maio de 1937 reproduz entrevista com o general Góis Monteiro em que este assume publicamente a sua tentativa de golpe contra a Assembleia Constituinte e faz uma análise de sua candidatura à presidência da República em 1934. pp 9. AN

11-Relatório do Ministério da Guerra, 1936. pp 20-22. AE

participações políticas de seus membros não beneficiaram a instituição, como se previa. Logo, a política dos militares a partir de então deveria se pautar pela modernização e aperfeiçoamento dos recursos técnicos e humanos que a política os fizeram abandonar.¹² Neste aspecto, buscavam uma política militar que revitalizasse a instituição e promovesse o desenvolvimento do país simultaneamente.¹³

A política implantada pelo Ministro da Guerra, General João Gomes Ribeiro se embasava na "doutrina de desenvolvimento" formulada pelo general Góis Monteiro, embora não colocada em prática por este no Ministério. Esta doutrina propunha que os militares mantivessem a nação organizada para que a partir da mesma, o país se desenvolvesse, gerando o a modernização das instituições militares. Numa relação mútua a doutrina de desenvolvimento do general Góis concebia o desenvolvimento do Exército pela via do desenvolvimento nacional.¹⁴

Esta doutrina que foi formulada a partir dos princípios da Missão Militar Francesa¹⁵, foi redimensionada pelo general Góis que implementou valores do Exército brasileiro a mesma. Os postulados da Missão Francesa que pregavam que a comunidade militar deveria se preocupar unicamente com as questões afetas ao Exército, fizeram despertar no militar brasileiro a necessidade de modernização e aperfeiçoamento da instituição. Segundo esta Missão a defesa nacional deveria abranger desde a educação militar até a instalação de indústrias estratégicas no país.

Os militares que defendiam as idéias da Missão quando da chegada da mesma ao Brasil, na década de 20, eram considerados reacionários pelos "tenentes revolucionários" e por setores militares que haviam participado da deposição do governo em 1930. Em artigo intitulado "Orientação Político Social" publicado na revista A Defesa Nacional, o Capitão

12-Ver Relatório do Ministério da Guerra, 1936. pp 21-23. AE

13-Idem

14-Ver MONTEIRO, Góis-A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d/p., pp 155-173

15-Sobre a Missão Francesa e seus postulados, ver MAGALHÃES, J.B. - A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958

A.F. Correia Lima definia o papel dos militares, segundo esta escola da seguinte forma;

"O Exército de todas as classes profissionais, a mais firme de suas convicções e civismo, não deve imiscuir-se na politicalha, torpe e mesquinha, que infelicita o Brasil, mas deve estar vigilante e pronto a repelir as tentativas de desagregação nacional movidas pelos derrotistas de todas as épocas. Deve ter ação catalítica junto aos responsáveis pelo destino da pátria." ¹⁶

As agitações militares da década de 20 e mesmo as da primeira metade da década de 30 impediram que as idéias difundidas pela Missão Francesa se propagassem nos quartéis. As cúpulas militares principalmente na década de 30 eram compostas pelos elementos que mais se envolviam nas questões políticas, daí dificultarem um apoliticismo do Exército. Com as mudanças ocorridas nestas cúpulas com a saída do general Góis da pasta da Guerra, os projetos de reorganização militar foram retomados partindo das idéias do próprio Góis, que afirmava;

"O Exército fraco é melhor que não exista. Ele terá de ser nutrido e fortalecido até chegar ao nível compatível com a segurança nacional." ¹⁷

As propostas de reorganização do Exército com um consequente afastamento militar dos meios políticos partidários esboçado pelo general Góis, previam que a instituição para se tornar autônoma dentro do Estado (no sentido de não ser controlada pelo Estado, embora não controlando este) deveria ser direcionada ao aprimoramento de suas capacidades.¹⁸ Esta autonomia se daria com o desenvolvimento, baseado numa idéia nacional, através da capacitação industrial do país e distanciamento das organizações políticas que segundo o general Góis nada lhes acrescentava;

16-A Defesa Nacional, 1935, V(I) p.531

17-Discursos de posse do general Góis Monteiro no Ministério da Guerra, 22/1/1934. Cpdoc, GV

18-Ver CARVALHO, José Murilo de-"Forças Armadas e Política (1930-1945) In, Seminário Internacional: A Revolução de 30. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade de Brasília, 1983, pp 134-145.

"Modernamente a organização do Exército repousa em bases políticas e estas só são resistentes, quando permitem o equilíbrio social, a disciplina social pelo trabalho e organização da economia, a justiça inflexível e a liberdade compátivel com a segurança nacional. O Exército não pode baixar ao nível das facções políticas interesseiras." ¹⁹

A doutrina de desenvolvimento político e militar formulada pelo general Góis Monteiro, a modernização da instituição militar como aparelho do Estado deveria se dar com a modernização deste Estado. Esta modernização militar possibilitaria uma maior profissionalização não só dos militares mas de toda a sociedade, desde que levada a efeito a partir de uma política e um plano de guerra. Visando um crescimento industrial do país destacava a criação de indústrias de motores, viaturas, aviões e um parque siderurgico? ²⁰

Compreende-se através dos postulados desta doutrina que só um Exército moderno poderia consolidar um "espírito nacional" capaz de dar ênfase à idéia de um industrialismo nacionalista. As referências a valores genéricos como patriotismo e nacionalismo, desenvolvimento e justiça social desta doutrina, permitiram que os políticos que visavam cooptar os militares, desenvolvessem plataformas políticas identificadas com estes valores.

O papel do Exército na política brasileira não sofreu alterações sensíveis durante o governo constitucional de Getúlio Vargas. As relações civil-político-militares não foram esgotadas, uma vez que as idéias de neutralidade militar na política apesar de intensificadas, não tiveram resultados concretos no sentido prático.

Assim, embora tenha havido mudanças de governo e da forma dos mesmos, desde o golpe da República, as condições materiais do Exército só tiveram um relativo crescimento

19-MONTEIRO, Góis. op. cit., p 138.

20-Ver, Relatório de general Góis Monteiro a Getúlio Vargas, discorrendo sobre as condições materiais e humanas do Exército em 18/1/1934. Cpdoc, GV.

quando as circunstancias levaram o governo a investir na segurança do Estado, como na revolução paulista de 1932²¹, como expunha em Editorial a revista A Defesa Nacional, intitulado "O Problema Militar Brasileiro";

"O descaso dos governos para as necessidades das forças armadas, traduzido pela má vontade em conceder as verbas necessárias à sua eficiência, traz como consequencia a derrota, cuja responsabilidade é sempre imputada aos militares."²²

Com base nas intervenções militares na política em períodos anteriores a doutrina do general Góis aludia que as instituições militares não poderiam ser modernas, enquanto o Estado não o fosse. Neste sentido pregando a volta dos militares aos quartéis entende-se que um retorno do militar às suas finalidades impediria que elementos estranhos a elas os corrompensem pela via da cooptação. Como conclusão do processo de modernização, o país sendo modernizado através do modelo militar e estendendo-o a toda a sociedade faria com que o governo dispendesse maiores recursos para o incremento das instituições militares.

A política do Exército a partir da reconstitucionalização do país em 1934, tendeu para uma revisão geral de seus quadros e hierarquia. Isto se fez, no sentido de preparar os militares para uma eventual necessidade de combates em guerra, prática esta que havia deixado de ser prioridade com as intervenções na política. Também porque estes interesses era não das instituições militares, mas de toda a coletividade nacional, apreensiva com os acontecimentos na Europa.

As possibilidades de execução de tal política no entanto, eram prejudicadas pelas investidas de militares na política, em contradição com os princípios de política militar através da prática militar. A politização dos militares na evolução histórica desta instituição no Brasil, corrobora o distanciamento destes de suas funções legais.

21-Ver KLINGER, Bertholdo op.cit., pp 132-138

22-A Defesa Nacional, 1935 V(II)p 1145.

Quando as instituições militares se politizam como ocorreu com as brasileiras, desenvolvem em seu âmbito a crença de que a visão militar é a que mais se identifica com os interesses nacionais. As bases da doutrina de desenvolvimento do general Góis Monteiro é resultante desta crença, por procurar sedimentar a política militar em oposição à prática militar.

Em tais condições havendo a quebra da unidade militar em torno da prática política há um distanciamento da instituição de sua missão de defesa nacional. Imiscuindo-se em interesses regionalistas que a política militar considera um dos principais adversários da prática militar e do desenvolvimento do país, a instituição militar perde seus objetivos constitucionais.

A história militar do Brasil em muitos aspectos confunde-se com a própria história do país. Com base nesse ponto os militares acham-se capazes de projetar o desenvolvimento do país alegando que as organizações civis não são capacitadas para propor. Neste aspecto, as corporações militares ao intervirem no domínio político para defender interesses das classes armadas, consubstanciam o apoio político em troca de aparelhamento militar. Porém, como esta prática não resulta em unidade militar, as fragmentações se tornaram a marca do Exército até a implantação do Estado Novo em 1937.²³

O objetivo da doutrina de desenvolvimento do general Góis de transformar o Exército na instituição política nacional por excelência, se perdia nas clivagens existentes no mesmo. Uma instituição em torno da qual deveriam gravitar todos os demais setores do país, não tinha uma condição interna para efetivar tal proposta, deveria portanto resolver suas contradições internas para se voltar aos problemas externos, que o general Góis assim descrevia;

"...A insuficiência de meios, o desconhecimento geral das nossas necessidades quanto à defesa nacional, o

23-Trataremos com mais vagar desta "unidade" nos próximos capítulos.

abandono dos problemas em conexão,além das circunstancias que tem prevalecido na orientação política,são causas determinantes dos perigos e ameaças constantes em que vivemos criando o falseamento da disciplina e da mentalidade militar."²⁴

Além dos problemas acima descritos o general Góis acentuava a necessidade de se adquirir em processos urgentes materiais e equipamentos para o Exército,tanto no país como no exterior.O general Góis compreendia que atendendo tais solicitações,o governo restituiria a disciplina militar no Exército e passaria a contar com o apoio das classes armadas.

Indiretamente,propunha-se uma troca de apoio material por apoio político-militar com o governo.Góis Monteiro considerava que tal troca se fazia necessária , sem o que seria muito difícil"suprimir ou diminuir os inconvenientes de permanecerem nos quadros,oficiais incompatibilizados moral e profissionalmente com o Exército,a começar pelos postos mais elevados"²⁵

O Exército,sendo uma instituição nacional que não se insere na linha de organizações políticas,quando motivado pela política militar de desenvolvimento confunde-se com as práticas político partidárias,seja quando os militares são cooptados²⁶,seja no apoio ao governo em troca de aparelhamento material.Distanciando-se prática militar de defesa nacional que visa o fortalecimento das corporações por meio dos recursos orçamentários destinados a pasta da Guerra,a política militar de troca de apoios descaracteriza o papel da instituição no Estado.

Tem-se assim,que pelas condições conjunturais específicas do Brasil até 1937,o fortalecimento das instituições militares se depara e é absorvido pelo intervencionismo político partidário de seus membros.Quando os militares interviram na política no golpe da

24-Reservado do Ministro da Guerra ao Chefe do Estado Maior do Exército.Rio de Janeiro,s/d .Acervo pessoal do General Góis Monteiro,caixa 1.Correspondencia pessoal.AE

25-Idem

26-Ver COELHO,Edmundo Campos op.cit.,pp 70-72.

República iniciaram um processo de clivagens internas que marcou o Exército e colocou seus membros a mercê das classes políticas, como relatava o general Góis;

"Anima-me a certeza de que perseverando na trilha do dever e da abnegação, o exército em futuro próximo será couraça imperfurável e apavorante para os que até hoje tem procurado unicamente explora-lo como meio seguro de ser escalado ao poder."²⁷

O Exército que permaneceu distante das suas atribuições constitucionais em toda a primeira República e durante o governo Vargas se mostrava uma instituição incapaz de manter o seu papel no Estado, já que mesmo a doutrina de desenvolvimento do general Góis ficou muito aquém de uma prática que representasse a realidade dos militares.

Sob o estigma da reconstitucionalização do país e a eleição de Getúlio Vargas sobre a candidatura Góis em julho de 1934, o vazio de organizações políticas de caráter nacional começou a ser ocupado gradativamente por forças extremistas de esquerda (Aliança Nacional Libertadora) e de direita (Ação Integralista Brasileira) e com elas o envolvimento de militares.

A Constituição de 1934 não gerando uma autêntica mudança estrutural na política brasileira, levou os elementos mais voláteis da política nacional a adotarem novas posições de luta. Nas circunstâncias presentes estas posições se pautavam em apenas duas e distintas opções, adesão à AIB²⁸ ou à ANL.²⁹

27-Relatório do Ministério da Guerra, 1935. p 57. AE

28-Ver CHAUI, Marilena-"Apontamentos para uma crítica da razão integralista." In, Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, Cedec/Paz e Terra, 1978; HILTON, S.-"A Ação Integralista Brasileira: Fascism in Brazil (1930-1938)" In, O Brasil e a crise internacional (1930-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 e TRINDADE, Hêlgio-Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

29-As fontes para o estudo da Aliança Libertadora Nacional são vastos quanto ao material de imprensa, entretanto, são poucos os trabalhos que buscam uma análise desvinculada do PCB ou da vida de Luís Carlos Prestes. Em nossa análise utilizamos BASBAUM, Leoncio-História Sincera da República V(3). São Paulo, Livraria São José, 1981; BARATA, Agildo-Vida de um Revolucionário. Rio de Janeiro, Editora Melso, 1962; SODRÉ, Nelson Werneck-A Intentona Comunista de 1935. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986; SILVA, Hêlio-1935- A Revolta Vermelha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 e LEVINE, Robert M.-O Regime de Vargas: Os anos críticos (1934-1938). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

Com fins específicos e bem delineados em seus manifestos³⁰ as duas organizações se identificavam em alguns pontos e divergiam extremamente em outros. Ambas denunciavam a penetração estrangeira e a falta de iniciativa nacionalista, como causas da situação político-econômica do país. Em contrapartida enquanto a ANL fazia uma pregação anti-fascismo e anti-capitalismo, a AIB as fazia no sentido do anti-comunismo e anti-semitismo, o que as identificavam como inimigas em potencial.

As radicalizações políticas da ANL e da AIB se concentravam entretanto, no sistema de governo do país. Os aliancistas preconizavam um governo popular, orientado pelos "interesses do povo brasileiro" e os integralistas primavam por um "governo forte e totalitário dirigindo os interesses nacionais" aos moldes dos regimes fascistas europeus.

Do confronto ideológico entre aliancistas e integralistas, resultou o extremismo da violência física e material entre as organizações. Estes confrontos se tornaram constantes e irreversíveis, principalmente após a adesão de Luis Carlos Prestes à ANL, quando esta se tornou mais combativa e incorporou aos seus objetivos as reivindicações levantadas pelos movimentos tenentistas da década de 20.³¹ Com a adesão de Luis Carlos Prestes à ANL a política anti-comunista da AIB se tornou mais acentuada, com os integralistas promovendo intensa campanha neste sentido.

A ANL que não havia sido criada por comunistas, mas por remanescentes do tenentismo que não haviam se deixado cooptar pelo governo, é transformada com a adesão de Prestes (um dos maiores expoentes do tenentismo e que se convertera ao comunismo) numa organização identificada e confundida com o tenentismo e com o PCB, de cujas fileiras advinha o prestígio de Prestes.

30-Os manifestos da ANL e da AIB foram transcritos por CARONE, Edgard A Segunda República (1930-1937). São Paulo, Difel, 1973, nas páginas 309-314 e 421-425, respectivamente.

31-A adesão de Luis Carlos Prestes à ANL se deu através de carta, datada em 25 de abril de 1935. Ver SODRÉ, Nelson Werneck-A Intentona..., op.cit., pp 72-76.

Aclamado Presidente de honra da ANL, Luis Carlos Prestes influenciou diretamente os destinos desta organização. O prestígio deste, como herança do tenentismo (principalmente da Coluna que levou o seu nome) foi utilizado pelos fundadores da ANL para acentuar a linha de combate da frente³² que compunham, e pelo próprio Prestes para considerar a ANL uma continuação do tenentismo.³³

As menções aos movimentos tenentistas era para Prestes o ponto de partida para a transformação do país e do sistema político que havia levado o mesmo ao caos com a ascensão de Vargas ao poder em 1930. O manifesto de 5 de julho proclamado por Luis Carlos Prestes foi uma evocação do espírito de luta dos tenentes que segundo este deveria ser "ressuscitado", tal a sua retórica;

"Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heróicos companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se com Juarez Távora, os soldados de São Paulo... A luta heróica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! A marcha da coluna pelo interior do país... Somos os herdeiros das melhores tradições revolucionárias de nosso povo e é recordando a memória de nossos heróis, que marchamos para a luta e para a vitória."³⁴

Este manifesto que identificava os objetivos da ANL como uma extensão dos objetivos dos tenentes, tirando deles o exemplo de ação política foi a gênese de um processo de perseguição da ANL pelo governo. As palavras de ordem, "Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora! conclamando uma luta armada radicalizou os objetivos da ANL fazendo com que sua organizasse de frente ampla começasse a se estreitar.

32-A ANL comportava elementos socialistas, liberais, comunistas, etc e definia-se como uma frente ampla contra a situação nacional.

33-A fundação da ANL por remanescentes dos movimentos tenentistas não pregava no entanto, lutas armadas e revolução.

34-Manifesto de 5 de Julho, publicado em A Platéia de 5 de julho de 1935, citado por CARONE, Edgard - A Segunda República... op.cit., pp430 - 440.

O rápido crescimento inicial da ANL se justificava por sua condição de frente ampla, porque abrigava em suas fileiras indivíduos anti-varguistas e anti fascistas de qualquer procedência. A guinada para o comunismo com Prestes afastou muitos dos seus membros que não compactuavam com as idéias comunistas que passou a predominar na ANL após a adesão daquele.

A radicalização para o comunismo com Prestes desfez a condição de frente ampla porque a maioria dos aliancistas que se identificavam como anti-fascistas ou anti-varguistas não eram necessariamente pró comunismo. A dispersão de muitos de seus filiados demonstrou que a ANL era mais uma força de agitação do que propriamente um partido político. Apesar da transparencia do programa da ANL, este foi deixado à sombra dos novos rumos que organização tomou com a adesão de Prestes.

Ao pretender fazer da ANL uma continuação dos movimentos tenentistas, Prestes a conduziu para uma posição anacrônica, por defender o reformismo de um movimento que foi derrotado nos anos vinte e cooptado pelas oligarquias na década de 30. A realidade do momento era muito distinta e distante das condições que marcaram os levantes tenentistas, e, inclusive o governo e a constituição do país.

Enquanto a ANL se confrontava com a AIB e vice-versa, o governo evitava confronto com quaisquer das organizações, porém respaldava-se na coerção quando se sentia ameaçado por estas. Considerando subversivo o protesto social que partia de ambas as organizações o governo se defendia das mesmas através da censura aos órgãos de imprensa e da intimidação das lideranças destas³⁵. Condescendente com os integralistas o governo justificava-se das perseguições afirmando que a AIB não havia feito nenhum desafio ao mesmo, como o fez a ANL com o manifesto de Prestes.

35- O Globo 22 de abril de 1935, p.3 e A Manhã de 22 a 25 de junho de 1935 relatam as censuras e as perseguições aos líderes da ANL e da AIB. AN

Diante da polarização político ideológica entre a ANL e a AIB, o Exército, de cujo seio saíam muitos elementos para as duas organizações buscava se manter em aparente neutralidade. Num quadro onde seus membros vinham promovendo constantes agitações nos quartéis desde que fora promulgada a Constituição e empossado o governo constitucional³⁶, a cúpula do Exército se debatia com a sua própria organização disciplinar.

As crises hierarquico-disciplinares que se sucediam com relativa facilidade no Exército, dos mais baixos aos mais altos escalões revelavam muitas articulações de militares contra o governo, principalmente por parte de comandantes de guarnições estratégicas³⁷. Em meio a estas crises o legislativo ao rejeitar uma lei que aumentava os vencimentos militares e davam a estes vários privilégios tornou-as mais contundentes.

Esta crise militar gerada pelo legislativo provocou a renúncia do Ministro da Guerra e muitos protestos do Clube Militar, acusado pelo ministro de estar recebendo infiltração esquerdista. Com o tácito objetivo de anular a decisão do legislativo e angariar poder para o Exército junto ao governo, a questão dos vencimentos militares causou muita polêmica nos meios militares, como afirmava o ministro da Guerra em circular aos generais;

"Há indícios de que a Câmara Federal pretende protelar solução, reajustando vencimentos militares, em flagrante desatenção Forças Armadas, que não fazem questão aumento vencimentos senão aspecto moral reajustamento em curso, como primeiro passo solução geral melhoria material situação funcionalismo..."³⁸

O artifício utilizado pelo ministro da Guerra que já era do conhecimento dos generais da ativa, era o de utilizar a ameaça de demissão como instrumento de pressão contra o

36-Cf. Carta de Pantaleão Pessoa, Chefe do Estado Maior do Exército a Getúlio Vargas, 13 de março de 1935. Cpdoc, GV. Correspondências.

37-Cf. Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 29/3/1935 e Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha de 12/3/1935. Cpdoc, GV.

38-Circular cifrada do general Góis Monteiro a todos os generais da ativa, 9/4/1935. Cpdoc, GV. V(XVIII)

governo e o legislativo. Segundo a estratégia elaborada, nenhum general aceitaria substituir Góis Monteiro na pasta da Guerra criando uma situação de desordem que dificilmente seria restabelecida pelo governo³⁹. O esquema entretanto, foi divulgado pelos generais contrários a idéia, que fizeram a informação chegar ao conhecimento de Getúlio Vargas. A ameaça de demissão que se tornou pública fez com que o governo aceitasse a mesma devido ao teor da mesma que dizia;

"...No caso em aquela protelação se torne inequívoca, Ministro da Guerra se demitirá, como protesto desconsideração a justas aspirações militares, ao mesmo tempo que nenhum general da ativa aceitará substituí-lo. Assim ficarão ressalvados princípios disciplina e evitados perigos tropa ser atingida por pronunciamentos que afetem ordem social e militar."⁴⁰ O ministro

afirmava que sacrificava o seu posto para não sacrificar o Exército, por isso empenhava sua palavra publicamente.

Ao aceitar a demissão do general Góis Monteiro do Ministério da Guerra e nomear o general João Gomes Ribeiro para a mesma, o governo tomou uma decisão que abalou intensamente a disciplina nas corporações. Numa reunião de generais⁴¹, o general Guedes da Fontoura insinuou que a não aprovação da lei dos vencimentos militares era uma ameaça a instituição militar que não poderia ficar impune.

O general Guedes da Fontoura afirmava que a não aprovação da tabela de vencimentos dos militares era motivo de desordem e agitação e conclamava o apoio dos generais para combaterem aquele ato de "radicalismo". Sob este pretexto o general Guedes, comandante da Vila Militar no Rio de Janeiro articulou um golpe contra o governo que foi abortado pelos generais legalistas, mas que foi sentido pela demissão do ministro e a transferência deste.

39-Cf. Circular cifrada do general Góis Monteiro a todos os generais da ativa, 9/4/1935. Cpdoc, GV.V(XVIII)

40-Idem

41-Cf. Ata da reunião dos generais no Gabinete do Ministro da Guerra para debater tabela dos vencimentos militares. 15/4/1935. AE, Atas.

Tomando medidas de prevenção contra as insubordinações que se avolumavam com a questão,⁴² o governo concedeu um abono para os militares e enviou para o Congresso, através do Ministério da Justiça, um projeto de lei que suprimia importantes aspectos democráticos da Constituição, principalmente aquelas que se referiam aos militares. Os dispositivos constantes neste projeto estabelecia que todos que atentassem de alguma forma contra a ordem por meio da força ou que estimulassem manifestações contra a ordem nas Forças Armadas estariam sujeitos a severas punições.

Com este projeto o governo visava combater ao mesmo tempo as ameaças internas vindas dos militares e as externas que poderiam advir das forças políticas representadas por aliancistas e integralistas. O impacto deste projeto de lei nos meios militares provocaram muitas reações entre estes que consideravam o mesmo "profundamente prejudiciais aos interesses das classes militares"⁴³. Em manifesto o Clube Militar se pronunciava contra o mesmo afirmando que se consideravam no dever de apoiar o povo contra aquele.

O Clube Militar considerando que a aprovação de tal projeto seria o suicídio do governo constitucional afirmava em seu manifesto;

"...As ameaças às liberdades no bojo deste projeto de lei, com que se pretende amordaçar a consciência nacional, exigem das classes armadas uma atitude de coêrencia com as suas tradições de defensoras eternas do povo oprimido em todas as horas críticas da nossa história... Daí esse manifesto de oficiais do Exército e da Armada, contra a lei de segurança nacional..."⁴⁴

A aprovação do projeto transformado em lei pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República em abril de 1935 criou a Lei de Segurança Nacional, atingindo

42-O General Guedes da Fontoura em declaração ao jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro em 17/5/1935 afirmava "A Câmara não pode deixar de aprovar as tabelas que lhe haviam enviado, ainda que tivesse que deliberar sabendo que do lado de fora se realizava uma parada..." AN

43-Ver Manifesto do Clube Militar, anexo 1

44-Idem

diretamente militares e civis. Esta lei que estabelecia sanções para jornais e emissoras de rádio que veiculassem matérias "subversivas" diminuiu consideravelmente as possibilidades de expansão das idéias doutrinárias tanto da ANL como da AIB, ao mesmo tempo que reduziu as agitações militares através da cassação de patentes e expulsão dos insubordinados.⁴⁵

A aprovação da Lei de Segurança Nacional atingiu não só os segmentos civis da sociedade, era também o instrumento que o Estado necessitava para afastar os militares da política e estabelecer a manutenção da ordem e da disciplina nos quartéis.⁴⁶ O quadro repressivo que se desenhou com a Lei de Segurança Nacional (LSN) os militares criaram uma nova fase de "tenentismo revolucionário" com ameaças do oficialato ao governo Vargas e à Constituição.⁴⁷

As relações entre membros do Exército com a ANL e com a AIB que eram quase sempre de apoio às suas atividades, com participação ou simplesmente com simpatias, foram castradas pela LSN qualquer que fosse o tipo dela.

A AIB que congregava em suas fileiras vários ex-tenentes que compactuavam com o governo Vargas, além de altos oficiais que a apoiavam abertamente, como os generais Pantaleão Pessoa e Newton Cavalcanti não foi afetada pela LSN com a mesma intensidade que esta afetou a ANL. A presença de oficiais militares nas reuniões aliancistas preocupava a cúpula militar pelas suas manifestações em prol de uma luta armada, daí resultando punições mais radicais aos militares envolvidos com a ANL através da LSN.⁴⁸

A repressão contra a ANL por parte das autoridades políticas e militares se fizeram mais intensas quando em julho de 1935, diversos sargentos e praças foram expulsos do Exército por presenciarem uma manifestação aliancista no

45-Ver no anexo 2 os principais artigos da Lei de Segurança Nacional que afetaram diretamente os interesses das classes militares e das organizações políticas como a ANL e a AIB.

46-Idem, Ver também O Globo de 7 de maio de 1935, p 4. AN

47-Ver COSTA, Vanda Maria Ribeiro-Com rancor e com afeto: Rebeliões militares na década de 30. Rio de Janeiro, Cpdoc, 1984. mimeo

48-A ANL foi extinta legalmente com base na LSN em 11/7/1935.

Rio de Janeiro⁴⁹, sob o pretexto de que a agitação política ali realizada fomentava a conspiração militar.

Com a polarização político-ideológica e choques de violência entre aliancistas e integralistas, o Exército foi conduzido pelo governo no sentido de impor através deste as medidas repressivas da LSN. Através de mudanças nos quartéis e comandos que poderiam representar ameaças, como a do general Guedes⁵⁰, o governo efetuou alterações nos principais postos do Exército. Após a tentativa de golpe do general Guedes da Fontoura e a demissão do general Góis da pasta da Guerra o presidente Vargas nomeou o general João Gomes Ribeiro para este e o general Eurico Gaspar Dutra para o comando da Vila Militar.

A nomeação de militares afinados com a aplicação da LSN nos principais postos de comando do Exército, o presidente Vargas visava diminuir as ameaças de militares e o envolvimento destes nas organizações políticas.

Nos primeiros meses de 1935 o crescimento contingencial da ANL se fazia principalmente pelo ingresso de elementos vindos das instituições militares. Estes elementos que viam no programa da ANL uma alternativa para a situação nacional, ou que se incorporavam a esta pelas suas propostas de revisão dos quadros militares constituíam a grande força desta organização.

Por outro lado muitos militares procuravam ingressar na ANL porque se sentiam descontentes com o tratamento recebido dos seus superiores, como as dificuldades que estes encontravam para se promoverem, porque os superiores utilizavam critérios escusos de privilegiamento. Assim, filiavam-se à ANL como uma forma de contestação.⁵¹

O crescimento da ANL conquistando cada vez mais adeptos nos meios militares causava nas cúpulas militares o prenúncio de perigo para a ordem vigente. Através da aplicação da LSN a

49-Ver A Pátria, Rio de Janeiro 2/6/1935, p 8. AN

50-A tentativa de golpe do general Guedes da Fontoura está fartamente documentada em SILVA, Hélio-1937-Todos os golpes se parecem. São Paulo, Civilização Brasileira, 1969. pp 410-413.

51-Cf. BARATA, Agildo op.cit., pp 388-391.

ANL foi fechada e seus membros punidos. Os elementos militares que fundaram a ANL, Capitão Hercolino Cascardo, da Marinha; Comandante Roberto Henrique Sisson também da Marinha e o Capitão Amorety Osório, do Exército, que se identificavam com a ala tenentista de Luis Carlos Prestes foram punidos e submetidos a inquéritos policiais militares.

A AIB que em todo o período evitara confronto com o governo não foi afetada pela LSN, não obstante, passou a integrar o aparelho repressivo da polícia e do Exército, constituindo-se num órgão de denúncia de elementos próximos ou integrantes da extinta ANL. A repressão desencadeada a partir da LSN colocou a AIB e o Exército lado a lado, gerando a extinção da ANL que como organização clandestina ficou reduzida a alguns grupos de militares.

A LSN que havia criado resistencia nos meios militares, encaixava-se perfeitamente às aspirações da nova cúpula do Ministério da Guerra, que se caracterizava por ser uma cúpula formada em sua essência por defensores do Exército hierárquico. No entanto já em fins de 1934 uma parte dos altos escalões do Exército já haviam tentado limitar as liberdades constitucionais para evitar a perturbação nos quartéis, sem resultados, mas semelhantes às contidas na LSN.

As agitações militares que espocavam isoladamente eram comunicadas a Getulio Vargas por meio dos interventores que haviam permanecido no poder⁵², e por oficiais que este havia plantado em pontos estratégicos e tinham contatos direto com a presidencia. Através destes comunicados é que o presidente Vargas se respaldava para fazer abortar todas as conspirações militares durante este período. Assim é que no episódio dos vencimentos militares Vargas escreveria a Osvaldo Aranha;

"...A questão do aumento dos vencimentos

52-Nas eleições indiretas de março e abril de 1935 nos estados, oito dos interventores que haviam sido nomeados por Vargas no " governo provisório" foram eleitos para o governo em seus estados.

transformou-se em conspiração política...O Fontoura esteve em plena conspiração, recebendo as visitas do Klinger, Figueiredo e de mais alguns elementos suspeitos..."⁵³

As conspirações que eram articuladas pelos militares e que eram abortadas pelo governo, tem com a LSN uma redução significativa. A existencia de entidades onde militares e civis se reuniam para discutir os problemas nacionais era em si uma anomalia, e representou um novo aspecto da indisciplina militar. Quando o acirramento das disputas partidárias passaram a influenciar diretamente os militares a LSN foi o instrumento vital para conte-los.

A dimensão dada pelas cúpulas militares ao envolvimento de seus subordinados na ANL e na AIB, era sob a ótica destas distintas, porque as pregações destas também eram distintas. A ANL segundo estas cúpulas causava a indisciplina e a insubordinação com mais intensidade porque pregava o comunismo que era uma "ameaça à paz", enquanto a AIB por ter uma pregação anti-comunista não influíam nas insubordinações.

Neste aspecto estas posições se justificam porque a AIB tinha maior penetração junto ao alto oficialato, principalmente porque pregava um sistema político disciplinado hierarquicamente e de cunho nacionalista. O relatório do Ministério da Guerra ao presidente da República de 1935 traduz com muita transparencia a visão da cúpula militar em relação aos "inimigos" da ordem.⁵⁴ Neste relatório consta também a informação da expulsão de diversos militares envolvidos com a propaganda comunista.

Em artigo publicado na revista A Defesa Nacional o Major Magalhães J.B. traçando um paralelo entre Hitlerismo, Fascismo e Bolchevismo afirmava em sua conclusão;

"A Rússia é a campanha desorganizada, a distribuição do pão por tamina, o trabalho

53-Carta de Getulio Vargas a Osvaldo Aranha, 10/5/1935. Cpdoc GV (documento 62).

54-Ver Relatório do Ministério da Guerra, 1935 .AE

forçado. A Alemanha é a luta religiosa, a luta das raças, a ativa preparação para uma nova guerra. A Itália é a ordem e a prosperidade, não obstante faltarem-lhe os recursos naturais que sobram àquelas nações. Se alguma coisa há a copiar, é o espírito do fascismo..."⁵⁵

O anti-comunismo se mostrava patente nas mais diversas declarações da alta hierarquia militar, daí a convivência pacífica com os integralistas, anti-comunistas e defensores do fascismo, como sistema capaz de dar novos rumos para o país. O contingente militar da AIB se fazia principalmente por oficiais dos altos escalões do Exército e principalmente da Marinha⁵⁶ enquanto a ANL tinha no baixo oficialato o maior número de filiados.

Com a extinção legal da ANL a gravitação da AIB junto as Forças Armadas se tornou mais constante, muito embora não conseguindo arregimentar os oficiais subordinados para as suas idéias. Os integralistas tornaram-se um suporte paramilitar para a execução da LSN pelos motivos já mencionados. Tais conclusões se assentam na disposição das cúpulas militares de combaterem os comunistas e na ausência de quaisquer hostilidade à AIB nos relatórios do Ministério da Guerra e da Marinha durante todo o período analisado.

O resultado imediato do fechamento da ANL, com a marginalização e a prisão de seus principais dirigentes, foi a conjugação das principais forças situadas à direita e que se sentiam ameaçadas por esta organização esquerdista. A aproximação entre o governo Vargas e o integralismo se tornou aberta e pública já que a agitação política da ANL havia sido dizimada.⁵⁷

Com a extinção legal da ANL as medidas de repressão foram abrandadas e os militares descontentes na instituição reiniciaram as insubordinações e agitações nas corporações. A questão dos vencimentos militares era um

55-A Defesa Nacional, 1933, V(II)p.588.

56-Cf. Carta de F. Ribeiro a Osvaldo Aranha, 3/11/1937. Cpdoc, OA. Ver documentos constantes no Arquivo Gustavo Barroso, maço de recortes, 1932-35, V(I).MHN.

57-Cf. CARVALHO, Estevão Leitão-Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1951, pp 260-278.

fator que continuava motivando estas agitações, porque era constantemente protelada, e exercitava os militares em defesa de suas reivindicações econômicas. Também influenciava as agitações militares o envolvimento de militares nas eleições em alguns estados, no sentido de que a cúpula militar exigia o afastamento da política mas os próprios se engalfinhavam nestas. A eleição do Distrito Federal era o principal exemplo, dois militares polarizaram a disputa que foi realizada sob a proteção das Forças Armadas.⁵⁸

A inquietação no Exército não se prendia apenas a estes fatores, vários problemas de ordem interna incitavam os segmentos mais exaltados a tomarem medidas extremadas. Os oficiais se ocupavam do reajuste dos seus vencimentos, os praças voltavam-se para o problema da baixa do serviço⁵⁹ (suas carreiras estavam condicionadas à vontade da administração militar) e criavam um ambiente hostil à disciplina militar.

Em concomitância com as questões políticas, focos de resistência às condições internas começaram a tomar expressão nas mais diversas corporações. O 21º Batalhão de Caçadores que fora transferido de Recife para Natal sob o pretexto de evitar levantes que já haviam sido verificados neste batalhão anteriormente⁶⁰ iniciou uma revolta armada no mesmo.

O mês de novembro de 1935 que havia iniciado sob alarmes de revolução armada em vários pontos do país⁶¹ teve no dia 23 o primeiro levante em Natal. Este levante que apresentou inicialmente conotações apenas militares, já que a maioria dos insurrectos eram sargentos e cabos revelou posteriormente um caráter também político.

Os elementos comprometidos com o levante prenderam os

58-Ver SILVA, Hélio-1935-A Revolta Vermelha...op.cit., pp 271-273.

59-Pelos regulamentos militares, os sargentos eram desligados do serviço ativo após oito anos de permanência neste. No entanto poderiam ser mantidos se seus superiores assim o desejassem. Const. 1934, art. 165.

60-Cf. Mensagem do general Manuel Rabelo ao Ministro da Guerra em 16/3/1935. Cpdoc, GV

61-Ver Telegramas de governadores a Getúlio Vargas, 1935. Cpdoc, GV.

oficiais considerados legalistas no quartel da Força Pública e lutaram durante toda a noite. Na manhã seguinte, vitoriosos instalaram o "Governo Revolucionário" composto por civis e militares⁶². Aclamados pela população os militares revoltosos obtiveram respaldo externo ao levante, principalmente pela composição do "governo".

A razão da aclamação popular, no entanto, não era motivada pelo levante em si, mas festejavam as medidas tomadas pelos membros do "Governo Revolucionário". Os civis festejavam numa grande festa popular, "um carnaval exaltado com todos os tipos de excessos"⁶³. A rebelião se assemelhava a qualquer grande festa, menos a uma revolução popular.

Os executores do levante de Natal que tinha o predomínio de sargentos e cabos do 21º BC, contaram com o apoio de centenas de membros da Guarda Civil que haviam sido exonerados de seus cargos na véspera do levante. O suporte armado encontrado pelos rebelados junto aos exonerados da Guarda Civil, que não foram desarmados pelo governo do estado, deu ao movimento o caráter de movimento político.

O descontentamento local de civis aliado ao descontentamento dos militares que haviam chegado à cidade transferidos de Recife, além de outros problemas internos já descritos, demonstraram na efêmera duração do movimento que este não tinha qualquer ligação político-partidária em sua organização. A debilidade do movimento e suas motivações podem ser compreendidas pelo manifesto publicado pelos revoltosos;

"Enfim pelo esforço invencível dos oprimidos de ontem, pela colaboração decidida e unânime do povo, legitimamente representada por soldados, marinheiros, operários e camponeses, inaugura-se no Brasil a era da liberdade, sonhada por tantos mártires, centralizada e corporificada na figura legendária, onipresente no amor e na confiança divinatória dos humildes, de Luis

62-O "Governo revolucionário" foi composto por Lauro Cortez, José Praxedes, João Batista Galvão, Quintino Clementino e José Macedo. Cinco ministerios foram criados para este governo, denominado "Comite Popular Revolucionário". Ver. Jornal A Liberdade publicado pelos revoltosos no dia 27/11/1935. AN

63-Ver FILHO, João Café-Dó Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966, pp 80-82.

Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança." ⁶⁴

O manifesto que não faz qualquer alusão ou referencia ao comunismo, ou a quaisquer objetivos inerentes desta ideologia, trazia em sua composição alguns primórdios do socialismo associado aos pontos levantados pelos tenentes na década de 20. Os militares que se rebelaram reclamavam melhores condições no quartel ⁶⁵ porque muitos dos seus companheiros que deixaram a tropa por descontentamento ficaram promovendo agitações entre os praças. Muitos dos populares que se aglutinaram aos revoltosos eram ex-soldados daquela unidade que haviam se afastado delas e policiais da guarda civil do estado, que tinham sido exonerados da mesma.

O clima de tensão decorrente do levante militar de Natal atingiu os praças em vários pontos do país. Em Pernambuco um novo foco insurrecional eclodiu no 29^o BC, que fora transferido para Recife em substituição ao 21^o que se rebelou em Natal. As distensões da situação militar repercutiam com muita intensidade, principalmente nos militares recém-transferidos de suas unidades. O problema pertinente ao reengajamento dos cabos e sargentos ameaçavam os quartéis do país com muitos protestos e agitações. ⁶⁶

Os cabos e sargentos imprimindo maiores proporções às suas reclamações, a semelhança do levante de Natal, levantaram-se em armas no Recife dois dias depois. O levante de Recife que se deu por ocasião da mudança da guarda não provocou muita resistencia, porque o quartel se encontrava praticamente, sob a custódia dos revoltosos, sendo portanto a reação maior pelos que se encontravam fora da guarnição do que pelos que se encontravam em serviço.

O prosseguimento do levante de Recife se tornou muito complexo, porque os revoltosos se encontraram ilhados no quartel e quando ganharam as ruas, as forças legalistas já estavam organizadas para o confronto. Após dois dias de luta

64-A Liberdade, Natal, 27/11/1935. AN

65-"O quartel é uma espécie de telheiro ou estábulo, sem conforto nem higiene... Os soldados não tinham alvo nem munição". Depoimento de um soldado do 21^o BC, citado por FILHO, João Café op.cit., pp 83-84

66-Idem. p.84

os rebeldes não resistiram e foram dominados.⁶⁷

A precipitação dos levantes de Natal e Recife⁶⁸ não atingiram as proporções que os revoltosos desejavam, serviram porém, para que o governo e a cúpula do Exército se preparassem para evitar novas rebeliões. Os bilhetes trocados entre os revoltosos às vésperas dos levantes de novembro, identificavam estes com os movimentos tenentistas dos anos vinte.⁶⁹

A falta de uma organização política que desse prosseguimento externos aos levantes, tornaram estes inócuos politicamente. Aguardando a adesão popular os revoltosos de Natal e do Recife reproduziram as falhas dos levantes tenentistas. Por outro lado, a ação de ex-aliancistas que haviam se aliado ao governo⁷⁰ havia feito com que este se armasse e saísse vitorioso e fortalecido nos embates com os rebeldes.

Os levantes que foram atribuídos ao PCB e à ANL pelo governo e pelas cúpulas militares provocaram uma retomada da repressão pela LSN. Relacionando os levantes com ações comunistas o Ministro da Guerra em seu relatório ao governo afirmava;

"...O comando da 1ª região militar tinha informações de que nos quartéis seguidamente apareciam panfletos de origem extremista, demonstrando uma ação lenta, porém tenaz de elementos desconhecidos, para subversão da ordem e modificação do regime, explorando a boa fé dos nossos soldados."⁷¹ As insurreições de Natal e Recife

iniciaram um processo de levantes que prosseguiria também no Rio de Janeiro porém em nenhum deles se verificou a presença de civis.

As insurreições que eclodiram no Rio de Janeiro, no 3º

67-Ver ARAGÃO, José Campos de-A Intentona Comunista de 1935. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973, p. 65

68-Cf. FILHO, João Café. op. cit., p. 86

69-Cf. BASTOS, Abguar-Prestes e a Revolução Social. Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1946, p. 87-88

70-Segundo Bastos op. cit. Pedro Ernesto, Prefeito do Rio de Janeiro que havia sido um dos principais líderes da ANL, fazia a comunicação de possíveis conpirações civis e militares que chegavam ao seu conhecimento, ao Presidente Getulio Vargas, p. 93

71-Relatório do Ministério da Guerra, 1935, p. 46. AE

Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação do Rio de Janeiro, mostraram que os movimentos eram focos isolados de insubordinações que se davam sem qualquer organização prévia. Os levantes eram resultantes de uma situação de descontentamento que havia se estabelecido em todos os quartéis do país.

Os levantes do Rio de Janeiro, que duraram apenas algumas horas sem que os militares obtivessem o controle de nenhum ponto onde se insurgiram⁷² só contaram com a participação de subalternos. Estes movimentos repetiram as características dos levantes de Natal e Recife, restritos aos praças e sem qualquer articulação política após os mesmos.⁷³ Alimentando-se de condições políticas locais e de insatisfação militar a nível nacional os levantes de novembro de 1935 terminaram como haviam terminados os levantes tenentistas dos anos vinte. Rebeliões que contando com condições para serem grandes movimentos de massas, ficaram restritos a simples quarteladas.

Ao contrário dos levantes tenentistas da década de 20, os levantes de novembro de 1935 indiretamente, beneficiaram as cúpulas militares que valendo-se das situações adversas em seu interior, utilizaram-nas para obtenção de recursos junto ao governo. Transformando os levantes militares em ameaças políticas, as cúpulas militares utilizaram as medidas discricionárias da LSN para dar-lhes um tratamento diferenciado.

A transformação de situações militares em situações políticas permitiram que todos os indivíduos acusados de envolvimento nos levantes (quer tenham participado ou não) fossem acusados de práticas subversivas. Estes indivíduos que passaram a ser perseguidos pelas autoridades militares, fizeram com que os levantes militares fossem transformados em "investidas comunistas" por estas autoridades. Diziam que os subversivos pretendiam fazer no país "uma verdadeira guerra entre irmãos", como afirmava o

72-Cf. Depoimento do general Eurico Gaspar Dutra ao Conselho de Justificação. ASTMRJ.s/d.

73-Idem

Ministro da Guerra João Gomes Ribeiro.⁷⁴

Após os levantes de novembro, o general João Gomes Ribeiro reuniu todos os generais da ativa no Rio de Janeiro para que propusessem ao governo uma legislação mais rígida para combater estes movimentos. Relacionando os levantes militares com radicalizações políticas o ministro propunha que de imediato fossem expulsos do Exército todos os militares que haviam participado dos levantes.⁷⁵

Priorizando uma legislação mais restritiva das liberdades políticas o general João Gomes compreendia que a partir desta, seria evitado que os militares se envolvessem em questões políticas e violassem a ordem nas corporações. Denunciando infiltração de extremistas políticos no quartéis o Ministro da Guerra assim se expressava;

"Não há quem tendo lido as nossas leis repressivas e até a própria Constituição, desconheça que estamos a mercê dos extremistas que com a maior audácia e requintes de crueldade tentam subverter o regime..."⁷⁶

Os generais presentes à reunião partindo deste ponto, sugeriam que a Constituição fosse emendada por solicitação do Ministro da Guerra junto ao Governo e ao Ministério da Justiça. Entre os votos dos generais nesta reunião, consideramos de fundamental importancia para a compreensão dos acontecimentos políticos e militares que viriam posteriormente, o do general Góis Monteiro. Este general que tendo feito o seu voto por escrito e em separado sugeria três alternativas para a reorganização da vida política do país, assim as descrevia;

"1º)-Golpe de Estado e abolição da Carta de 1934...2º)Execução pura e simples dos preceitos constitucionais vigentes, significando a impunidade, recrudescimento da desordem...3º)Reforma constitucional solu-

74-In.Minutas da Reunião dos generais 3/12/1935;Nota do general João Gomes Ribeiro.AE ;Ver A Defesa Nacional,dezembro de 1935.AE

75-Cf.Ata da Reunião dos generais de 3/12/1935.AE

76-Ata da Reunião dos generais de 3/12/1935.AE

ção intermédia e cheia de arestas jurídicas..."⁷⁷

Para os 25 generais presentes na reunião de 3 de dezembro, os levantes militares de novembro demonstraram que as leis de restrição existentes no país eram muito frágeis para as dimensões do Brasil. Afirmavam estes, que nem mesmo a Constituição da República se adequava a conjuntura política que o país estava atravessando.⁷⁸

Como resultado desta reunião foi redigido um manifesto apresentado ao governo. Exigindo leis mais severas para quem atentasse contra o poder constituído, este manifesto fez com que o governo convocasse uma reunião ministerial de emergência. Esta reunião ministerial que discutiu as questões tidas pelos generais como cruciais para o combate às "insurreições dirigidas por Moscou"⁷⁹ levou os ministros a solicitarem "estado de sítio" em todo território nacional junto ao Legislativo.

A pressão da cúpula militar junto ao governo, acrescida da condição de "estado de sítio" deram poderes ao presidente que só poderiam ser concedidos em tempo de guerra externa. A repressão levada a efeito a partir do "estado de sítio" decretado⁸⁰, foi levada a efeito indiscriminadamente, catalizando toda a situação em torno do governo, da polícia e do Exército.

Para o ministro da Guerra, o "estado de sítio" mesmo equiparado ao "estado de guerra" não era suficiente para combater "um inimigo nas dimensões do comunismo". Para tal propôs que a Constituição fosse emendada, dando maiores poderes ao governo, para que o mesmo pudesse pessoalmente cassar patentes de militares e punir civis que ameaçassem a segurança nacional..

Sugeria o ministro da Guerra que a LSN fosse reforçada na conceituação de crimes contra a segurança nacional, para torna-la mais abrangente e eficaz ao ser conjugada ao

77-Ata da Reunião dos generais de 3/12/1935, Voto em separado do general Góis Monteiro. AE

78-Ata da reunião dos generais de 3/12/1935. AE

79-Notas da Reunião Especial dos Ministérios, 12/12/1935. Cpdoc, GV

80-Anaes do Senado Federal, 1935. V(VII), pp 340-361

"estado de guerra"⁸¹.

Como complemento à LSN foi criada em janeiro de 1936 a Comissão de Repressão ao Comunismo(CRC)com autonomia para investigar e punir qualquer indivíduo suspeito de subversão.Como consequencia,a repressão foi intensificada atingindo quaiquer indivíduo que haviam participado de partidos ou organizações políticas de oposição a Getulio Vargas no período pós-constituente de 1934⁸²

Ao reforçarem os mecanismos de repressão,os militares que não haviam conseguido se apossar do poder com as conspirações de Góis Monteiro em 1934 e Guedes da Fontoura em 1935 aproximam-se do governo Vargas.Envolvendo os elementos pertencentes aos grupos repressivos,polícia,governo,polícia e integralistas foi criado o Tribunal de Segurança Nacional(TSN)para julgarem os suspeitos.

O TSN que tornou-se um mecanismo de defesa da pessoa do presidente,influenciado pela cúpula militar passou a transformar situações militares em políticas e políticas em militares nos seus julgamentos,como diria o embaixador Osvaldo Aranha;

"As audiências do TSN haviam transformado simples levantes de caserna numa guerra civil ideológica..."⁸³

Em decorrência dos frequentes prorrogamentos do "estado de sítio",a LSN,a CRC e o TSN tomaram para si prerrogativas de afastarem do cenário político todos os elementos que de alguma forma faziam oposição ao governo,civil ou militar.Em consequencia a oposição ao governo foi restrita a algumas facções regionais,pois todos as lideranças de expressão foram alcançadas pela prisão,tortura e punição.

Em 1936 o quadro político nacional se via resumido ao integralismo,ligado ao governo e àlguns políticos estaduais que limitados pelos "estado de guerra"se mantinham em oposição,mas sem ameaçar politicamente o governo federal. A

81-O artigo 161 da Constituição de 1934,estabelecia que o "estado de guerra"implicava na suspensão das garantias constitucionais que pudessem direta ou indiretamente ameaçar a segurança nacional.

82-Ver PEIXOTO,Alzira Vargas do Amaral op.cit.,pp 313-317.

83-Carta de Osvaldo Aranha a Getulio Vargas,29/7/1936.Cpdoc,OA

manutenção dos poderes extraordinários ao governo Vargas em todo o decorrer dos anos de 1936 e 37 descaracterizou o sistema federativo que o mesmo denominava "pobreza franciscana de idéias"⁸⁴ e criou as condições necessárias para que os militares realimentassem sempre o "perigo do comunismo".

O fechamento da ANL em 1935 juntando-se ao PCB na clandestinidade desde 1926 provocou um declínio das idéias comunistas no país. Não encontramos nas publicações ligadas a aos mesmos, quaisquer atividade no período, de 1935 a 1937⁸⁵. As manifestações de caráter comunista que haviam sido expressivas até meados de 1935 chegaram a 1937 praticamente erradicadas do cenário político brasileiro, porém não deixaram constar nos discursos do governo e dos membros da cúpula do Exército.

A presença de "manifestações comunistas" nos discursos militares objetivava a manutenção de um governo assentado em bases ditatoriais através das medidas de repressão, sem o que não haveria razão para tal. A crise política que se instala com o processo sucessório presidencial previsto para o início de 1938 vinha se intensificava. A manutenção do "estado de guerra" constantemente prorrogado gerou oposição ao governo até mesmo entre seus mais fiéis colaboradores, como Flores da Cunha no Rio Grande do Sul.

Flores da Cunha que desde 1934 buscava plantar as bases de uma possível candidatura a sucessão de Vargas entrou em confronto com aquele. As divergências entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas resultaram na demissão do Ministro da Guerra, que foi contrário ao uso político do Exército para a resolução dos problemas do governo federal com o Rio Grande do Sul.

Entre as divergências de Flores com Vargas a principal era a tentativa do governo federal de desarmar a polícia gaúcha, considerada a mais equipada e moderna do país, através do Ministério da Guerra, o que não foi aceito pelo

84-Carta de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha, Rio de Janeiro, 11/1/1936
Cpdoc, GV

85-Cf. A Classe Operária, A Pátria e A Platéia de 1935 a 1938. AN

Ministro da Guerra.⁸⁶

A substituição do Ministro da Guerra em 1936 não alterou a campanha anti-comunista levada a efeito pelo Exército, e acrescentou a esta uma ação voltada para o afastamento dos militares ligados a Flores da Cunha das posições mais importantes da instituição. Prosseguia assim uma política de minar a oposição ao governo, enquanto o Exército buscava meios de criar uma unidade militar.

Enquanto a cúpula do Exército exigia um aparelhamento mais intensivo de seus quadros, a partir do pretexto de combate ao comunismo, o governo articulava-se com os oligarcas estaduais no sentido de conseguir o desarmamento da polícia gaúcha.

O impacto dos levantes militares de 1935 era lembrado constantemente por militares e pelo governo, os primeiros fazendo uso de tal para exigirem recursos do governo, e este para manter as medidas repressivas que lhe dava poderes ditatoriais contra uma suposta "ameaça comunista" como o próprio afirmava;

"A ação demolidora do comunismo russo é vária e multiforme. Na sua faina insidiosa de levar a perturbação a todos os povos, engedrou uma técnica especializada do crime contra a ordem social, em nada semelhante aos processos dos conspiradores comuns..."⁸⁷

Através desta política de ganhos materiais pelo Exército e político pelo governo, estes instalaram bases bastante convincentes de que uma "investida comunista" ocorreria no país a qualquer momento. Em contrapartida os comunistas que embora não mantivessem uma estrutura organizada para uma ação armada, denunciavam os problemas nacionais através de seus órgãos de imprensa.

As denúncias comunistas que não tinham grande penetração junto à opinião pública, mas que influenciavam o

86-Ver COUTINHO, Lourival-O general Góis depõe. Rio de Janeiro, Livraria Coelho Branco, 1956, p. 260-301

87-VARGAS, Getúlio-A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937, p. 153.

comportamento das cúpulas militares e do governo, afirmava em novembro de 1936;

"Getulio Vargas prepara a todo galope seu golpe fascista. Para sua pretensão de perpetuação no Catete, é a única saída que encontra. A retirada de João Gomes do ministério da Guerra, sua substituição pelo integralista Eurico Gaspar Dutra... quer ter nos postos de alto comando do Exército, tipos de mesma estrutura dos Pantaleões Pessoa e Newtons Cavalcanti, fascistas juramentados." 88

As ameaças de golpes comunistas constantemente levantadas pelo Exército e a ameaça de golpe integralista por parte dos comunistas polarizavam as atenções da imprensa. Como decorrência destas, o Exército fazendo destas questões problemas militares, desponta como a principal força política nacional. Calçados na sua organização a nível nacional, os militares obtinham através do governo os recursos que reivindicavam, para "combater os comunistas".

CAPÍTULO IV

A Constituição de 1934 que já havia sido desvirtuada pela Lei de Segurança Nacional em abril de 1935, teve a partir de dezembro daquele ano, seus componentes democráticos desestruturados completamente. O Exército, através do ministro da Guerra elaborou um esboço de mudanças na Constituição do país que foi enviado ao governo ¹. Este esboço que motivou as emendas n^{as} 1, 2 e 3 na Carta constitucional, constituiu-se numa influência direta dos militares nas questões políticas nacionais.

As emendas aprovadas pelo Congresso ² e sancionada pelo presidente da República, permitiam que a Câmara com o aval do Senado autorizasse o Presidente a declarar "estado de guerra" em qualquer parte do território nacional em caso de comoções graves nas suas instituições. Estas emendas também retiraram dos funcionários militares e civis a estabilidade em suas funções.

Submetendo os militares a perda de postos e patentes, e os civis à exoneração quando acusados de subversivos, as emendas à Constituição provocaram inúmeras manifestações de militares, principalmente do baixo oficialato, contra as mesmas. As emendas aprovadas, como reivindicação do Ministério da Guerra, resultaram em muitas clivagens nas corporações militares.

Os militares que ocupavam postos de comando, viam na perda de patente um incentivo a novas perturbações nos quartéis, devido a forma em que eram definidas as palavras subversão e comunismo na legislação brasileira. Muito embora defendesse emendas restritivas à Constituição o ex-ministro da Guerra, general Góis Monteiro, tornou-se um dos mais ávidos

1-Cf. Ata da Reunião dos generais Ministério da Guerra, 3/12/1935. AE, Cpdoc, GV(V(XX) doc, 51)

2-Cf. Decreto Legislativo nº 6, 18/12/1935: Emendas à Constituição federal. Diário do Poder Legislativo, ano II, nº 198, p. 27329, 19/12/1935. AN

combatentes das emendas nº 2 e 3, que segundo o mesmo eram contrárias aos interesses militares, como afirmava o mesmo;

"A abolição da garantia da patente, desmoraliza, carnificina o corpo de oficiais e acaba por destruir o Exército que é um organismo moral. Ao desmoralizar o oficialato ela realiza o objetivo pretendido pelo bolchevismo..."³

As emendas à Constituição que saíram da reunião dos generais como uma proposta do general Góis, gerou um descontentamento generalizado entre os presentes àquela reunião. Estes generais consideraram o esboço final entregue ao governo, um excesso do Ministro da Guerra⁴, por ir muito além do que pretendiam.

Para o cumprimento das emendas aprovadas, além da LSN de abril de 1935, foram criadas a Comissão de Repressão ao Comunismo (CRC) e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Com plenos poderes para a investigação, prisão, tortura e julgamento de quaisquer indivíduo, a CRC e o TSN vinculados ao Ministério da Justiça eram compostos por civis e militares indicados por este Ministério⁵.

O Ministro da Guerra visava com as emendas à Constituição obter condições de além dos militares interferir também na sociedade civil, o que se dava com as frequentes solicitações de decretação de "estado de guerra" por parte deste. Com o objetivo de transformar situações políticas em situações militares para revestirem-se das atribuições legais de agir "dentro da lei" incutidas na Constituição e tomarem o controle da situação política, em nome da defesa nacional.

Na percepção dos militares da cúpula do Exército já se consolidava a convicção de que, enquanto a política civil refletisse nas instituições militares, resultando em insubordinações em seus quadros esta não poderia levar a efeito suas atribuições. Era mister portanto, que se erradicasse a "infiltração comunista" nos quartéis e tal só

3-General Góis Monteiro-"Idéias para a substituição da emenda nº2"
Ver também o memorandum do mesmo de 21/12/1935. AN, GM

4-Cf. Carta do general Meira Vasconcelos a Góis Monteiro, 26/5/1936. AN

5-Cf. Decreto do Ministério da Justiça de 9/1/1936. Cpdoc, GV, V(XXI), 10.

seria possível, se novas leis de seguranças fossem incorporadas à Constituição, dando-lhes meios, de "julgarem os subversivos" sem contrariarem a lei. O ministro da Guerra relatava as interferências políticas nos quartéis;

"...A política porém, que nunca perdeu nestas décadas de experiência republicana, azo para atentar contra nossa coesão, aproveitando habilmente os defeitos peculiares dos chefes militares, não tem como padrão máximo de nossa nobreza a renúncia de quaisquer interesses vitais do Exército. A política deixou em meio, a auspiciosa obra, que se planejava da segurança nacional."⁶

Muito embora as ameaças de perturbação da ordem não tivessem recrudescido após os levantes militares de 1935, este era o pretexto que dava poderes extraordinários ao governo e permitia que as instituições militares afastassem de seus quadros, os elementos considerados subversivos.

Em meio aos "combates militares ao comunismo", as idéias integralistas se tornavam uma força em expansão e estes se aproximavam do governo Vargas. Com as atividades repressivas em vigor os integralistas tornaram-se uma terceira força armada do governo, através de suas milícias fortemente armadas.

Em concomitância com a aproximação integralista a Getúlio Vargas, este buscava a pedido do Exército, o desarmamento da polícia estadual do Rio Grande do Sul. Esta polícia que mantinha muitos armamentos do Exército desde que lutaram juntos na Revolução Paulista de 1932, recusava-se a entregá-las. Como Flores da Cunha havia se tornado um ferrenho opositor de Vargas, este temia uma ação daquela polícia, sob o comando daquele.⁷

A demissão do Ministro da Guerra que não obteve êxito neste desarmamento, permitiu a nomeação de um militar

6-Relatório do Ministério da Guerra, 1935, p. 19. AE

7-Flores da Cunha procurava interferir nas sucessões estaduais e deste modo obter uma base de sustentação política com vistas à sucessão de Getúlio Vargas. Ver Carta de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha, Rio de Janeiro, 11/1/1936. Cpdoc, OA.

ligado ao general Góis Monteiro, que se recusara a voltar àquele posto. Por influência deste, Getúlio Vargas nomeou o general Eurico Gaspar Dutra para o Ministério da Guerra, que condicionou sua nomeação à nomeação do general Góis para a chefia do Estado Maior do Exército.

A posse de Góis Monteiro como Chefe do Estado Maior do Exército, aumentou de forma substancial o acesso deste junto ao governo e aos militares, abalado desde sua demissão do Ministério em 1935. No seu novo posto o general Góis manteve-se em constantes articulações conspirativas, com vistas ao poder.

A questão do desarmamento gaúcho aglutinou os principais dirigentes militares do período pós-Constituição de 1934. Neste aspecto, os mesmos não descartavam um invasão federal no estado para conseguirem este objetivo.⁸

O desarmamento das polícias estaduais era uma das reivindicações mais expressivas do Exército desde a década de 20. Estas polícias que representavam o poder dos grupos estaduais, extrapolavam em muito as atividades policiais que lhes mantinham. Como suporte dos governos estaduais, estes não mediam esforços para moderniza-las em efetivos e equipamentos, pois eram o escudo destes quando ameaçados de intervenção federal.

Embora as polícias estaduais tivessem sido utilizadas por Getúlio Vargas, para chegar ao poder em 1930 e para combater o movimento constitucionalista de São Paulo em 1932, a cúpula do Exército exigia que estas fossem colocadas à disposição deste, para deixarem de representar as vontades e ameaças dos governos estaduais.⁹ O desfecho desta crise resultou na incorporação dos efetivos e materiais destas polícias ao Estado Maior do Exército.

O controle da polícia gaúcha pelo Estado Maior do Exército eliminou os focos de oposição ao governo naquele

8-Cf. Relatório de Góis Monteiro ao Ministro da Guerra, 25/5/1936. Cpdoc, GV.V(XXVIII), 2b.

9-Cf. Carta de Estevão Leitão de Carvalho a Góis Monteiro, 15/ 2 / 1934. AN, GM. Este afirmava "as polícias estaduais não tem outra missão, se não enfrentar o Exército."

naquele estado, dificultando quaisquer tentativa de reação às medidas discricionárias que se mantinham através do "estado de guerra".

O Ministro da Guerra e o Chefe do Estado Maior do Exército apontavam o comunismo e o regionalismo como os maiores "inimigos do Exército". Segundo estes através das leis de restrição incorporadas à legislação vigente e à Constituição, poderiam superar estes "inimigos" e recolocarem os militares em suas finalidades práticas.

Com o desarmamento da polícia gaúcha iniciou-se um processo de busca de homogeneização militar. A característica principal desta busca era a inviabilidade de harmonização de uma instituição estacionada nos mais diversos pontos do país. Tal processo se fez então, a partir da inclusão dos militares contrários às resoluções da cúpula militar, como "subversivos". Estes militares taxados de "subversivos" eram cassados em suas patentes e expulsos do Exército.¹⁰

A erradicação de levantes nas proporções dos ocorridos em novembro de 1935 era uma realidade em 1936 e 37. Através das medidas de restrição às liberdades de civis e militares o Exército obteve maiores foros de importancia junto ao governo, obtendo um grande aumento de recursos para o aparelhamento e modernização da instituição.

O apoio irrestrito do governo aos pedidos de restrições solicitados pelos ministros militares, e a execução destas, foi a base que deu às instituições militares o aval governamental para a modernização das mesmas, como afirmava o presidente Vargas;

"Nada mais grato aos homens que compartilham responsabilidades governamentais do que verificar tão auspiciosos resultados, que demonstram de modo inequívoco a sinergia de esforços existentes com o fim de colocar as forças

10-Os decretos de cassação de patentes, perda de postos e expulsão de militares do Exército, se tornaram constantes no período que pós-levantes militares de 1935. Muitos dos militares cassados não foram sequer nominados nos inquéritos militares sobre os levantes, mas foram cassados por motivos políticos. Ver Inquéritos militares 1935. ÁSTMJRJ

armadas em condições de bem desempenharem a sua missão...Isto naturalmente decorre da segurança em que elas se acham acerca das disposições do governo,que tudo tem feito para dota-las dos aperfeiçoamentos exigidos para sua preparação."¹¹

As afirmações de interesse governamental em aparelhar as Forças Armadas,praticamente inexistente nos discursos do presidente da República antes de 1936,se tornaram constantes após as "medidas anti-comunismo"levada a efeito pelas cúpulas militares.

As cisões ocorridas após as emendas à Constituição de 1934 no Exército,se encerraram quando estas resultaram em modernização do mesmo.A cúpula militar valendo-se das alterações na legislação direcionaram-nas no sentido da obtenção de aparelhamento material para"combater o comunismo".De outro lado,o baixo oficialato sentindo-se podados em suas liberdades conquistadas nas Constituições de 1891 e 1934 não admitiam perderem suas patentes por direitos conquistados.

O TSN que tinha por objetivo julgar os elementos acusados de subversão,de modo a "eliminar o anacrônismo jurídico que desarmava o Estado contra seus inimigos"¹²,segundo Vargas,significou um importante recurso para que o governo e as cúpulas militares mantivessem acesa a "chama do comunismo"e criassem uma unidade militar através de expulsões.

O comunismo utilizado como pretexto para as medidas discricionárias,ausentes das novas situações políticas pós-fechamento da ANL,permanecia nos discursos militares.¹³Os aliancistas e comunistas perseguidos desde a aprovação da LSN,representavam, a "ameaça"que aglutinava Forças Armadas,integralistas e governo sob as mesmas bases.

A LSN,a CRC e o TSN acrescidos dos constantes prorrogamentos de "estado de guerra" criaram as condições

11-VARGAS,Getulio-A Nova Política do Brasil.Rio de Janeiro,Livraria José Olympio Editora,1937,V(IV),p.224.

12-Idem.p.153

13-Ver Relatório do Ministério da Guerra,1937,p.5.AE

para que Getulio Vargas governasse o país assentado em bases ditatoriais.

Os aumentos de recursos concedidos às Forças Armadas¹⁴ e a posição que estas ocupavam nos rumos políticos do país em 1937, as colocaram em condições de dirigir e orientar a organização nacional em todos os seus setores. Nas circunstâncias em que se encontrava o sistema político brasileiro em 1937, a ação política era determinada pela condição militar. Assim, as formulações militares para o equacionamento das crises políticas se tornavam predominantes em relação aos políticos, realçando as figuras do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado Maior do Exército.

A inexistência de partidos políticos organizados a nível nacional, colocava o Exército como o centro irradiador dos problemas nacionais. As páginas políticas dos principais jornais brasileiros, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro eram preenchidas em 1936 e 37 pelas elucubrações de generais do Exército. Estes generais ocupavam estas páginas para levarem aos leitores destes jornais a posição do Exército em relação ao destino do país em face da "ameaça comunista".¹⁵

Dos levantes militares de 1935 a meados de 1937, a tônica das questões políticas eram voltadas para as questões militares, estas apareciam com muita frequência nas mensagens militares como objeto de apreciação destes. A revista A Defesa Nacional e os relatórios dos ministérios da Guerra e da Marinha se caracterizaram neste período pela análise política do país sob o prisma militar.

Em meados de 1936 os militares se pronunciavam sobre a política brasileira, aventando a hipótese de se substituir a Constituição do país por uma outra que erradicasse o "comunismo e o regionalismo dos partidos políticos", como

14-Conforme CARVALHO, José Murilo de-"Forças Armadas e Política, (1930-1945)". In, Seminário Internacional: A Revolução de 30. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV Editora Universidade de Brasília, 1983. na página 138 aponta que a partir de 1936, as Forças Armadas receberam um substancial aumento de recursos, para modernização e aparelhamento.

15-Ver O Estado de São Paulo, Correio da Manhã e A Ação de março a dezembro de 1937. AN

verifica-se em Editorial da revista A Defesa Nacional;

"...Se os brasileiros quizessem, ainda poderiam remediar estes males, as Constituições são feitas sempre em caráter transitório porque tudo evolui neste mundo, e elas seguem a regra geral..."¹⁶

Com os militares influenciando diretamente as questões políticas através de solicitações e imposições junto ao governo, o projeto de um golpe militar (aspiração do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado Maior do Exército) necessitava apenas de condições objetivas para ser concretizado. Ao abrandar as medidas repressivas não solicitando nova decretação de "estado de guerra", estes generais pretendiam criar estas condições.

A libertação de muitos presos que haviam participado, ou sido acusados de participação nos levantes de 1935¹⁷, simultaneamente ao abrandamento das medidas repressivas, visavam dar condições para que elementos antes ligados ao PCB e à ANL voltassem a se manifestar. Esta política tinha por objetivo fazer com que aqueles elementos criassem uma situação de fato que justificasse uma intervenção "legal" dos militares em "defesa da nação".

A libertação de presos políticos coincidindo com a expiração de um decreto de "estado de guerra" sem pedido de prorrogação, estimularia os confrontos entre grupos de esquerda e integralistas, que exigiria uma ação mais tenaz por parte das Forças Armadas. Desta forma, os generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro só precisariam aguardar o momento adequado para por fim às pretensões dos candidatos à presidência, aos esquerdistas e ao integralismo, inaugurando um novo regime, forte e sob a tutela das Forças Armadas.

Em reunião no gabinete do Ministro da Guerra em 27 de setembro de 1937, os generais e o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, esmiuçariam articulações visando uma estratégia golpista.¹⁸ Nesta reunião os generais presentes estudaram todos os detalhes, por todos os viéses possíveis, as formas

16-A Defesa Nacional, 1936, V(II) p.916. AE

17-Ver SKIDMORE, Thomas E: Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Saga, 1969, pp 46-48.

18-Ver, Ata da Reunião dos generais, 27/9/1937, anexo 3

de intervirem no sistema político, agindo "dentro da lei".

Nesta reunião, já de posse de um documento forjado, que seria utilizado pelos militares para justificarem sua ação,¹⁹ o general Newton Cavalcanti levantou a hipótese de agirem mesmo fora da lei. Tendo como pretexto, uma ação contra o comunismo, que estava infiltrando elementos extremistas nos quartéis segundo este general, o mesmo afirmava;

"...Assim é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada. Impõe-se ao Exército, às Forças Armadas tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista..."²⁰
(grifo nosso)

A imagem autoritária, hierárquica e estamental do Exército, como reflexo da idéia que seus membros costumam fazer de sua própria instituição, articulava-se uma ação que tal qual a estrutura militar, seria realizada do topo para a base. Embasados em sua instituição organicista, os generais buscavam "sanar os problemas do país". Com um discurso que considerava as forças subversivas, uma parte alienável da sociedade, estes afirmavam que estas deveriam ser erradicadas da política brasileira.

Para marcar a magnitude da tarefa de "lutar contra o inimigo", era mister que se lutasse para que o mal não se estruturasse em proporções tais que a sociedade fosse afetada por elas.

A reunião dos generais se conduziu no sentido de que o mal já estava detectado, portanto, deveria ser extirpado de cena durante um longo período, e conduzido à sociedade como um perigo renascente que explicasse a "batalha militar" a ser iniciada, mesmo que a sociedade não tomasse conhecimento deste inimigo.

Compreendiam os generais que era necessário a solidariedade da sociedade para com a iniciativa militar, de modo a salvar-se, mesmo que uma parcela desta sociedade não

19-0 "Plano Cohen", discutido nesta reunião só se tornou público em 30 de setembro de 1937, mas os generais já o tinham em mãos antes da reunião, divulgado que fora entre os generais pelo próprio Góis Monteiro.

20-Ata da reunião dos generais de 27/9/1937. Ver anexo 3

fosse favorável. Muito embora se cogitasse uma solidariedade da sociedade, os generais excluía esta da ação articulada, como afirmava ainda, o general Newton Cavalcanti;

"...Mas é necessário que neste movimento, exclusivamente militar, não tome parte nenhum elemento político, nenhum elemento civil. A iniciativa e a responsabilidade devem ser inteiras e exclusivas das Forças Armadas."²¹

Neste sentido, uma primeira contribuição para a compreensão do golpe desfechado em novembro de 1937 é institucional, ratificando a idéia das Forças Armadas como principais responsáveis pelo destino nacional. Esta idéia de que a missão militar é zelar pela ordem nacional foi aventada na reunião para que os generais tivessem em mente os objetivos a atingir e a forma de comportamento a adotar após a ação desencadeada.

A crise política existente no país somada a uma ação militar nesta, se aprofundaria. Para os generais golpistas sómente as Forças Armadas tomando a posição de elemento decisivo poderia restabelecer a ordem e amenizar a crise das instituições brasileiras.

A libertação dos presos políticos e o cancelamento do "estado de guerra" não haviam surtido o efeito que os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro espereavam. Deste modo o forjamento de um "plano comunista" no Estado Maior do Exército se apresentou como um meio de se justificar uma ação militar de maior envergadura. Numa ação que envolveu o general Góis Monteiro e o integralista, Capitão Olimpio Mourão foi idealizado o "Plano Cohen", que seria apresentado ao povo como uma "manobra comunista".²²

A estratégia militar para o golpe, entretanto, já havia sido iniciada após os levantes militares de 1935. Transformados em movimentos políticos pelas cúpulas do Exército, a conotação política desenvolvida por estas foi intensamente propalada nos meios militares.

21-Ata da Reunião dos generais de 27/9/1937. Ver anexo 3

22-O "Plano Cohen" foi transcrito por CARONE, Edgard - A Segunda República (1930-1937). São Paulo, Difel, 1975. pp 68-72.

A transformação dos levantes militares de 1935 em "investida de comunistas" foi a razão para os constantes pedidos de decretação de "estado de guerra" em 1936 e 37, que em face de uma ameaça que inexistia atingiu o ponto nevrálgico e decisivo para um golpe militar.

A estratégia golpista desenvolvida pelos generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro, pode ser compreendida nas seguintes fases; Transformação de situações militares em política para manter em evidência um "perigo comunista"; Abertura gradativa no sistema repressivo para que elementos ligados às idéias comunistas se manifestassem em público; Sustamento do "estado de guerra" e intensificação da repressão para provocar reação destes elementos; Transformação de situações políticas em militares para justificarem uma ação radical das Forças Armadas e Criação de uma unidade militar para fins golpistas.

Estas fases pertinentes à estratégia golpista, tiveram como fases intermediárias, o afastamento das oposições ao governo e o desarmamento das polícias estaduais pudessem se opor aos golpistas, como afirmava Góis Monteiro;

"...tudo tem o seu devido tempo. A base para a mudança das instituições do país, fora dos meios normais, como exigia a situação era a derrubada do Governo do Rio Grande do Sul. Isso conseguido, o restante se realizaria com a maior facilidade."23 O

governador do Rio Grande do Sul, tinha sob seu controle a polícia que mais prendia a atenção dos militares.

Para a concretização do golpe, segundo os articuladores do mesmo, era mister que se criasse uma unidade militar, principalmente em torno dos generais e dos almirantes da Marinha. Para evitar confronto entre militares, os elementos que se opunham à orientação da cúpula do Exército foram transferidos para os pontos mais distantes da capital federal. Esta medida permitiu que apenas os generais ligados ao esquema da cúpula tomassem

conhecimento dos detalhes da ação²⁴

Entrementes, as constantes solicitações de "estado de guerra" em 1936 e 37 e mesmo antes da divulgação do "Plano Cohen" o ambiente político já fazia com que alguns militares e mesmo civis não ligados à cúpula do Exército, se compusessem para discutirem um possível golpe militar, como argumentava Maciel Filho;

"A força de Getulio justifica um golpe, para acabar com essa tolice toda. A Marinha está firme e deseja a ditadura; e no Exército é a mesma coisa. Não há mais soluções constitucionais para o Brasil."²⁵ Em contra-

partida o general Góis Monteiro garantia à imprensa com muita frequência que os rumores de um golpe de estado não tinha qualquer fundamento. Porém o próprio Góis afirmaria posteriormente que já em janeiro de 1937 se cogitava a não realização das eleições presidenciais, pois havia a eminência de um golpe em andamento;

"...em janeiro de 1937, havia o primeiro candidato à sucessão problemática do Sr. Getulio Vargas. No mesmo mês transporte-me a São Paulo com meu quartel general. Ali encontrei alguns líderes políticos de outros Estados, entre eles os Governadores Benedito Valadares, Juracy Magalhães e Nereu Ramos, tratando ingenuamente, do problema da sucessão."²⁶ (grifo nosso)

Apesar de alguns políticos fazerem declarações enfatizando o "perigo de um golpe militar", os generais negavam a existencia de um plano golpista entre eles. Estas negativas dos militares envolvidos visavam evitar dissensões em torno do generalato quando pressionados por especulações de civis, principalmente pelos deputados e senadores. Estes políticos era segundo os generais os últimos obstáculos a serem superados, rumo à instalação de um novo regime no país, como salientava o general Coelho Neto;

24-Ver BARATA, Agildo-Vida de um Revolucionário. Rio de Janeiro, Editora Melso, 1962.

25-Carta de J.S. Maciel Filho a Osvaldo Aranha, setembro de 1937, Cpdoc, JS

26-COUTINHO, Lourival op.cit., p.287

"Impõe-se porém ,aniquilar por completo os elementos reacionários da Câmara dos Deputados."27

Os preparativos para o golpe era a questão central e específica da reunião dos generais, embora que sob pretextos distintos da realidade política nacional. Tendo como suporte informações da CRC, ali representada pelo general Newton Cavalcanti, e o "Plano Cohen", os generais golpistas compreendiam ser possível uma ação, sem maiores danos à estrutura vigente.

Mesmo conscientes de que estariam vilipendiando as próprias leis que eles haviam solicitado ao governo, estes generais compreendiam que se a ação fosse orientada corretamente segundo os planos ali traçados, o golpe seria justificado legalmente. Para tal a necessidade de uma unidade militar tinha que ser alcançada no Exército e a Marinha desse seu aval para a ação, como propunha o general Almério de Moura;

"O Senhor Ministro concorda em que todo o Exército e também a Marinha, conheçam os objetivos do movimento para evitar explorações..."28

Diante da proposta de se realizar um movimento eminentemente militar "contra o comunismo", os generais questionavam a possibilidade do mesmo ser executado com o aval do Presidente da República. Segundo o ministro da Guerra o presidente não precisava ser consultado e nem informado, este se encaminharia conforme as circunstâncias. A questão que se apresentava apontava para a desinformação de alguns generais em relação aos objetivos reais da ação, mas o general Gaspar Dutra os fazia crer numa ação anti-comunista. Como vê-se nas palavras do general Coelho Neto;

"Nesse movimento partido das Forças Armadas da Nação, impõe-se que participe o próprio governo, ou que pelo menos seja leal e oportunamente informado."29 ao que replicava

o Ministro da Guerra;

27-Ata da reunião dos generais, 27/9/1937. Ver anexo 3

28-Idem

29-Ibidem

"...é necessário manter as autoridades constituídas. O movimento arrastará consigo o próprio Presidente da República, cuja autoridade será por ele fortalecida."³⁰

Sob o pretexto de "combater o comunismo", com uma ofensiva que definitivamente eliminasse tal "ameaça"³¹ os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro influenciavam os demais para avançarem além dos limites previstos em lei.³² O movimento que seria de caráter "exclusivamente militar" como desejavam os generais, acarretava a preocupação de alguns de que o mesmo não seria transformado em uma ditadura militar.

Embora uma ação militar contra o poder político resulte necessariamente em transformação política, os generais envolvidos delimitavam os parâmetros para não confundirem sua ação com uma tomada do poder para ser transformado num estado militar. Assim a ação destes era direcionada no sentido de se evitar a presença física dos militares, no regime a ser imposto pelos mesmos;

"Absoluto sigilo, segredo só dos generais, compromisso escrito de que não querem uma ditadura militar."³³ afirmava o general Coe-

lho Neto, enquanto o Ministro da Guerra assim expunha a questão do poder;

"O Ministro da Guerra e o Ministro da Marinha em ação combinada e conjunta, constituirão o elemento dirigente ao lado do presidente da república, assegurando-lhe com a força, as medidas de exceção decorrentes do movimento militar."³⁴

Indicando-se os termos a serem seguidos; de um lado a defesa do poder político e de outro profundas transformações, sem alterarem a estrutura política, os generais nas ambiguidades das suas resoluções prepararam-se para o golpe em função de uma suposta veracidade do "Plano Cohen", como fizeram crer ao Congresso e ao governo.

30-Ata da reunião dos generais, 27/9/1937. Ver anexo 3

31-O "Plano Cohen" enquadrava a ação militar no artigo 162 da Constituição de 1934.

32-Cf. Artigo 162 da Constituição de 1934

33-Ata da reunião dos generais, 27/9/1937. Ver anexo 3

34-Idem

Os ministros da Guerra e da Marinha após a reunião que articulara o movimento militar, enviaram mensagem ao governo solicitando nova decretação de "estado de guerra"³⁵. O impacto causado pela mensagem dos militares, que descrevia minúcias do "Plano Cohen" causou apreensão aos deputados, que de imediato aprovaram a decretação de "estado de guerra" em todo território nacional.³⁶

Sob os auspícios dos governadores, de membros da CRC e militares da confiança do ministro da Guerra, foram retomadas as ações repressivas contra os indivíduos acusados de subversão. O novo decreto de "estado de guerra" fechou as associações de caráter secreto, como as lojas maçônicas sem no entanto deixar transparecer a possibilidade de um golpe de estado.

A prisão de todos os elementos que haviam sido colocados em liberdade pouco tempo antes, reiniciando a perseguição política, ameaçou os candidatos à sucessão que temerosos de que a eleição não fosse realizada suspenderam suas campanhas.

As circunstâncias criadas pelos militares fez com que os setores conservadores presentes na conjuntura política do momento se aproximassem das Forças Armadas, revelando o estabelecimento de uma aliança em torno de um "inimigo comum". Para os militares no entanto, a aproximação de políticos às Forças Armadas extrapolavam os planos pré-estabelecidos.

O Exército que traz em sua própria formação estrutural, o anti-comunismo e a anti-inovação de idéias políticas, a ação militar não comportaria elementos políticos que poderiam posteriormente se alçarem ao poder. Assim a manutenção de Getúlio Vargas no poder após o golpe em detrimento de um militar pode ser considerada um paradoxo, porém é uma questão que pode ser simplificada pelas reivindicações dos generais com o golpe que

35-Ver Mensagem dos ministros militares ao governo, anexo 4.

36-Decreto legislativo de 23/10/1937. AN

articularam.

O Ministro da Guerra e o Chefe do Estado Maior do Exército, não tinham por objetivo o exercício do poder com o golpe, mas sim extrair do poder as condições que estes vinham reivindicando junto ao governo, qual seja, modernização e aparelhamento material e humano das instituições militares. Para que os membros da sociedade civil e mesmo os militares não envolvidos com a ação golpista não considerassem a ação militar com uma ditadura militar, os generais golpistas ocultavam sua participação ao mesmo tempo que exigiam suas reivindicações com o mesmo, como descreveu o general Góis;

"...o General Newton Cavalcanti expôs ao general Dutra a mim, umas tantas dificuldades e sobre o que havia sido combinado no Ministério da Guerra, terminando por propor, para descarregar o ambiente e temeroso de uma ditadura militar, que se declarasse que os Chefes Militares de modo algum aceitariam essa solução e que pleiteariam apenas reformas substanciais nas nossas instituições, a fim de protegê-las contra os perigos que as estavam ameaçando. O General Dutra, no entanto, julgou isso desnecessário mas, como eu percebesse que o atual Marechal Newton Cavalcanti não ficara satisfeito e sugerisse a permanência do Sr. Getúlio Vargas, provisoriamente no poder, não tive dúvida em aceitar..."³⁷

Compenetradas em transformações políticas difusas e indefiníveis, pode-se afirmar que a cúpula golpista das Forças Armadas não tinha um projeto político delineado para o país. As afirmações destes se prendiam muito mais em torno de uma política de compromisso que lhes garantissem as reivindicações do que propriamente a mudanças de caráter político mais amplo.

As linhas mestras do golpe podem ser interpretadas com muita transparência quando analisa-se as entrelinhas da mensagem dos ministros militares ao governo, solicitando a

decretação de "estado de guerra". Os valores descritos pela mensagem dos militares como "ameaçados pelo comunismo" traduzem os pontos que identificam o conservadorismo e a resistência à transformações por parte das instituições militares. Este conservadorismo impregnado na doutrinação e na ideologia das instituições detentoras do monopólio das armas se fazia presente na mensagem, como prova indubitável de que se consideravam as únicas forças capazes de solucionar os problemas nacionais.

Como instituição capaz de reordenar as leis políticas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas, como afirmava o general Góis, o Exército era a única força a quem o governo podia recorrer para eliminar a subversão. Os militares premeditadamente enfocavam que ao tomarem "medidas violentas" estariam realizando aquilo que os políticos civis eram incapazes de realizar, ou seja uma reorganização das leis nacionais, para que medidas militares fossem evitáveis na solução dos problemas do país,³⁸ como descreve a mensagem;

"Em presença deste espetáculo ameaçador e lastimável todos podem emudecer, menos as Forças Armadas. Para ela a inação é crime, e crime contra as instituições, contra a sociedade, contra a religião, contra a família, contra a pátria, contra a própria humanidade. As Forças Armadas constituem o único elemento capaz de salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir..."³⁹

Sendo a Lei de Segurança Nacional, a Comissão de Repressão ao Comunismo, o Tribunal de Segurança Nacional e as emendas à Constituição, instancias criadas por solicitação das cúpulas militares, o arcabouço jurídico brasileiro já se encontrava plenamente influenciado e transformado por estes.

A Constituição de 1934 diante da criação destas instancias já se encontrava inexequível, no entanto os militares afirmavam que esta ainda oferecia muitas liberdades a serem limitadas, o que indiretamente

38-Ver Mensagem dos ministros militares ao governo, anexo 4.

39-Idem

já transparecia a disposição destes em mudar as instituições jurídicas do país através de uma nova Constituição. Constituição que já estava em avançado processo de elaboração.⁴⁰

A mensagem dos ministros militares ao governo tendo o "Plano Cohen" como argumento enfatizava as leis existentes como precárias e ineficazes para combater a subversão;

"Em face do arcabouço jurídico atualmente em prática no Brasil, e diante das peias criadas pelo formalismo processual, é impossível impedir a conspiração..."⁴¹

No entanto as considerações de ministros militares em relação à legislação brasileira não se constituía um fato novo. Estas já eram emitidas na década de 20, quando os tenentes se levantaram em armas, porém sem buscarem influir nas mesmas diretamente.

Na década de 30, a decomposição política que se seguiu após a posse de Getúlio Vargas, gerando uma fragilidade nos partidos políticos os militares que apoiavam o mesmo contribuíram para que a legislação fosse alterada, com o governo saindo fortalecido⁴².

O envolvimento direto das cúpulas militares no sistema legislativo do país se deu com mais tenacidade a partir dos levantes militares de 1935. O Exército se apresentou após estes como o centro irradiador das circunstâncias que criavam rupturas jurídicas, e se prevalecendo do argumento de defesa nacional, solicitavam novas leis para sanar aquelas rupturas.

Os levantes militares de 1935 retrataram um Exército ferido de indisciplina e sem coesão. As clivagens internas como resultantes de um descontentamento generalizado tinham nas contradições e nos regulamentos militares a sua explicação, porém transformados em movimentos militares extrapolaram estes regulamentos para se enquadrarem na legislação "frágil" segundo as cúpulas militares.

40-Segundo Góis Monteiro ele e o ministro da Guerra reuniam-se com frequência com Francisco Campos para darem sugestões a este sobre questões militares. Ver COUTINHO, Lourival op.cit., pp 280-283

41-Mensagem dos ministros militares ao governo. Ver anexo 4

42-Ver. Correspondências de Osvaldo Aranha em 1931. Cpdoc, OA

Tem-se assim, que as Forças Armadas, tornaram-se na década de 30 o principal agente das alterações na legislação brasileira. Ao solicitarem alterações na Constituição e a criação de leis restritivas suplementares à esta de 1935 a 1937, as cúpulas militares atraíram para si o papel de revisores jurídicos, a nível nacional.

Ao prepararem a argumentação que resultaria em um desfecho militar em 1937, os militares reivindicando a essencialidade patriótica como interpretes das necessidades nacionais, assumiram uma missão salvacionista. As instituições militares detendo por lei e fato os recursos estratégicos armados, assumiram também o papel de legisladores recorrendo a este papel para criarem uma situação de ação militar "dentro da lei"⁴³.

Com base no pensamento do general Góis Monteiro que já no início da década de 30 afirmava que a política só seria erradicada do Exército, eliminando-se a política fora deste,⁴⁴ a cúpula golpista defendia a extinção de todos os partidos e organizações políticas através de decretos legislativos. A trama golpista elaborada de forma distinta se compôs da formulação do general Góis de que o Estado para ser forte, deveria ser tutelado pelo Exército.⁴⁵

A decisão de "agir mesmo fora da lei" tomada na reunião dos generais significou um ultimatum ao governo, os generais tinham a convicção de que seriam atendidos em suas reivindicações junto ao governo, já que este seria mantido no cargo comprometido com estes. A preocupação de não demonstrar a possibilidade de uma ditadura militar se dava no sentido de evitar que determinados militares tirassem proveito pessoal do mesmo, em detrimento da instituição. As mudanças no regime político sem alterações na estrutura governamental visava mostrar um aspecto salvacionista no golpe, que sem ação armada libertassem o Brasil e suas instituições da "ameaça comunista".

43-O golpe através da outorga de uma Constituição, afastaria a ilegalidade da ação, que mesmo na Carta de 1934 seria legal em seu artigo 162.

44-Ver MONTEIRO, Góis-A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d/p, p. 183

45-Idem

Os candidatos a sucessão de Getúlio Vargas compreendendo que o silêncio deste em relação às eleições, era prenúncio de instabilidade no processo eleitoral começaram a revelar em seus discursos que uma trama golpista ameaçava o país. Porém sem se darem conta de que a trama que tomava forma vinha dos militares, passaram a transmitir a estes seus apelos para evitarem um golpe de estado por parte de Getúlio Vargas, como escrevia Armando Sales;

"A nação está voltada para seus chefes militares; suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva."⁴⁶ Demonstrando inquietação o candidato fazia crer que somente os militares poderiam garantir as eleições, cumprindo o dever que lhes era destinado de "montar guarda às urnas". Sem compreender que se dirigia aos responsáveis por um golpe articulado para o dia seguinte, este candidato que louvava a atuação dos militares foi vítima de sua abnegação às Forças Armadas.

Em reunião realizada na residência de Francisco Campos, ideólogo da nova Constituição, os ministros do Exército, da Marinha e o Chefe do Estado Maior do Exército deram os últimos retoques na Constituição que seria a "baioneta do golpe". Esta reunião que tinha por objetivo avaliar e complementar os capítulos dedicados às Forças Armadas, provocou profundas alterações nestes capítulos em relação à Constituição de 1934.⁴⁷

Em 10 de novembro de 1937, os generais ocuparam os postos que lhes haviam sido destinados em face do plano golpista, enquanto o Presidente Vargas impunha a nova Constituição ao país. A ação militar fora traçada para que não houvesse o menor resquício de participação das instituições militares que ligasse a ação a um golpe de cunho militar, como afirmava o general Góis;

"...marcara para a manhã daquele mesmo dia na Escola de Estado Maior, uma

⁴⁶-Citado por SILVA, Hélio-1937-Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1970, p 462

⁴⁷-Ver COUTINHO, Lourival op.cit., pp 293-308

conferencia ,convidando para assisti-la todos o generais presentes no Rio,o que quer dizer que a hora que se fechava o Congresso e tomavam-se outras providências,os Chefes Militares em sua grande maioria,assistiam,reunidos a uma conferencia..."⁴⁸

Numa estratégia de poder,em que os ministros das armas tinham à sua frente um presidente com poderes ditatoriais,e comprometido com as reivindicações destes,a efetivação do golpe se tornara uma realidade.Afastando quaisquer grupos,partidos e organizações de caráter político do cenário nacional,a Constituição de 1937 colocava os militares em consonância direta com o poder,porque Vargas o tendo ilimitadamente em suas mãos e as Forças Armadas tendo Vargas nas suas,completavam o estratagema.

Embora o golpe não tenha sido concensual entre os vários escalões hierárquicos militares,o mesmo se tornou viável porque encontrou os oficiais subalternos completamente indiferentes à situação,até a leitura da Constituição por Getulio Vargas.O corpo de oficiais só tomaram conhecimento do golpe após o mesmo já ser um fato consumado.A Proclamação ao Exército⁴⁹ feita pelo Ministro da Guerra provocou manifestações pelo contingente militar tomado de surpresa pela ação das cúpulas.

Com o desfecho previsto pelos militares,o Estado Novo foi implantado sob a política do Exército concebida por Góis Monteiro,provocando após o golpe,o desaparecimento de quaisquer ação comunista e referencias ao comunismo dos discursos militares.⁵⁰

Sendo criação das cúpulas militares "a ameaça comunista"após o levantes de 1935,ao cumprir as premissas que lhes foi destinada deixaram de ter razão para serem mantidas nos discursos,manifestos e proclamações dos mesmos.

48-COUTINHO,Lourival op.cit., p 317

49-Ver Proclamação ao Exército,anexo 5

50-Mesmo as comunicações militares que se referiam ao período anterior ao golpe não trazem qualquer alusão à uma "ameaça comunista"após o golpe ter se efetivado.AE;AN,GM;Cpdoc,GM.

A orientação político-militar do golpe ,como se caracterizou no Estado Novo,teve suas origens nos levantes militares de 1935,porém decorreu sobremaneira da própria evolução militar do Brasil.Os movimentos militares das décadas de 20 e 30 passaram a ser confundidos com movimentos políticos,e as cúpulas militares sob influencia do general Góis Monteiro transformando estas situações criaram as condições para uma investida militar rumo ao poder.

A efetivação do golpe em 1937 se tornou uma realidade,devido principalmente à criação de uma unidade militar em torno do mesmo.Esta unidade que não se deu por concensualidade,mais pela execração dos contrários foi consubstanciada pelas punições, cassações e transferencias dos elementos que não admitiam envolvimento direto na política.O contingente de militares que foram afastados por estes meios é bastante ilustrativo da "unidade militar no golpe".⁵¹

A unidade militar existente no momento do golpe de 1937 foi uma unidade alcançada sob circunstancias forçadas.A unidade militar como base estratégica de um ação golpista é entendida na instauração do Estado Novo,como uma purificação das Forças Armadas.No sentido de colocarem fora das posições de comando todos aqueles que de algum modo defendiam uma neutralidade das instituições militares, as cúpulas militares obtiveram a unidade,mas não uma hegemonia.

Para a cúpula golpista das Forças Armadas,a "desordem social"como faziam incutir em seus subordinados era uma ameaça à sociedade civil e a elas próprias,portanto não poderiam imputarem responsabilidades ao governo,mas atraiem para si estas responsabilidades.Para tal era mister que esta mostrasse uma aparição hegemônica,o que justifica a limitação dos elementos envolvidos e principalmente, a omissão do mesmo até sua efetivação.⁵²

51-Ver BARATA,Agildo op.cit.

52-Cf. Ata da reunião dos generais,27/9/1937.Ver anexo 3

A implantação do regime autoritário do Estado Novo no país, impunha à este uma ordem e uma autoridade baseada nos moldes militares, ou seja, um país organizado dentro da disciplina e da hierarquia. A transferência de padrões da estrutura organizacional das instituições militares para a organização do Estado, importava na imposição de comandos altamente autoritários e repressivos em todos os contextos da nação.

A padronização da organização nacional com a militar, é um dos principais aspectos que demonstram a incompatibilidade das instituições militares com a democracia liberal. A orientação dos militares num regime autoritário é de fácil adaptabilidade, pois não requer maiores mudanças e conversões de valores, mas restringe de forma incomensurável os interesses da sociedade civil.

Gerando a dispersão dos interesses da sociedade civil, os militares num regime autoritário fazem ouvir a si próprios. Por força da dispersão em que as Forças Armadas mantêm o estado tutelado por estes, os mesmos aparecem no seu verdadeiro papel de coerção, transformando-se no respaldo coercitivo e repressivo do regime autoritário.

As palavras do general Góis Monteiro que imprimiam forte impacto na frase "um Estado forte com um Exército forte" ficaram consubstanciadas na instauração do Estado Novo. Criando um vínculo de poder com o governo a partir do golpe, a cúpula golpista das Forças Armadas alteram a posição destas instituições no Estado.

A estrutura de poder inaugurada em 10 de novembro de 1937 fez com que as instituições militares passassem a funcionar não mais como um instrumento do Estado, mas de controle e sustentáculo deste. O espaço político do governo no Estado Novo ao ser condicionado ao espaço dos militares, caracterizou um regime, que não sendo de caráter militar era profundamente vinculado aos militares.

Desta forma, a incompatibilidade confessa do Exército com a democracia liberal, fruto mesmo da estrutura

organizacional deste. Considerando a democracia liberal prejudicial aos interesses e à organização do país, devido as liberdades individuais que preconiza assim se referiam a ela os militares;

"A mentalidade, os princípios e costumes próprios à democracia liberal constituem teórica e praticamente má companhia para a eficiência dos Exércitos."⁵³

"...os adeptos das liberais democracias, regimes que permitem uma politicagem, rasteiramente tartidária e individualista, só tem uma preocupação, morbidamente obsecante: o acesso ao poder e a mais longa permanência nele..."⁵⁴

"...o agnosticismo econômico da liberal democracia, em íntima combinação, geraram a luta de classes que se desencadeia, interessante ao Estado, fraca e impotente entidade para conte-la."⁵⁵

Sob os mais diversos aspectos anti-liberais, buscavam os militares com a implantação do Estado Novo instaurarem no país, um regime político que atendessem os os anseios de caracteres mais variados do Exército. Um regime que atendesse as necessidades materiais da instituição conjugando-as com a liquidação das idéias políticas que de uma forma ou de outra, consideravam inadequadas aos interesses corporativos destes.⁵⁶

A incompatibilidade do Exército com a democracia liberal se estende necessariamente à manutenção de partidos políticos no país. A prática militar, por ser uma ação desvinculada de conotações partidárias é orientada para que os indivíduos pertencentes às classes militares sejam contrários a esta forma de organização, por considerarem-na nos meios militares uma prática desagregadora da disciplina militar.

Em realidade, a incompatibilidade dos militares, principalmente da cúpula do Exército com os partidos políticos nada mais representa do que uma

53-A Defesa Nacional ,1934.V(I)p.289

54-A Defesa Nacional ,1935.V(I)p.533

55-A Defesa Nacional ,1935.V(I)p.679

56-Ver. Manifestos e Proclamações do Ministro da Guerra ao Exército em todo o ano de 1937.AE

fragilidade da instituição em afastar os seus membros das questões políticas. Esta fragilidade motivada pela falta de mecanismos próprios para afastarem os militares da política, e os políticos de buscarem apoio nas classes militares. Desta forma, as crises políticas que afetavam a nação atingiam profundamente a organização interna nos quartéis, com as divergências políticas da sociedade civil refletindo nas corporações e gerando divergências internas nestas.

Com base nestes pressupostos compreende-se que o distanciamento dos militares dos partidos políticos, era uma questão própria de auto-organização militar, na disciplina e na hierarquia. Implementando-se uma política militar anti-partidária dentro das corporações, as cúpulas buscavam uma organização interna compatível com os regulamentos militares.

Assim a interferência da política civil nas classes militares se apresentava nos discursos das cúpulas do Exército como um fator a ser erradicado, inicialmente pelo isolamento dos militares em relação a esta, e posteriormente pela total supressão da política partidária no país.

As clivagens internas que permeavam as corporações militares desde o golpe da República foram responsáveis pela articulação golpista das cúpulas militares. Estas clivagens, que atingiram todos os níveis hierárquicos do Exército, foram de fundamental importância para o desdobramento das condições que resultaram no golpe de 1937. Em meio às tentativas de restabelecimento da ordem interna nas instituições, as cúpulas adquiriram condições materiais e humanas para as articulações golpistas.

Conduzidas pelas crises internas, as cúpulas militares mantiveram no "inimigo comunista" o elemento chave para a condução de ações repressivas até o desfecho do golpe, mas (X) também os partidos políticos eram apresentados nas comunicações militares como "inimigos da ordem" e da

"organização nacional" como descrito na revista A Defesa Nacional;

"Todo mundo reconhece o perigo que representa para as Forças Armadas o vírus partidário. Nada mais prejudicial à sua disciplina e à força moral no seio da Nação."⁵⁷ ou como os viam o general Góis

Monteiro;

"Os partidos com os programas, organizações, estrutura e finalidade que tinham e ainda tem, tendem a desaparecer, porque na prática, só representam e promovem a discórdia, a desunião, a exploração e a injustiça."⁵⁸

Sob esta ótica, as cúpulas militares fizeram inserir na realidade pós-golpe, os dispositivos supressores dos partidos políticos, efetivados com o decreto de 2 de dezembro de 1937.⁵⁹

A estratégia para se justificar uma intervenção direta dos militares na política, alterando o sistema político partidário e o regime político, é portanto bastante abrangente. Atraindo para seu raio de ação as nuances do liberalismo político à sombra das reivindicações de caráter material, os golpistas consubstanciaram a supressão das liberdades organizacionais coletivas e minimizaram as liberdades individuais.

A criação de um Estado espelhado nas estruturas organizacionais das Forças Armadas, com um projeto nacionalista e desenvolvimentista, apresentava na sua formulação as idéias da doutrina de desenvolvimento do general Góis Monteiro.

As invocações de um Estado nacionalista e desenvolvimentista catalizou os apoios políticos e militares para que o Estado Novo fosse conduzido sem provocar reação de quaisquer destes em sua fase inicial, de consolidação. A supressão dos partidos e organizações políticas ao deixarem o governo sem uma base de sustentação política, transformou o Exército no principal suporte para a

57-A Defesa Nacional 1935.V(II)p.806

58-MONTEIRO, Góis op.cit., p 181

59-Ver anexo 6

manutenção do regime.

Embora capitalizando os resultados políticos fundados com o Estado Novo, o presidente Vargas manteve-se fiscalizado e orientado pelas Forças Armadas, através de seus ministros. No momento em que os generais golpistas deliberaram intervir na política, sem quaisquer apoios de segmentos civis e assume a responsabilidade sobre o novo regime, comprova-se que embora beneficiando-se politicamente deste regime, Getúlio Vargas manteve-se atado aos militares.⁶⁰

Mesmo que atraindo para si as vantagens políticas do golpe de 1937, o presidente Vargas mostra em seus discursos que durante todo o período em que durou o regime estadonovista, o mesmo manteve-se em constante apreensão e mesmo temeridade diante dos militares, para os quais transferia a responsabilidade do golpe;

"O Estado Novo foi instituído por vós, e para a sua manutenção está empenhada a vossa responsabilidade. O governo instituído por um movimento que encontrou a maior ressonância na opinião pública do país e na adesão de suas classes populares, sente-se cada vez mais apoiado nas forças armadas, reivindicando como o seu mais alto objetivo o de aparelhá-las para que possam exercer a sua grande missão cívica e moral."⁶¹

Compreende-se assim que os interesses dos setores militares representados por suas cúpulas, foram fatores de importância vital para que estes implantassem o Estado Novo. As posições dos militares inseridas nas demandas das corporações militares se tornou um componente crucial no complexo quadro de interesses embutidos na ação golpista.

O golpe com que os militares implantaram o estado autoritário no país não se resumia portanto à supressão da "ameaça comunista". Ele significou entre outras coisas a liquidação de um processo político sucessório e a imputação dos militares ao controle político da Nação. (X)

60-Ver PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral-Getúlio Vargas, Meu pai . Porto Alegre, Globo, 1960, pp 376-379

61-VARGAS, Getúlio-A Nova Política do Brasil. O Estado Novo. V(V). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1938, p 241

Neste sentido, a formulação nacionalista do Estado Novo convergia diretamente para os anseios das Forças Armadas, enquanto fazia transparente a incompatibilidade destas instituições com o liberalismo econômico. A manutenção de um civil no poder após uma ação militar representando uma ausência de ruptura, ocultou esta ação e deu aos militares um papel tutelar em relação ao governo, segundo seus próprios interesses.

No plano conjuntural imediato, caracterizado pela preservação das estruturas e mecanismos de governo, o poder dos militares se fizeram aptos a coordenarem os destinos do país. Sem exercerem diretamente o poder sem contudo deixarem de manter a importância orgânica da instituição no controle do conjunto dos órgãos do Estado, as Forças Armadas garantiram ao governo um certo grau de estabilidade e de certeza quanto a sua manutenção no poder.

A manutenção das estruturas e de um governo civil sob controle militar, resultou em uma política de troca de apoios. As Forças Armadas deram suporte ao governo civil e em contrapartida este lhes garantiram o desenvolvimento material reivindicado.⁶² A ausência de rupturas fortaleceu as instituições militares sem implicarem o caráter do golpe junto à opinião pública, como afirmou Góis Monteiro ;

"Foi um golpe à Napoleão III. Os personagens e modalidades e mesmo estrutura, semelhantes ao que foi descrito por Victor Hugo no seu livro "História de um crime". Um presidente da República que se tornou ditador-Luis Napoleão; um Ministro da Guerra-Saint-Arnaud; um Ministro da Justiça-Duque de Morny; e um Chefe de Polícia-Marrast."⁶³

Embora fosse negada oficialmente a participação dos militares, como os agentes golpistas na implantação do Estado Novo, as exigências destes estabelecidas na reunião que articulava a ação militar, se fizeram presentes em todos os principais discursos de Getúlio Vargas. A política militar ensejada no Estado Novo é perceptível nos

62-Ver SCHWARTZMAN, Simon(org)- Estado Novo, um Auto Retrato. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, pp 193-284.

63-COUTINHO, Lourival op.cit., p 315

manifestos do Ministério da Guerra no período pós-golpe.

Enfatizando com frequência um revigoramento das instituições militares e da nação, com o regime estabelecido em 1937, os relatórios do Ministério da Guerra apontam para a valorização do movimento que instituiu o Estado Novo e das condições favoráveis resultantes do mesmo para o Exército. Tais afirmações podem ser verificadas nas palavras do general Eurico Gaspar Dutra em 1941;

"...felizmente, os militares que amam sua profissão e vestem a farda para servir ao país e não para dela usufruir vantagens, tiveram o reconforto de ver com a Constituição de 1937, banido totalmente, o direito voto a todos os militares da ativa, hábil artifício com que a política forçava para suas agitações periódicas, os portões das casernas."⁶⁴

A busca de uma unidade militar que definitivamente erradicasse as clivagens internas existentes nas corporações militares, foi a principal questão a mobilizar as cúpulas militares desde o golpe da República. No entanto estas clivagens permaneceram presentes na instituição, principalmente porque o envolvimento dos militares na política atingindo todos os escalões da hierarquia não tinha mecanismos de controle.

Em 1937, o Exército apresenta uma unidade militar que realizada através de expurgos, cassação de patentes e punições, foi forçada e distante de uma situação hegemônica. A Constituição outorgada ao país com a instalação do Estado Novo, criou os mecanismos que as cúpulas militares objetivavam para afastarem os militares dos meios político-partidários. A extinção de todos os partidos políticos em dezembro de 1937, foi o meio encontrado e embora não definitivo fez com que os militares retornassem às suas atividades práticas.

A prática militar em substituição ao envolvimento político atingiu os oficiais subalternos, sem contudo ser

64-DUTRA, Eurico Gaspar-O Exército em dez anos de governo do presidente Getulio Vargas. Rio de Janeiro, DIP, 1941, p 7

estendida aos oficiais das cúpulas militares.

A Constituição de 1937 que intensamente influenciada pelo general Góis Monteiro, trazia nos capítulos referentes às Forças Armadas as propostas deste no anteprojeto da Constituição de 1934, introduziu nos capítulos citos os mecanismos de disciplinação e subordinação hierárquica, nas Forças Armadas e fora delas, tal qual afirmava Francisco Campos o principal idealizador da mesma;

"...com o advento do Estado Novo, a instauração de um Estado Nacional: um só governo, um único Chefe, um só Exército. A Nação readquiriu a consciência de si mesma; do caos das divisões e dos partidos políticos passou para a ordem da unidade, que sempre foi a da sua vocação."⁶⁵

A despeito de apresentarem-se como interpretes dos interesses da nação, os militares obtiveram com o Estado Novo uma posição peculiar na história das instituições militares brasileiras no período republicano. Ao configurar uma estratégia alternativa à utilizada pelas cúpulas militares até então, os membros da cúpula golpista obtiveram vantagens para o Exército, através de um substancial crescimento nos investimentos voltados às instituições militares.⁶⁶

A modernização de materiais e efetivos que era o principal ponto de aglutinação das diversas facções de um Exército clivado,⁶⁷ torna-se uma realidade após o golpe de 37, o que em síntese estabeleceu os parâmetros de uma reorganização militar com ênfase na disciplina e na hierarquia.

65-CAMPOS, Francisco-O Estado Nacional: Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1941, p 214

66-Ver CARVALHO, José Murilo de op.cit., pp 136-142 e SCHWARTZMAN, Simon op.cit., pp 193-284

67-Ver SODRÉ, Nelson Werneck-A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 3ª ed. pp 270-287

CONCLUSÃO

Ao ser imputado ao centro do poder com o golpe de 10 de novembro de 1937 o Exército passou a ocupar uma posição de relação direta com o poder decisivo e decisório, no novo regime. Tendo-se em vista que as insubordinações militares eram reflexos do envolvimento de segmentos desta instituição na política, o golpe que instaurou o Estado Novo representou portanto o predomínio da prática política sobre a prática militar.

A intensificação das clivagens internas nos diversos escalões do Exército, principalmente após a "revolução de 30", com a participação de militares dos altos escalões hierárquicos no governo de Getúlio Vargas promoveu um fracionamento que se tornava irreversível pelos meios militares. Assim, estas clivagens passaram a ser um elo de fundamental importância para a compreensão da cadeia de acontecimentos que resultaram nos planos golpistas das cúpulas militares em 1937.

A ascensão hierárquica de determinados elementos pela via da participação política no governo Vargas (Góis Monteiro é o melhor exemplo) gerava em contrapartida mais insubordinações no quartéis. Estes fatores internos induziam as cúpulas militares a buscarem mecanismos de contenção dos estímulos à indisciplina por diversos meios. Estes mecanismos inicialmente buscados por meios militares se mostraram ineficientes, e ao serem buscados nos meios jurídicos e políticos tornaram as questões militares objetos de discussões essencialmente políticas.

As cúpulas militares ao buscarem limitar o envolvimento de seus subordinados na política, através da política fizeram com que as clivagens internas saíssem do controle legal da instituição. Desta forma, compreendendo que o Exército ocupa uma posição de subordinação ao

Estado e sendo um aparelho repressivo deste Estado, ao encontrarem-se numa condição em que sequer evitavam as crises internas da instituição, passaram a buscar no controle do Estado os meios para tal.

Tergiversando para conseguirem por meios políticos uma apaziguação interna das questões militares, as cúpulas do Exército estendiam as crises internas a todos os escalões da hierarquia. Após a Constituinte e a Constituição de 1934 as conspirações militares tiveram os generais como os elementos centrais destas, daí o estímulo à indisciplina dos subalternos se tornar um estímulo de setores da instituição, que pregavam uma posição oposta.

Diante do caos de indisciplina e ameaça à hierarquia em que se encontrava o Exército no pós-Constituição de 1934, uma recomposição interna tornou-se cada vez mais complexa. A retomada da disciplina pelos meios militares se deu pela cassação de patentes, expulsões e transferências de determinados elementos, o que provocou conflitos internos ainda mais intensos.

Sem alcançar pelos meios legais da instituição uma disciplina compatível com sua organização hierárquica, as cúpulas do Exército obtiveram por meios políticos os mecanismos que amenizaram suas crises internas. A aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935 foi um destes fatores políticos que embora gerando protestos de alguns segmentos amenizou as insubordinações, sem porém erradicá-las como desejavam as cúpulas.

O Ministério da Guerra, valendo-se de mecanismos resultantes de alterações na legislação utilizou as prerrogativas destas para a efetivação de uma unidade militar em todos os seus escalões, unidade que deixou de existir desde o envolvimento dos militares no golpe da República.

A unidade militar que o Ministério da Guerra considerava imprescindível para que o Exército pudesse moldar a sociedade civil conforme suas estruturas, foi

desvirtuada pelos tenentes na década de 20 e por todos os escalões militares na década de 30.

O envolvimento de militares na política partidária e as ações militares contra o governo, tiveram com a nomeação do general Góis Monteiro para o Ministério da Guerra em 1934 uma acentuada e expressiva mudança, pois os generais passaram a ocupar o espaço dos tenentes como defensores de intervenções militares na política e no regime político.

As adesões de generais a uma possível investida militar contra o Estado, tornaram-se questões preponderantes nas esferas militares após a posse do general Góis no Ministério da Guerra. Estes passaram a relacionar todos os problemas inerentes à insubordinações militares aos movimentos políticos partidários presentes no período. Assim, transformando os levantes militares de Natal do Recife e do Rio de Janeiro de novembro de 1935 em movimentos políticos de caráter comunista, os generais da cúpula militar fizeram das situações militares, situações políticas.

Para que "dentro da lei" conforme rezava o artigo 162 da Constituição de 1934, os militares pudessem intervir na política para a defesa da Pátria e dos poderes constituídos, a transformação de situações militares em situações políticas era uma necessidade para os planos golpistas dos generais, esboçados em dezembro de 1935 e setembro de 1937.

Os levantes militares de novembro de 1935 relacionados pelas cúpulas militares como "movimentos comunistas", tinham caráter predominantemente militar como verifica-se em seus manifestos¹, sem relacionarem-se direta ou indiretamente com os pressupostos comunistas defendidos pelos extintos PCB e ANL. Os membros da cúpula militar do Exército, no entanto, criaram o estereótipo de que todas as manifestações e agitações políticas eram manifestações comunistas passíveis de punição².

1-Cf. Manifesto dos oficiais do 3º RI do Rio de Janeiro, e jornal A Liberdade de 27/9/1935. AE e AN respectivamente.

2-Ver RAMOS, Graciliano-Memórias do Cárcere. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1953

Transformando situações militares em situações políticas e vice-versa, as cúpulas militares conquistaram um importante espaço político, que lhes permitiram solicitar medidas cada vez mais restritivas contra as liberdades individuais de militares e de civis. Estas medidas constantemente aprovadas pelo Congresso e pelo governo, deu ao Exército um enfoque de primeiro plano junto ao governo, sob o pretexto de combaterem o "inimigo comunista".

Mesmo obtendo prerrogativas de ação legal contra "os comunistas" através de apoio governamental, os generais não deixaram de conspirar contra o governo. Para não levantarem suspeitas de uma ação militar contra o regime político a cúpula militar que conspirava, programou uma ação militar contra o "comunismo" para decidirem posteriormente que ou qual civil ocuparia o poder.

É evidente que uma ação contra o "comunismo" não passava pela mudança do regime político, mesmo porque não havia comunistas dirigindo o Estado sob o regime vigente. Os generais visavam com a mudança do regime criarem meios de controlar o Estado e o sistema político, para obterem a reorganização do Exército na ordem e na disciplina através de um amplo aparelhamento militar.

O Ministro da Guerra de acordo com os pressupostos defendidos pelo general Góis embasava-se na hipótese de que só se eliminaria as clivagens internas existentes no Exército, eliminando-se a política fora dele. Assim uma ação militar contra o regime político foi aventada pelos generais como o meio de se eliminar a política partidária no país e sob o espectro golpista criarem uma unidade militar na instituição através da cassação, reforma e expulsão dos elementos contrários à orientação da cúpula golpista.

O expurgo como mecanismo de unificação militar, mostrou um Exército aparentemente homogêneo na ação golpista, porém ainda clivado e distante das lides institucionais embora satisfatório para o desfecho da ação golpista.

Após o golpe que instalou o Estado Novo, com o poder centralizado nas mãos de um governo civil comprometido com as reivindicações militares, as cúpulas militares ao terem suas reivindicações atendidas obtiveram uma unidade militar espontânea. A modernização que era o único ponto que aglutinava todas as facções existentes no Exército desde o golpe da República, foi no decorrer do Estado Novo um meio de unificação militar.

O desenvolvimento de indústrias bélicas, a criação do Ministério da Aeronáutica além de inúmeros atos de reformulação nos regulamentos militares deram aos ministros militares uma capacidade de organização que consolidaria o controle de seus quadros durante o Estado Novo.

O general Góis Monteiro que foi um dos principais articuladores e defensor do regime estadonovista afirmava que a manutenção do regime era de responsabilidade das Forças Armadas e Getúlio Vargas afirmava que estas como responsáveis pela instauração do mesmo deveriam ser beneficiadas com o mesmo.

A deposição de Getúlio Vargas pelos mesmos militares que o mantiveram no poder depois do golpe de 10 de novembro de 1937 em 1945 foi segundo o próprio general Góis Monteiro "uma decisão do Alto Comando do Exército e não pelo poder da oposição civil"³. Os militares que haviam se beneficiado materialmente do regime estadonovista, após derrubarem o governo Vargas articularam a candidatura do Ministro da Guerra para sucedê-lo.

A candidatura do general Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, representando a situação estadonovista teve como principal opositor o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos militares que mais combateu o golpe de 1937. Assim, as duas candidaturas militares em 1945 representaram como que uma espécie de plebiscito das tendências militares no golpe de 1937. O general Dutra e o

3-Ver POPPINO, Rollie E. - "O processo político no Brasil: 1929-1945" In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, julho de 1964, pp 83-94

brigadeiro Eduardo Gomes buscaram refletir durante a campanha presidencial uma ausência de matiz partidária pelos seus partidos políticos, coligação PSD-PTB e UDN respectivamente, e sim uma análise do papel dos militares no regime autoritário estadonovista.

Vitorioso nas urnas o general Gaspar Dutra empreendeu o programa de industrialização e aperfeiçoamento das instituições militares iniciado em 1937 e foi sucedido por Getúlio Vargas em 1950. O paternalismo com que Getúlio Vargas fez a ligação do Estado Novo com o povo foi o principal fator que o reconduziu ao governo cinco anos após ter sido deposto pelos militares que direta ou indiretamente o apoiaram de 1930 a 1945.

O desenvolvimento das Forças Armadas durante o Estado Novo pode ser entendido como uma importante conquista militar e fator que influenciou as cúpulas militares a intervirem na política em 1964. As clivagens internas no Exército ao se intensificarem e atingirem todos os escalões hierárquicos até 1937 tornaram-se a peça fundamental para a instalação do Estado Novo em 1937, pois através das mesmas as cúpulas militares obtiveram os meios de ocuparem o espaço político dos partidos. Eliminaram o sistema político partidário e o envolvimento de militares nas questões políticas, consequentemente.

Não cabe aqui um aprofundamento de estudo do golpe militar de 1964, no entanto a partir das análises decorrentes deste trabalho é possível estabelecermos algumas relações entre este e o golpe de 1937. As intervenções militares em 1937 e 1964 são decorrentes de condições histórico estruturais que para se compreender o segundo deve-se necessariamente analisar as nuances e peculiaridades do primeiro. A "ameaça comunista", a repressão e as restrições das liberdades individuais ocorridas em 1937 e 1964 foram atividades bastante semelhantes no processo que resultou em ambos os golpes.

A Doutrina de Segurança Nacional utilizada como a

pedra basilar no golpe de 1964, excetuando-se pequenas diferenças circunstanciais e conjunturais, apresentou em sua essência o pensamento do general Góis Monteiro na estratégia golpista de 1937. A reelaboração destes postulados pela Escola Superior de Guerra deu aos mesmos contornos mais sólidos, sem contudo abandonar suas premissas iniciais.

O Exército no período em que centralizamos nosso estudo, pode ser compreendido como uma instituição clivada internamente em todos os seus escalões e através dos postulados do general Góis Monteiro voltada para o controle do Estado como meio de recomposição hierárquica. Desta forma concluímos que o Estado Novo não foi a consolidação do desejo de Getúlio Vargas de perpetuar-se no poder, não foi também o resultado da polarização política entre a direita e a esquerda. O Estado Novo foi o resultado de um processo histórico estrutural que aglutinando estes fatores a um processo de clivagens internas no Exército conduziram as cúpulas militares para a efetivação de uma ação golpista.

Considerando os quadros e as impulsões sociais que interferiram neste processo histórico não podemos concordar com a totalidade dos estudos que direcionam a instauração do Estado Novo a perspicácia de Getúlio Vargas, como elemento determinante. Compreendemos outrossim, que o mesmo atendeu as tendências golpistas na medida em que elas contribuíram para consolidar sua posição, apoiando a ação militar como expediente político e satisfazendo-se com sua manutenção no poder.

ANEXO 1

MANIFESTO DO CLUBE MILITAR, de 24/03/1935.*

Os oficiais do Exército e da Armada, reunidos no Clube Militar, vem perante a nação exprimir o seu pensamento em face da Lei de Segurança Nacional.

As ameaças às liberdades públicas, encerradas no bojo desse projeto de lei com que se pretende amordaçar a consciência nacional, exigem das classes armadas uma atitude de coerência com as suas tradições de defensoras eternas do povo oprimido em todas as horas críticas de nossa história.

A situação do país, sem fazer periclitar a sua estabilidade, sem acarretar graves consequências à sua estrutura democrática, não comporta as imperativas de uma lei que vem aumentar a opressão das camadas populares.

Partindo a repulsa do povo, pela palavra da imprensa livre e pela ação das associações de classe, intelectuais e trabalhadores, e sendo o Exército e a Marinha o povo armado, seria deserção, se não fora covardia, deixa-lo entregue ao rolo compressor da tirania feita norma de governo.

Herdeira de tradições, esmaltadas de honra e de bravura, afirmando outrora contra o império a liberdade na ruína da escravidão e saudando o futuro nas notas aurorais da República nascente, as Classes Armadas vem juntar o seu grito de atalaia da nacionalidade ao clamor do país, esporão na atmosfera social, com a voz do bom senso, levando aos ouvidos surdos da cegueira política as palavras sinceras do patriotismo.

O Exército e a Armada, estimulados pelas inspirações sugestivas do país, puro amor da pátria, combatendo ao lado do povo, a Lei de Segurança Nacional, obedecem aos ideais por que morreram Siqueira Campos, Newton Prado, Benevolo, Assis Vasconcelos, Joaquim Távora, Cléto Campelo, Carpenter Djalma Dutra, que eram o Exército, e Octávio Correa, que era o povo simbolos imortais do heroísmo da raça que se quer chumbar à rocha do cativeiro.

Há, no gesto da renúncia viril das Classes Armadas, o desgarre de abnegação heróica dos maltrapilhos da Coluna Prestes, pregando, do fundo da história, escrita pelo sonho impoluto de tantos heróis anônimos, a inutilidade dos golpes contra os impulsos irresistíveis da liberdade.

É que os mártires de 22 e os heróis de 24 não compreendiam a República sem a agitação das massas, como não se compreende o mar sem a ondulação das vagas.

Daí esse manifesto dos oficiais do Exército e da grandeza dos seus sonhos.

Daí esse manifesto do Exército e da Armada, reunidos no Clube Militar, contra a Lei de Segurança Nacional, que negando a própria essência do regime, pelo esmagamento dos anseios de liberdade do povo que sangra e sofre, virá lançar a República no caos das desordens e na revolta das ruas.

*Fonte. Arquivo do Exército, Arquivo do Superior Tribunal Militar, "Inquérito Policial Militar, 2º volume, 1935.

Dando apoio ao povo contra esse projeto de lei, as Classes Armadas demonstram que são os legítimos continuadores da obra dos precursores da Segunda República, que a revolução de 30, cedo, esqueceu.

(Ass.) Coronel Plínio Tourinho, Major Carlos da Costa Leite, Comandante Midosi Chermont, Capitão Antonio Rollemberg, Capitão Moesia Rollin, Comandante Roberto Sisson, Comandante Walfredo Caldas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1935.

Publicado em A Platéia de 25/03/1935, p.4. Confere com o original do Arquivo do Superior Tribunal Militar, "Inquérito Policial-Militar", 2º volume, 1935. Arquivo do Exército.

ANEXO 2

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 38, de 04/04/1935*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

São crimes contra a ordem política, além de outros definidos em lei:

Art. 1. Tentar, diretamente e por fato, mudar por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida.

Pena-Reclusão por 6 a 10 anos aos cabeças e por 5 a 8 os co-réus.

Art. 2. Opor-se alguém diretamente e por fato, à reunião ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União.

Pena-Reclusão por 2 a 4 anos.

§1-Se o crime for contra o poder político estadual, dois terços da pena.

§2-Se contra o poder municipal, metade da pena.

Art. 3. Opor-se alguém, por meio de ameaça ou violência ao livre e legítimo exercício de funções de qualquer agente do poder político da União.

Pena-de 1 a 3 anos de prisão celular.

§1-Se o crime for contra agente do poder político estadual, dois terços da pena.

§2-Se contra agente do poder municipal, metade da pena.

Art. 4. Será punido com as mesmas penas dos artigos anteriores, menos a terça parte, em cada um dos graus, aquele que, para a realização de qualquer dos crimes definidos nos mesmos artigos, praticar alguns destes atos: aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; aparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos; instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações radiotransmissoras ou receptoras; dar ou transmitir por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime.

Art. 5. Impedir que funcionário público tome posse do cargo para o qual tiver sido nomeado, usar de ameaça ou violência para força-lo a praticar ou deixar de praticar qualquer ato do ofício ou obrigar a exercê-lo em determinado sentido.

Pena-de três a nove meses de prisão celular.

Art. 6. Incitar publicamente a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos 1º, 2º e 3º.

Pena-de 1 a 3 anos de prisão celular.

*Fonte. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Art.7.Incitar funcionários públicos ou servidores do Estado à cassação coletiva, total ou parcial, dos serviços a seu cargo.
Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

Art.8.Cessarem coletivamente funcionários públicos, contra a lei ou regulamento, os serviços a seu cargo.
Pena-Perda do cargo.

Art.9.Instigar desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública.

Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

Art.10.Incitar militares, inclusive os que pertencerem a polícias, a desobedecer a lei, ou a infringir de qualquer forma a disciplina, a rebelar ou desertar.

Pena-De 1 a 4 anos de prisão celular.

Parágrafo único. Nas penas incorrerá quem:

a) distribuir ou procurar entre soldados e marinheiros quaisquer papéis, impressos, manuscritos, datilografados, mimeografados ou gravados, em que se contenha incitamento direto à indisciplina;

b) introduzir em qualquer estabelecimento militar, ou vaso de guerra, ou neles procurar introduzir semelhantes papéis;

c) afixa-los, apregoa-los ou vende-los nas imediações de estabelecimento de caráter militar, ou de lugar em que os soldados se reúnem, se exercitem ou manobrem.

Os papéis serão apreendidos e destruídos.

Art.11.Provocar animosidade entre classes armadas, inclusive polícias militares, ou contra elas, ou delas contra as instituições civis.
Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

Art.12.Divulgar por escrito, ou em público, notícias falsas sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor.

Pena-De 15 a 90 dias de prisão celular.

Art.13.Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder ou emprestar, por conta própria ou de outrem, transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição.

Parágrafo único-Não depende de licença da autoridade policial, mas se lhe deve comunicar, sob pena de apreensão, a posse de arma necessária à defesa do domicílio do morador rural, bem como a de explosivos necessários ao exercício de profissão, ou à exploração de propriedade.

Capítulo II

São crimes contra a ordem social, além de outros definidos em lei:

Art.14.Incitar diretamente o ódio entre as classes sociais.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

Art.15.Instigar as classes sociais à luta pela violência.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

Art.16.Incitar luta religiosa pela violência.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

Art.17.Incitar ou preparar atentado contra pessoa, ou bens, por motivos doutrinários políticos ou religiosos.

Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

Parágrafo único. Se o atentado se verificar, a pena será a do crime incitado ou preparado.

Art. 18. Instigar ou preparar a paralização de serviços públicos, ou de abastecimento da população.

Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

Parágrafo único- Não se aplicará a sanção deste artigo, ao assalariado, no respectivo serviço, desde que tenha agido exclusivamente por motivos pertinentes às condições de seu trabalho.

Art. 19. Induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade, de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

§1º. Tais sociedades serão dissolvidas e seus membros impedidos de se reunirem para os mesmos fins.

§2º. Será punido com metade da pena quem se filiar a qualquer dessas sociedades.

§3º. A pena será aplicada em dobro àqueles que reconstituírem, mesmo sob nome e forma diferente, as sociedades dissolvidas, ou que a elas outra vez se filiarem.

§4º. Este artigo aplica-se às sociedades estrangeiras que, nas mesmas condições operarem no país.

Art. 21. Tentar por meio de artifícios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveiro.

Pena-De 6 meses a 2 anos de prisão celular.

CAPÍTULO III

Art. 22. Não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social (Const. art 113, n. 9)

§1º. A ordem política a que se refere este artigo é que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos, estabelecidos na Constituição da República, nas dos estados e nas leis orgânicas respectivas.

§2º. A ordem social é estabelecida pela Constituição e pela leis respectivamente aos direitos e garantias individuais e, sua proteção civil; ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente,

Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular.

Art. 24. Fazer propaganda de guerra.

Pena-De 1 a 3 anos de prisão celular.

CAPÍTULO IV

Art.25.Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa,proceder-se-á sem prejuízo da ação penal competente,à apreensão das respectivas edições.A execução destas medidas competirá no Distrito Federal,ao Chefe de Polícia,e nos Estados e Território do Acre,à autoridade policial de maior graduação no lugar.

Art.26.É vedado imprimir,expor à venda,vender,ou,de qualquer forma,por em circulação gravuras,livros,panfletos,boletins ou quaisquer publicações não periódicas,nacionais ou estrangeiras,em que se verifique a prática de ato definido como crime nesta lei,devendo-se apreender os exemplares,sem prejuízo da ação penal competente.

Parágrafo único.Feita a apreensão,proceder-se-á na forma da lei dos §§ 1º ao 5º do artigo anterior.

Art.27.....

Art.28.....

Art.29.....

Art.30.É proibida a existencia de partidos,centros,agregiações ou juntas de qualquer espécie que visem a subversão pela ameaça ou violencia,da ordem política ou social.

Art.31.....

Art.32.O funcionário público ou civil que se filiar,ostensiva ou clandestinamente ,a partido,centro,agregiação ou junta de existencia proibida no artigo 30,ou cometer qualquer dos atos definidos como crime nesta lei,será desde logo,sem prejuízo da ação penal que no caso couber afastado do exercício do cargo,tornando-se passível de exoneração mediante processo administrativo,se não estiver em condições do parágrafo único do art.169 da Constituição da República.O funcionário vitalício só será demitido mediante sentença judiciária.

Art.33.O oficial das Forças Armadas da União que praticar qualquer dos atos definidos como crime nesta lei,ou se filiar,ostensiva ou clandestinamente a partido,centro,agregiação ou junta de existencia proibida no art.30,será igualmente afastado do cargo,comando ou função militar que exercer,devendo o Ministério Público iniciar ação penal,que couber,dentro de dez dias a contar daquele que tiver conhecimento do fato.

Parágrafo único.O dispositivo do presente artigo aplica-se às polícias militares

Art.34.Sem prejuízo da ação penal competente,o oficial que incorrer em qualquer das hipóteses do artigo anterior,se tornará incompatível com o oficialato,nos termos do § 1º do art.163 da Constituição da República,devendo essa incompatibilidade ser declarada pelo Supremo Tribunal Militar,segundo-se o processo estabelecido no artigo 33 desta lei.

Art.35.Por motivo de disciplina é observado no que for aplicável,tanto em relação aos oficiais de terra como de mar,o disposto no art.351 e seus parágrafos do decreto nº 19.040,de 19 de dezembro de 1929,os oficiais das forças armadas,poderão ser suspensos de sua função por prazo até um ano,percebendo os vencimentos de acordo com as leis vigentes.Essa providencia será aplicada mediante decreto.

Parágrafo único.A disposição acima se aplicará às polícias militares, sendo a competencia do Governador,nos Estados e do Ministro da Justiça no Distrito Federal e nos Territórios.

Rio de Janeiro,04 de abril de 1935.

(a)Getulio Vargas,Vicente Rao.

ANEXO 3

ATA DA REUNIÃO DOS GENERAIS de 27/09/1937.*

Na manhã de 27 de setembro de 1937 reuniram-se no Gabinete do Ministro da Guerra, convocados por este, os Srs. Gens. Pedro Aurélio de Góis Monteiro (Chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (Comandante da I Região Militar), José Antonio Coelho Neto (Diretor da Aviação) e Newton de Andrade Cavalcanti (Comandante da I Brigada de Infantaria) e o Capitão Filinto Muler (Chefe de Polícia do Distrito Federal).

Às 9h15m estavam todos presentes, com exceção do último que chegou momentos depois de iniciada a reunião.

Tomou a palavra o Senhor Ministro da Guerra que declarou inicialmente.

- Não se trata de política, mas exclusivamente de repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas precisa e publicamente caracterizados, o Ministro da Guerra já fez tudo quanto estava ao seu alcance. O crime de lesa-pátria praticado em novembro de 1935 está prestes a ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes ofensivas dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam a menor dúvida.

As providências pedidas insistentemente pelo Ministro da Guerra vão sendo proteladas. Sob vários pretextos o Ministério da Justiça, longe de prevenir os acontecimentos que se preparam, promete leis e medidas de defesa contra o perigo que nos ameaça, mas nada realiza. Esta inação do órgão competente vai fomentando; dia a dia as energias que estão prestes a explodir.

A propaganda comunista invade todos os setores da atividade pública e privada. O comércio, as indústrias, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família vivem em constante sobressalto.

As nossas leis, como se acaba de ver, são ineficazes, inócuas. Só tem servido para por em liberdade aqueles que a polícia apanhou em flagrante delinquência. O menor defeito dos processos serve de argumento para inocentar os maiores culpados.

As Forças Armadas, particularmente o Exército por ser a mais numerosa e de ação mais ampla pelo território nacional, constituem o único elemento capaz de salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir e cujas consequências poderão comprometer essas mesmas forças que o inimigo procura contaminar. Impõe-se, contra a ação nefasta iminente, a ação honesta e salvadora das instituições nacionais. É questão de iniciativa: quem perde-la estará comprometido, pelo menos no primeiro instante. É preciso, portanto, agir e agir imediatamente.

O Gen. Newton Cavalcanti, em contato íntimo com a tropa da Vila Militar, sente a magnitude do momento e pede providências imediatas.

Assim, o Senhor Ministro deu-lhe a palavra.

*Fonte. Arquivo Eurico Gaspar Dutra, Cpdoc / Arquivo do Exército.

O Sr.Gen.Newton começou declarando que de posse de documento fornecido pelo Estado Maior do Exército referente ao plano comunista,verificou em confronto com o que vai presenciando,que tal plano está prestes a entrar em execução.

-Há evidentemente o firme propósito de liquidar o próprio Exército.Aí estão os achincalhes aos chefes militares,partindo até de congressistas.O que se pode chamar"bancada comunista"impediu,na Camara dos Deputados que fossem transcritos nos seus anais os discursos pronunciados na romaria cívica realizada em 22 do corrente ao túmulo das vítimas do atentado de novembro de 1935.Há uma corrente,um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso Nacional.As manifestações são ostensivas,os nomes são conhecidos.A iminencia de um novo golpe comunista é evidente.Revela-o a frase de cabo a um sargento da Vila Militar:"Vá gozando os vencimentos do Exército,porque a virada vai chegar .Confirma-o o documento fornecido pelo EME e no qual se vê a origem:Luis Carlos Prestes ou algum militar realizador a ele congregado.

Impõe-se uma ação imediata,em defesa do Exército,das instituições democráticas,da sociedade,da própria familia ameaçados de morte.

Cabe ao Exército uma atitude enérgica,imediata,capaz de desorganizar o plano comunista e capaz de obrigar os poderes públicos a tomarem medidas rigorosas exigidas pelo momento.

Assim,é necessário agir,mesmo fora da lei,mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada.Impõe-se ao Exército,às Forças Armadas tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista,prende-los sumariamente e comunicar ao governo que assim procedeu para salvar o Brasil.

Mas é necessário que nesse movimento,exclusivamente militar,não tome parte nenhum elemento civil.A iniciativa e a responsabilidade devem ser inteiras e exclusivas das Forças Armadas.

Sobre o assunto o Gen.Newton já teve oportuniade de falar aos comandantes de corpos da Vila Militar,todos de acordo com a realização de um movimento impetuoso,geral,capaz de aniquilar imediatamente o adversário e evitar o desencadear iminente da ofensiva que se prepara,atentatória à organização nacional.

Falou a seguir,como o mais moderno dos generais presentes,o Sr.Gen.Coelho Neto.

-O que disse o Gen.Newton é que ele vem sentindo a longo tempo e bem pôde presenciar na Comissão de Repressão ao Comunismo,de que fez parte.Infelizmente essa Comissão e o próprio governo não puderam proceder com a energia necessária:tudo terminou em medidas protelatórias,panos quentes,incapazes de conjurar o mal posto em evidência.Surgiram leis,mas leis deficientes,processos defeituosos.Assim não se está em presença de um mal do regime,mas um mal proveniente das próprias leis criadas para defende-lo.O que é necessário é dar elementos ao governo para completar as leis deficientes,corrigir-lhes os inúmeros defeitos.

A Comissão de Repressão ao Comunismo baseou-se em documentos autênticos,alguns de autoria de Prestes e de Berger.Nessa documentação estavam indicados elementos que não foram molestados pela justiça,como que acobertados pelas posições oficiais que ocupam.

Acha que é necessário,no momento atual,uma atitude decisiva do Exército;mas é preciso que a ele seja associada a Marinha.

E, nesse movimento partido das Forças Armadas da Nação, impõe-se que participe o próprio governo, ou que pelo menos seja leal e oportunamente informado.

Retomou a palavra o Senhor Ministro da Guerra para dizer que estava de pleno acordo com o parecer do Gen. Coelho Neto. Lembrou então, que era necessário prever o futuro. Desencadeado o movimento virão os recursos já muito conhecidos: habeas corpus, mandados de segurança, reclamações do Congresso, etc., etc. Urge, portanto, evitar que tais recursos venham anular a ação desencadeada. Impõe-se levar ao governo a força necessária e imediata, capaz de aniquilar tais processos.

Aparteou o Sr. Gen. Almério de Moura, fazendo sentir a necessidade de uma ação clara e leal que evite confusão e vacilações, principalmente por parte dos chefes que ignoram o que aqui se passa, por estarem fora da Capital Federal.

Impõe-se porém, aniquilar por completo os elementos reacionários da Câmara dos deputados. Embora fracos e incapazes (opinião do general Coelho Neto) são eles os principais responsáveis (opinião do general Góis Monteiro). Assim a ação desencadeada não deve esquece-los, pois são os principais órgãos de manobra comunista. Conhecedores do documento fornecido pelo EME, chegam a atribuí-lo, para tirar-lhe o valor pela intriga (arma comunista), ao próprio Gen. Góis Monteiro.

Falam diversos generais e o próprio ministro: - é necessário manter as autoridades constituídas. O movimento arrastará consigo o próprio presidente cuja autoridade será por ele fortalecida.

Lembra o Gen. Coelho Neto que a Comissão de que fez parte possuía documentos que comprometia seriamente o Ministro do Trabalho. E que, como se percebe claramente, esse Ministério continua acoroçoando a ação do comunismo.

Aparteia o Sr. Gen. Góis para dizer que sabe que o jornal O Popular, órgão em que colaboram caracterizados comunistas, e que está sendo impresso nas oficinas da Vanguarda (jornal anticomunista), teve suas despesas garantidas pessoalmente pelo Dr. José Américo, ao que acrescenta o Sr. Gen. Coelho Neto: O Sr. José Américo é um sabido, sob o fútil pretexto de levar despedidas a um político, não compareceu à romaria cívica levada aos túmulos das vítimas do comunismo, limitando-se a enviar um telegrama ao Senhor Ministro da Guerra.

Fala o Sr. Gen. Góis Monteiro:

- O golpe está preparado pelos comunistas, ostensivamente, com ordens expressas de Harry Berger e outros chefes extremistas.

Declara o Sr. Gen. Coelho Neto:

- Contra ele é necessário desencadear o movimento militar que importará em um golpe de estado.

Falam diversos:

Exército e Marinha, as Forças Armadas em geral, evitando outras correntes, particularmente os políticos, deverão tomar a iniciativa, anulando a ação do comunismo antes que ele se desencadeie.

Diz o Sr. Gen. Coelho Neto:

- Absoluto sigilo, segredo, só dos generais. Compromisso escrito de que

Aparteia o Cap. Filinto Muler:

- É preciso que as Forças Armadas realizando o movimento, fiquem fora do governo, apenas como garantia do movimento e do próprio governo constituído.

Declara o Sr. Gen. Newton Cavalcanti:

-O Ministro da Guerra e o Ministro da Marinha, em ação combinada e conjunta, constituirão o elemento dirigente, ao lado do Presidente da República, assegurando-lhe, com a força, as medidas de exceção decorrentes do movimento militar. Para isso impõe-se a imediata volta ao estado de guerra sem restrições, assim como a decretação da Lei Marcial em toda a sua plenitude.

Lei Marcial por dois ou três meses, diz o Sr. Gen. Góis. E ao mesmo tempo elaboração de novas leis, suprimindo as deficiências das atuais, dando mais força e mais possibilidade de ação ao governo.

Aparteia o Cap. Filinto Muler.

-É preciso evitar os processos. Outros países dão o exemplo. Sem execuções, sem fuzilamentos, aproveitando os prisioneiros em trabalhos públicos, abrindo canais, construindo estradas, pode-se afasta-los ao convívio da sociedade sem mante-los encarcerados na Capital Federal. Aí está Fernando de Noronha como primeiro ponto de reclusão, transformada a ilha em presídio militar, confiada a uma guarda do Exército, forte, bem comandada. Para lá irão os cabeças e lá ficarão os que não convenha empregar em trabalhos públicos.

Evitar o sentimentalismo, diz o Gen. Newton: Impõe-se o emprego de meios violentos, imediatos, lançados de surpresa, capazes de frustrar o movimento articulado que todos percebem, prestes a explodir.

A este ponto diz o Senhor Ministro:

-A ação deve ser geral, pelo Brasil inteiro, como salvação do Brasil. É necessário, portanto, interessar os outros generais, falar aos comandantes de corpos, dar conhecimento sobre os objetivos desinteressados do movimento militar. Logo no primeiro momento é preciso prevenir a Aviação, do que ficará incumbido o Gen. Coelho Neto.

Diz o Sr. Gen. Almério:

-Em face das acusações que pesam sobre certos chefes é preciso que se não confunda o movimento com ditadura militar.

Fala o Sr. Gen. Newton:

-Acusam-me de integralista: não sou. A calúnia é um recurso do comunismo. Com esta orientação sou de parecer que se não permita a influência de elementos políticos, nem mesmo integralistas. Só utilizá-los, se preciso enquadrados na tropa, mas nunca com milícias. Nada de milícias.

Terminam os Gens. Góis Monteiro e Newton Cavalcanti:

-Nada queremos. só desejamos trabalhar pelo Exército e pela salvação da Pátria.

Ficou, finalmente, deliberado:

1º-Ouvir os outros generais e a Marinha.

2º-Redigir a ata desta reunião para ser assinada por todos os presentes.

3º-Redigir uma circular reservada para ser entregue a altas autoridades militares.

Feita pelo Cel. V. Benício da Silva, chefe do gabinete do Senhor Ministro da Guerra servindo de secretário.

Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1937.

(a) Gen. Eurico Gaspar Dutra; Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro; Gen. Almério de Moura; Gen. Antonio Coelho Neto, com ressalvas das citações constantes das páginas 5 e 7, que constarão de documento anexo a este; Gen. Newton Cavalcanti; Cap. Filinto Muler.

Os generais abaixo assinados, de pleno acordo com o Ministro da Guerra, declaram-se dispostos a promover uma ação enérgica junto ao governo, no sentido de contrapor medidas decisivas aos planos comunistas e seus pregadores ou adeptos, pertençam a que esfera de, digo a que esfera social pertencerem.

Assim procedem no exclusivo propósito de salvarem o Brasil e suas instituições políticas e sociais da hecatombe que se mostra prestes a explodir, comprometendo-se todos eles a excluir de suas ações e intenções qualquer idéia de ditadura militar.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1937.

(a) Gen. Eurico G. Dutra; Gen. Pedro A. Góis Monteiro; Gen. Firmino Antonio Borba; Gen. C. Deschamps Cavalcanti; Gen. José A. Coelho Neto; Gen. Newton Cavalcanti.

Gen. Manuel Rabelo - Se há perigo real contra o regime republicano de-se ao governo todo o apoio para defendê-lo, mas a defesa deve abranger também o extremismo de direita, que quer também destruir as instituições republicanas e as liberdades públicas.

Confere com o original, em 30 de setembro de 1943.

(a) Ten. Cel. Antonio J. Coelho dos Reis-
Adj. Gab. Chefe Serviço Secreto.

ANEXO 4

MENSAGEM AO GOVERNO.

Exposição de motivos dos Ministros da Guerra e da Marinha, solicitando decretação de "estado de guerra", em 29 de setembro de 1937.*

Exmo. Sr. Presidente da República—"o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanência violenta" afirmou V. Exa. nos primeiros minutos de 1936.

Sangravam ainda, como continuam sangrando, as feridas abertas pelo rude golpe que feriu a nação em novembro de 1935. Desplícência ou desleixo, ignorância ou incredulidade, o comunismo medrou nas diversas camadas da sociedade brasileira, para explodir violentamente, apanhando de surpresa exatamente aqueles que mais precavidos se deveriam manter.

E a consequência deste descaso seria o desencadear da barbárie nas mais nefastas e perigosas manifestações: derrocada das instituições arquitetadas em séculos de laboriosa existência e esforçadas lutas, desmoronar dos princípios de moral que constituem momento soberbo, abolição da religião em que alcandorou nossa cultura espiritual, destruição dos laços de família que sempre consideramos o mais intangível santuário em que cultuamos nossos mais nobres e acrisolados sentimentos.

Graças a um pugilo de heróis, graça à Providência que nos favoreceu com uma série de circunstâncias propícias a sociedade brasileira, escapou mal ferida dessa tremenda catástrofe. Salvou-se a sociedade, manteve-se de pé a nação; mas desceram ao túmulo muitos de seus abnegados filhos e aqui deixaram o luto, a orfanidade, a viuvez, a pobreza, a dor.

Passaram-se apenas dois anos e o nefando crime deixa prever sua próxima reprodução.

Como em 1935, as ameaças são evidentes. Como em 1935, muita gente não crê, atribuindo os preparativos ostensivos a manobras da política tendenciosa, fantasias de autoridades assalariadas.

A todos a nova borrasca pode surpreender; mas não às Forças Armadas que serão as primeiras a sofrer-lhes os embates e a quem cabe, desde o início, dominar-lhe os ímpetos. Se nova explosão vier, delas será a maior culpa, contra elas se levantará o mais angustioso clamor da sociedade, a elas caberá o mais justo castigo.

Não podemos, portanto, ficar inertes ante a catástrofe que se aproxima. Nenhuma consideração nos pode tolher as iniciativas. Leis defeituosas não justificarão nossa inação. Processos capciosos não desculparão nossas vacilações. Legisladores suspeitos de cumplicidade no crime que se prepara não nos tolherão o legítimo direito de defesa, defesa nossa e da sociedade em que nós temos o direito de confiar.

*Fonte. Arquivo Getúlio Vargas, Cpdoc/Arquivo do Exército.

Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas, precisa e publicamente caracterizados, os ministros militares já fizeram tudo quanto estava a seu alcance. A vigilância, constante, ininterrupta e fatigante consome energias físicas e morais, tempo e dinheiro. A campanha de educação e reeducação das massas pelas casernas e navios não para um instante e vem produzindo os melhores frutos.

Mas, a despeito desse enorme esforço, o crime de lesa-pátria praticado em novembro de 1935 está prestes a ser repetido, com maior energia e mais segurança de êxito.

Não é fantasia das autoridades, não é temor que nos domina os ânimos. Os documentos de origem comunista, vindos do exterior ou editados em nosso próprio território, são copiosos e precisos. As atitudes agressivas dos elementos recentemente postos em liberdade são públicas e evidentes. As manifestações em praça pública em que se leva o povo ingênuo a homenagear falsos ídolos, preparados pelos praticantes do credo vermelho, não encontram o menor embaraço em suas exibições ofensivas. As declarações de certa imprensa rubra, algumas sob assinatura até de deputados, não deixam a menor dúvida.

A propaganda comunista invade todos os setores da atividade pública e privada. O comércio, a indústria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família vivem em constante sobressalto.

Já conhece a nação o plano de ação comunista, desvendado pelo EME do Exército. É um documento cuidadosamente arquitetado cujo desenvolvimento meticoloso vem da preparação psicológica das massas, ao desencadear do terrorismo sem peias. Preparação inteligente e multiforme, maneirada e solerte; execução violenta e segura para a garantia do êxito, é o que nele se revela.

O confronto com o que se vai presenciando é o prenúncio, irrefutável de que tal plano está prestes a explodir. Aí está a confirmá-lo a atrevida frase de um cabo a um sargento, na Vila Militar: - "Vá gozando os vencimentos do Exército, porque a virada vai chegar".

E as provas são mais evidentes. Existem, pululam nos anais do Congresso. O que já se denomina expressivamente "bancada comunista" vinha retardando na Câmara dos Deputados, que fossem transcritos nos seus anais os discursos pronunciados na romaria cívica, no preito profundo, e nobre respeito levado pela sociedade brasileira nos túmulos das vítimas do atentado de novembro de 35. Há uma corrente, um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso, acobertado pelas imunidades parlamentares. As manifestações são ostensivas; os nomes são conhecidos. Alardeiam coragem escudados na tolerância dos nossos costumes, na inocuidade das nossas leis. E preparam a ruína da pátria, quando deveriam ser os primeiros a consolidá-la.

Contra esses males já foram dados remédios. Mas não foram medicamentos eficazes, acertados, foram meios paliativos e até recursos contraproducentes. A Comissão de Repressão ao Comunismo foi levada à dissolução, sem nada ter conseguido. Os documentos que possuíam eram autênticos, e por isso mesmo comprometedores. Atingiam também alguns que se acobertavam nas posições oficiais; mas a injustificável tolerância veio em favor dos criminosos.

A Lei de Segurança, posta em prática, revelou falhas e defeitos que só serviram para pôr em liberdade os culpados. O processo, moroso e complicado, deixa ao alcance dos recursos dos advogados os delinquentes

e astuciosos. Só os militares apanhados em flagrante ficaram sob o guante da justiça. Mas a alguns destes acolhem atenuantes ridículas; outros fogem antes de pronunciada a sentença. E vão todos, libertos ou foragidos, trabalhar pela causa dos poucos que restam em reclusão.

E enquanto escapam das malhas leis defeituosas; enquanto gozam da tolerancia e frouxidão da justiça; enquanto campeia a certeza de que o rigor dos nossos principios não os levará ao pastíbulo—lá vão eles à sombra, traíçoeiramente, covardemente, tramando a nova agressão mais violenta do que a primeira, à qual não faltou a traição ao amigo, a morte covarde do companheiro que dormia, o roubo, a concupiscência.

Nada disso é fantasia.

A Policia está a par das atitudes subversivas de todos os elementos comunistas, fichados ou não, visando um novo golpe contra as instituições.

Sabe ela que o Partido Comunista previu e determinou a reorganização dos seus "quadros" e "bases", reorganização que estará ultimada em 30 do corrente mês. A partir desta data estará o partido em condições de deflagrar o movimento, não só na capital federal, como principalmente no nordeste brasileiro. Tem informações de que a explosão se dará antes das eleições gerais de 3 de janeiro do ano vindouro, eleições cuja realização o comunismo deliberou impedir.

Malgrado essas informações, que são fidedignas e precisas, não poderá a policia fazer abortar o golpe que se prepara, pois as próprias leis atuais constituem obstáculo insuperável à ação da autoridade e, conseqüentemente um poderoso incentivo à prática de delitos de lesa-pátria.

Tratando-se de crimes longamente premeditados e preparados, praticados com inteligencia e astúcia, difficilmente podem ser coligidas as provas necessárias a um processo regular. E só conseguem alguns indícios, seguros e concludentes, muitas vezes, mas sempre indícios no domínio jurídico, através de longos trabalhos, demorados e custosas diligencias, meticolosas observações. Como porém a Policia não pode deter ninguém por meras suspeitas ou simples indícios, a não ser por determinação da autoridade judiciária, torna-se praticamente impossível apurar a responsabilidade dos que tramam a conspiração.

Por outro lado as formalidades processuais são por tal forma complicadas que os criminosos terminam em liberdade—como se acabou de ver por ocasião da suspensão do estado de guerra—aguardando o julgamento e preparando a evasão para a hora prenuncia. Com raríssimas exceções, os condenados tem conseguido fugir.

Assim, pois em lugar de ser uma arma contra os delinquentes o formalismo judiciário é o escudo em que se protegem, quando não é o dardo que lançam contra a própria autoridade.

Como se acaba de ver, as nossas leis são ineficazes e inócuas. Só tem servido para por em liberdade aqueles que a policia apanhou em delinquencia. O menor defeito do processo serve de argumento para inocentar os maiores culpados. Se em outros crimes a confissão supre as provas, nestes onde a mentira é a regra, falece este último recurso.

Em presença desse espetáculo ameaçador e lastimável todos podem emudecer menos as Forças Armadas. Para elas a inação é um crime, e crime contra as instituições, contra a sociedade, contra a religião, contra a familia, contra a pátria, contra a própria humanidade.

As Forças Armadas constituem o único elemento capaz de salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir e cujas consequências, logo no primeiro instante, comprometem as mesmas forças, que o inimigo não cessa de contaminar.

A luta será violenta, sem quartéis. E nela tudo é questão de iniciativas quem perde-la estará comprometido, pelo menos no primeiro momento. Lá está o exemplo da Espanha, flagrante, expressivo, irrefutável.

Acima de tudo está a salvação da Pátria.

É tudo isso. Exmo. Sr. Presidente da República, que trazem a vossa presença neste memorial os dois ministros das pastas militares.

Por nós falam generais e almirantes das Forças Armadas do Brasil. Por nós falam essas mesmas forças, que disciplinadas, há longos anos suportam vigílias e redobrados trabalhos, na constante guarda, nas prontidões ininterruptas e fatigantes, obrigadas pela ameaça sem trégua da desordem e da agressão comunista.

Por nós fala, estamos certos, o Brasil inteiro, que tem o direito de confiar em nós e que nos fulminará com a sua condenação se o deixarmos novamente atacar por falta de iniciativa nossa.

Exmo. Sr. Presidente da República, a confiança com V. Exa. nos honra, o orgulho que temos de dirigir as tropas que são a garantia da autoridade do chefe da nação brasileira, tropas que obedecem ao superior comando de V. Exa., obrigam-nos por tudo quanto ficou exposto, a solicitar, como medida imperiosa, escudada na força das razões expendidas, a volta imediata ao estado de emergência, o estado de guerra que em mãos de V. Exa. e sob a guarda de seus fiéis colaboradores, foi tão benigno como o mais edificante estado de paz que tem gozado o Brasil.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1937.

(a) Gen. Eurico Gaspar Dutra, Alm. Aristides Guilhén.

ANEXO 5

PROCLAMAÇÃO AO EXÉRCITO; 10 de Novembro de 1937.*

Agitam-se os órgãos políticos da nação em busca de uma fórmula que assegurem a ordem material e a tranquilidade dos espiritos.

Anseia o povo por uma orientação que lhes perpetue o viver pacífico e laborioso, nos seus atos de disciplina e serenidade.

Aspiram as classes trabalhadoras a garantia do desenvolvimento normal de suas atividades produtivas.

Há, não há negar, um desejo ardente de paz.

Não poderão, portanto os raros prosélitos da desordem, os inverterados demolidores, abalar o edifício nacional que o nosso patriotismo vai aprimorando em suas magníficas linhas.

Cabe porém, ao Exército, cabe às Forças Armadas, não permitir que essas aspirações de paz, de ordem, de trabalho sejam frustradas, por eternos inimigos da pátria e do regime.

Para isso é necessária uma orientação precisa, definida.

Paixões partidárias podem entrecocar-se. Conflitos ideológicos podem entrar em ebulição. Interesses pessoais e de agrupamento podem ressoar em debates. Questões regionais podem ser trazidas à arena. Tudo isso pode acontecer. Mas de tudo isso, o Exército deve estar isento de contaminação. Não lhe faltarão tentações maneirasas e inteligentemente arquitetadas. As suas virtudes serão exaltadas nas lisonjas dos sedutores. Cumpre porém, resistir. Não lhe cabe, ao Exército influir nos destinos políticos de que os políticos se incumbem. Não é esta sua missão. Muito mais simples, nem por isto deixa ela de ser mais nobre. Cumpre-lhe neste momento de incerteza salvaguardar os interesses da pátria, fiel a estes postulados: obediência, disciplina, trabalho, instrução, serenidade, discrição, abnegação, renúncia, patriotismo em suma.

Se os arraiais da política se agitam em busca de uma solução que a todos satisfaça; se na impossibilidade de atingirem o fim almejado, recorrem à medida de exceção; se descrentes dos ensaios esboçados, apegam-se às deliberações singulares - o espírito público contrasta em uma tranquilidade aparentemente paradoxal. E isto porque? Porque o Exército, as Forças Armadas da nação mostram-se coesas e circunscritas às suas legítimas finalidades. Guardiãs da ordem interna, atentas e vigilantes, isentas de paixões e de ódios, prontas para atender ao primeiro comando dos chefes, é assim que a sociedade as vê, e é por isso que nelas confia. O panorama que se desdobra no cenário da política interna não foi por elas criado. Os desacordos das facções em pugna, não foram por elas fomentado; da impossibilidade de um entendimento entre os diferentes grupos não lhe cabe responsabilidade. O que elas tem feito, o que continuarão a fazer, é opor um dique às explosões que se preparam, é constituir barreira às ambições partidárias, é expelir do seu seio os elementos indesejáveis, é destruir, logo de início, os menores surtos de desordem, é mostrarem-se dispostas a não consentir que se transforme em campo de batalha o solo feracíssimo onde o trabalho estua, onde repousa a paz, onde a riqueza se avoluma e se multiplica.

*Fonte. Arquivo Eurico Dutra, Arquivo Nacional, 1937.

Como é do conhecimento geral,foi hoje promulgada uma nova Constituição Federal,estatuto que os órgãos competentes na matéria consideram melhor atender as exigencias do momento atual.

Pecebendo as lacunas e os defeitos do Estatuto de 1934,inspirado em principios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir,novos rumos são traçados ao nosso regime democrático,melhor aparelhado para a continuidade federativa.Recebe-mo-lo dos órgãos nacionais habilitados pela missão política de que nos cumpre manter.Só nos cabe acata-lo,deixando que livremente sobre ele se manifestem,no ambiente de paz que nos cumpre manter,os órgãos de soberania nacional legitimamente autorizados.Qualquer perturbação da ordem será uma brecha para os inimigos da pátria,para os adversários do regime democrático que nos congrega.Cumpre evita-la,exercendo com serenidade e com firmeza a missão que nos corresponde.Se assim procedermos,em nós continuará confiado a sociedade brasileira,garantia de que somos sua tranquilidade e prosperidade incontestes;a pátria e o regime repousarão sob a nossa guarda.Teremos força e coesão para cumprir as atribuições que nos são próprias em defesa da ordem interna,da integridade política,da soberania nacional.É esta a nossa missão.

Rio de Janeiro,10 de novembro de 1937.

(a)Eurico Gaspar Dutra,Ministro da Guerra.

DECRETO DE 2 de DEZEMBRO de 1937:DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS.*

O Presidente da República,usando da atribuição que lhe confere o art.180 da Constituição.

Considerando que,ao promulgar-se a Constituição em vigor,se teve em vista,além de outros objetivos,instituir um regime de paz social e ação política construtiva;

Considerando que o sistema eleitoral então vigente,inadequado às condições da vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal,fomentava a proliferação de partidos,com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade;

Considerando que a multiplicidade de arregimentações partidárias,com objetivos meramente eleitorais,ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião,serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes,nocivos à tranquilidade pública e sem correspondencia nos reais sentimentos do povo brasileiro;

Considerando,além disso,que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime,pretendendo a transformação radical da ordem social,alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro,em desacôrdo com as circunstancias reais da sociedade política e civil;

Considerando que o novo regime,fundado em nome da nação para atender às suas aspirações e necessidades,deve estar em contato direto com o povo,sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem,independendo da consulta de agrupamentos,partidos ou organizações,ostensivas ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público:

Decreta:

Art.1º.Ficam dissolvidos,nesta data,todos os partidos políticos.

§1º.São considerados partidos políticos,para os efeitos desta lei,todas as arregimentações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais de Justiça Eleitoral,assim como as que,embora não registradas em 10 de novembro do corrente ano,já tivessem requerido o seu registro.

§2º.São igualmente,atingidos pela medida constante deste artigo as milícias civís e organizações auxiliares dos partidos políticos,sejam quais forem os seus, fins e denominações.

Art.2º.É vedado o uso de uniformes,estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidas no art.1º.

Art.3º.Fica proibida até a promulgação da lei eleitoral,a organização de partidos políticos seja qual for a forma de que se revista a sua constituição,ainda que de sociedades civís destinadas ostensivamente a outros fins,uma vez se verifique haver na organização

o propósito próximo ou remoto de transforma-la em instrumento de propaganda de idéias políticas.

Art.4º.Aos partidos políticos compreendidos no art.1º é permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais,beneficientes ou desportivos,desde que o não façam com a mesma denominação com que se registraram como partidos políticos.

Art.5º.Não será permitido aos militares de terra e mar,assim como os membros de outras corporações de caráter militar,pertencerem às sociedades civis em que se transformarem os partidos políticos a que se refere o art.1º.

Art.6º.As contravenções a esta lei serão punidas com pena de prisão de dois a quatro meses e multa de cinco a dez contos de réis.

O julgamento será de competencia do Tribunal de Segurança Nacional e o processo,a ser organizado no regimento interno do mesmo Tribunal , seguirá o rito sumaríssimo.

Art.7º.O Ministro da Justiça e Negócios Interiores determinará as medidas a serem tomadas para a execução da presente lei,podendo interditar as sedes das organizações e partidos referidos no art.1º.

Art.8º.Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,2 de dezembro de 1937.

(a)Getulio Vargas.

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

I-Arquivos Públicos;

Arquivo do Exército, Rio de Janeiro (AE);
Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo (AESP);
Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo (ATJESP);
Arquivo do Supremo Tribunal Militar, Rio de Janeiro (ASTMRJ);
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (AN):
1-Arquivo Góis Monteiro (AN, GM);
2-Arquivo Eurico Gaspar Dutra (AN, GD).
Museu Histórico Nacional (MHN):
1-Arquivo Gustavo Barroso (MHN, GB).
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ);
Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", São Paulo (BMMA).

II-Arquivos Particulares

Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (CPDOC);
1-Arquivo Antunes Maciel (AM);
2-Arquivo Bertholdo Klinger (BK);
3-Arquivo Getúlio Vargas (GV);
4-Arquivo Osvaldo Aranha (OA).

III-Fontes (Publicações Oficiais e Semi-Oficiais)

Atas do Ministério da Guerra, 1932-1938 (AE)
Atas das Reuniões Ministeriais, 1932-1938 (AN, CPDOC)
Anaes do Senado Federal, 1934-1937 (AN)
Almanaque do Exército, 1930-1938 (AE)
Boletins do Exército, 1930-1940 (AE)
Conferencias Telegráficas, 1930-1940 (AN, AESP, AE, CPDOC)
Correspondências, 1930-1940 (AN, AESP, AE, CPDOC)
Constituições do Brasil, 1891, 1934 e 1937 (AN)
Diário da Assembléia Nacional, 1933-1934 (AN, AESP)
Diário do Poder Legislativo, 1935-1937 (AN, AESP)
Depoimentos publicados, memórias
Discursos dos Ministros Militares, 1930-1940 (AE)
Discursos do Presidente da República, 1930-1940 (AN, AESP, AE)
Inquéritos policiais militares, 1920-1940 (ASTMRJ, ATJESP)
Legislação Federal, 1934-1938 (ATJESP, AN)
Manifestos e Proclamações dos ministros e comandantes militares, 1930-1940 (AE, AN, AESP, CPDOC, ASTMRJ, ATJESP)
Relatórios do Ministério da Guerra, 1932-1938 (AE)
Relatórios do Ministério da Marinha, 1930-1938 (AE, ASTMRJ)
Revista A Defesa Nacional, 1913-1938 (AE)
Revista Nação Armada, 1938-1940 (AE)

IV-Jornais Utilizados

A Ação, Rio de Janeiro, 1937/38-1944/46 (AN)
A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1934/37 (AN)
A Liberdade, Natal, 27/9/1935 (AN)
A Pátria, Rio de Janeiro, 1935/37 (AN)
A Platéia, Rio de Janeiro, 1932/37 (AN)
Diário de São Paulo, São Paulo, 1932/38 (BMMA)
Folha da Manhã, Rio de Janeiro, 1935/38 (AN)
O Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1932/34 (AN)
O Estado de São Paulo, São Paulo, 1930/38 (BMMA)
O Globo, Rio de Janeiro, 1933/38 (AN)
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1930/38 (AN, AESP)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Martins de - Brasil Errado . Rio de Janeiro
Civilização Brasileira, 1953.
- AMADO, Jorge - Vida de Luis Carlos Prestes. Buenos
Aires, Claridad, 1942.
- ARAGÃO, José Campos de - A Intentona Comunista de 1935. Rio
de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973.
- ARARIPE, Tristão de Alencar - Tasso Fragoso: Um pouco da
história do nosso Exército. Rio de Janeiro, Biblioteca do
Exército, 1960.
- BARATA, Agildo - Vida de um Revolucionário. Rio de
Janeiro, Editora Melso, 1962.
- BARBOSA, Francisco de Assis - Juscelino Kubistsckek: Uma
revisão da política brasileira. Rio de Janeiro, Editora
Alba, 1960.
- BARROS, João Alberto Lins de - Memórias de um
Revolucionário: A Marcha da Coluna. Rio de
Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.
- BASBAUM, Leoncio - História Sincera da República. São
Paulo, Livraria São José, 1981, V(3).
- BASTOS, Abguar - Prestes e a Revolução Social. Rio de
Janeiro, Editora Calvino, 1946.
- BELLO, José Maria - História da República. São
Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
- BILAC, Olavo - A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Biblioteca
do Exército, 1965.
- BRAUDEL, Fernand - Escritos sobre a História. São
Paulo, Perspectiva, 1978.
- La História y Las Ciencias Sociales. Madrid, Alianza
Editorial S.A , 1986.
- CALÓGERAS, Pandiá - Problemas de Administração. São
Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, 2º ed.
- CAMPOS, Francisco - O Estado Nacional: Sua estrutura, seu
conteúdo ideológico. Rio de Janeiro, José Olympio
Editora, 1941.
- CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-
1938). São Paulo, Difel, 1965, 2º ed.
- A República Velha (Instituições e Classes Sociais) 1889-
1930. São Paulo, Difel, 1970, V(I).
- A Segunda República (1930-1937). São Paulo, Difel, 1973.
- A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974.
- O Tenentismo . São Paulo, Difel, 1975.
- A Terceira República (1937-1945). São Paulo, Difel, 1976.
- O Estado Novo (1937-1945). São Paulo, Difel, 1977.
- CARVALHO, Estevão Leitão de - Dever Militar e Política
Partidária. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
- Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro, Imprensa
do Exército, 1961, V(1).

- CARVALHO, Joaquim Nunes de - 1922-5 de julho-1924. Rio de Janeiro, Edição do jornal A Noite, 1944.
- 1922-1925 . Rio de Janeiro, Editora Henrique Velho, 1944.
- CARVALHO, José Murilo de - "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador". In: O Brasil Republicano(2), Sociedade e Instituições(1889-1930). São Paulo, Difel, 1977.
- "Forças Armadas e Política(1930-1945)". In: Seminário Internacional: A Revolução de 30. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade de Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CHAUÍ, Marilena - "Apontamentos para uma crítica da razão integralista". In: Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, Cedec/Paz e Terra, 1978.
- COELHO, Edmundo Campos - Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- CORREA, Ana Maria Martinez - A Rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1976.
- "O tenentismo na década de 20". In: Anais de História. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, São Paulo, 1976, V(8).
- COSTA, João Cruz - Pequena História da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- COSTA, Vanda Maria - Com rancor e com afeto : Rebeliões militares na década de 30. Rio de Janeiro, Cpdoc, 1984, mimeo.
- COSTA, Vilma Peres - "Os militares e a primeira Constituição da República". In: A Tutela Militar. São Paulo, Editora da Revista dos Tribunais Ltda, Edições Vértice, 1987.
- COUTINHO, Lourival - O General Góis depõe . Rio de Janeiro, Livraria Coelho Branco, 1956.
- DE DECCA, Edgar - O Silêncio dos vencidos . São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DIAS, Ferreira - A Marcha da Coluna Prestes . Pelotas, Editora Globo, 1928.
- DULLES, John W.F. - Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro, Rennes Editora, s/d/p.
- DUTRA, Eurico Gaspar - O Exército em dez anos de governo . do Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, DIP, 1941.
- FAUSTO, Bóris - A Revolução de 30: História e Historiografia. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- FERNANDES, Florestan - "Resenha do Livro de Jacques Lambert - Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques " In: Revista Brasileira de Estudos Políticos Nº 7, novembro de 1959.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima(org) - Os Militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FILHO, João Café - Do Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1968.
- FILHO, Paulo Nogueira - Ideais e Lutas de um Burguês Progressista. São Paulo, Brasiliense, 1958.
- FONTOURA, João Neves de - Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 30. Porto Alegre, Editora Globo, 1963, V(3).

- FORJAZ, Maria Cecília Spina - "A Organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo." In: Revista de Administração de Empresas, nº 23, abril-junho de 1983(2).
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Um Estadista da República . Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1955, V(III).
- História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, AlfaOmega, 1978.
- GENTIL, Alcides - As Idéias de Alberto Torres. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.
- GOMES, Angela Maria de Castro - "A representação de classes na Constituinte de 1934." In: Revista de Ciência Política, nº 3, setembro de 1978, V(21).
- HENRIQUES, Afonso - Ascensão e Queda de Getulio Vargas. Rio de Janeiro, Editora Record, 1966, V(I).
- HILTON, Stanley - "A Ação Integralista Brasileira : Fascism in Brazil, 1930-1938." In: O Brasil e a Crise Internacional (1930-1938). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977.
- KLINGER, Bertholdo - Narrativas Militares . Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1946.
- Parada e Desfile duma Vida de Voluntário do Brasil. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1958.
- KOVAL, Boris - História do Proletariado Brasileiro, 1857-1967. São Paulo, AlfaOmega, 1982.
- LEAL, Hamilton - História das Instituições Políticas do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1962.
- LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, Enxada e Voto . Rio de Janeiro, Editora Forense, 1948.
- LEVINE, Robert M. - O Regime de Vargas, 1934-1938: Os anos críticos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Lourenço Moreira - A Coluna Prestes, Marchas e Combates. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- LOPES, Theodorico e TORRES, Gentil - Ministros da Guerra do Brasil (1808-1945). Rio de Janeiro, Editora do Exército, 1946.
- MAGALHÃES J.B. - A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.
- MARX, Karl - O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Rio de Janeiro, Vitória, 1956.
- MONTEIRO, Góis - A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d/p.
- MORAES, João Martin de - "O Argumento da Força." In: As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- "Alfred Stepan e o mito do poder moderador." In: Revista Filosofia Política(2). Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.
- O'DONNELL, Guillermo - "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?" In: O Estado Autoritário e Movimentos Populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral - Getulio Vargas , Meu pai. Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- POPPINO, Rollie E. - "O Processo Político no Brasil, 1929-1945" In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, julho de 1964.
- RIZZO, Eliézer de Oliveira - Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.
- "Forças Armadas: Pensamento e Ação Política." In: Inteligência Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- ROUQUIÉ, Alain - O Estado Militar na América Latina . São Paulo, AlfaOmega, 1984.
- SANTA ROSA, Virgínio - O Sentido do Tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
- SCHAWARTZMAN, Simon (org.) - Estado Novo: Um Auto-retrato. Brasília, Cpdoc/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.
- SILVA, Hélio - 1932-A Guerra Paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 1933-A crise do tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 1934-A Constituinte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- 1935-A Revolta Vermelha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- 1937-Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- O Poder Militar. Porto Alegre, L&PM Editores, 1984.
- SKIDMORE, Thomas E. - Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- SOBRINHO, Barbosa Lima - Presença de Alberto Torres. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck - A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- A Intentona Comunista de 1935. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- SOLA, Lourdes - "O golpe de 37 e o Estado Novo." In: Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difel, 1968.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello - Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1945). São Paulo, AlfaOmega, 1983.
- STEPAN, Alfred - Os Militares na Política: As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro, ArteNova, 1975.
- TÁVORA, Juarez - A guiza do depoimento sobre a revolução brasileira. São Paulo, O Combate, 1927, V(3).
- Uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1973.
- THIOLLIER, Renné - A República Riograndense e a guerra paulista. São Paulo, s/ed., 1952.
- TORRES, Alberto - A Organização Nacional. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- TORQUATO, S. di Tella - "As formas do populismo." In: Para uma Política Latino Americana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- VARGAS, Getúlio - A Nova Política do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, V(IV), 1937.
- A Nova Política do Brasil, V(V) 1938.
- WEIGLEY, Russel F. - Novas Dimensões da História Militar. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Alexander, Robert J. 3, 4
Amado, Jorge, 20
Américo, José de Almeida 45, 59, 158
Aragão, José Campos de 104
Aranha, Osvaldo 45, 99, 107, 108, 109, 114, 123, 128, 129
Araripe, Tristão de Alencar 26
Barata, Agildo 89, 97, 123, 133
Barcelos, Cristovão 46, 54
Barreto, Mena 12, 29
Barros, João Alberto Lins de 15, 25, 48
Barros, Silva 55
Barroso, Gustavo 100
Basbaum, Leôncio 15, 22, 89
Bastos, Abguar 20, 104
Bello, José Maria 11
Benévolo 150
Berger, Harry 158
Bernardes, Artur 15, 69
Bilac, Olavo 36, 37, 39
Borba, Antonio Firmino 160
Braudel, Fernand 6
Caldas, Walfredo 150
Calógeras, Pandiá 14, 17
Campello, Cleto 150
Campos, Francisco 129, 131, 141
Campos, Siqueira 91, 150
Cardoso, Espirito Santo 35, 40, 43
Carone, Edgard 16, 20, 22, 28, 31, 39, 42, 44, 65, 89, 91, 121
Carvalho, Estevão Leitão de 12, 14, 21, 22, 33, 37, 38, 76, 100, 115
Carvalho, José Murilo de 16, 21, 25, 29, 30, 31, 37, 44, 84, 118, 141
Carvalho, Joaquim Nunes 77
Cascardo, Hercolino 98
Castro, Fernando Leite de 35, 38, 45
Cavalcanti, Deschamps 160
Cavalcanti, Newton 96, 111, 120, 121, 124, 126, 156, 157
Cavalcanti, Temístocles Brandão 45
Chauí, Marilena 89
Chermont, Midosi 150
Clementino, Quintino 102
Coelho, Antonio J. 160
Coelho, Edmundo Campos 10, 21, 39, 74, 88, 92
Connif, Michael L. 40
Conselheiro, Antonio 14
Constant, Benjamin 10
Correa, Ana Maria Martinez 16
Correa, Otávio 150
Costa, Vanda Maria Ribeiro 29, 96
Costa, Vilma Peres 11
Cortez, Lauro 102
Coutinho, Lourival 23, 24, 26, 72, 110, 122, 123, 126, 128, 131, 132, 139

Cunha, Flores da 42, 60, 70, 109, 114
 Cunha, Francisco Solano da 45
 De Decca, Edgar 22
 Dias, Ferreira S. 20
 Dias, Isidoro 19
 Dulles, John W.F. 24
 Dutra, Djalma 150
 Dutra, Eurico Gaspar 97, 105, 111, 121, 122, 124, 126, 140, 145, 146
 146, 147, 159, 160, 164, 166
 Ernesto, Pedro 104
 Falcão, Negreiros 54
 Fausto, Bóris 22, 25
 Fernandes, Florestan 6
 Filho, Aluísio 42, 52, 62
 Filho, Daltro 55
 Filho, João Café 102, 103, 104
 Filho, Paulo Nogueira 24, 28
 Figueiredo, Euclides de Oliveira 37, 99
 Figueiredo, Eurico de Lima 27, 40, 43, 65
 Flynn, Peter 40
 Fonseca, Deodoro da 10, 13
 Fonseca, Hermes da 12, 15
 Fontoura, Guedes da 94, 95, 97, 99, 107
 Fontoura, João Neves da 81
 Forjaz, Maria Cecília Spina 16
 Frágoso, Tasso 29
 Franco, Afranio de Melo 26, 45
 Franco, Afonso Arinos de Melo 26
 Galvão, João Batista 102
 Gomes, Angela Maria de Castro 47
 Gomes, Eduardo 145, 146
 Guilhén, Aristídes 164
 Guimarães, Protógenes 35, 45
 Hilton, Stanley 89
 Klinger, Bertholdo 37, 38, 55, 75, 86, 99
 Leal, Victor Nunes 23
 Leite, Carlos da Costa 150
 Levine, Robert M. 3, 4, 89
 Lima, Correia 84
 Lima, Lourenço Moreira 20
 Lima, Valdomiro 61
 Lopes, Theodorico 23
 Luiz, Washington 22, 24, 81
 Machado, Cristiano 58, 60, 67
 Maciel, Antunes 45, 71
 Maciel Filho, J.S. 123
 Macedo, José 102
 Magalhães, João Batista 15, 38, 44, 83, 89
 Magalhães, Juracy 123
 Mangabeira, João 45
 Marinho, Abelardo 47
 Marx, Karl 7
 Mascarenhas, João Batista de Moraes 14

Medeiros, Borges de 70
 Melo, Custódio de 11, 13
 Monteiro, Manuel Góis 53, 54, 55
 Monteiro, Pedro Aurélio de Góis 23, 24, 26, 31, 33, 34, 35, 42, 45, ,
 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 70, 71, 72, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89
 92, 94, 106, 107, 112, 113, 115, 120, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 137 ,
 139, 141, 143, 144, 145, 147, 156, 158, 159, 160
 Moraes, João Quartim de 13, 15
 Moraes, Prudente de 74
 Moura, Almério de 124, 156
 Mourão, Olímpio 121
 Müller, Filinto 156, 158
 Neves, Andrade 39
 Neto, José Coelho 123, 125, 156, 157, 158, 159, 160
 Noronha, Isaías de 38
 Osório, Amorety. 98
 Peixoto, Adacto 48, 49
 Peixoto, Alzira Vargas do Amaral 24, 50, 69, 107, 138
 Peixoto, Floriano 11
 Pessoa, Pantaleão 92, 96, 111
 Poppino, Rollie E. 145
 Prado, Newton 150
 Práxedes, José 102
 Prestes, Luis Carlos 13, 19, 24, 89, 90, 91, 92, 98, 103, 157
 Preto, Visconde de Ouro 10
 Rabelo, Manuel 51, 60, 61, 101, 160
 Ramos, Graciliano 143
 Ramos, Nereu 123
 Rao, Vicente 155
 Resende, Delfino 55, 56
 Ribeiro F. 100
 Ribeiro, João Gomes 83, 94, 97, 106, 111
 Rollemberg, Antonio 150
 Rollin, Moesi 150
 Sales, Armando 131
 Santa Rosa, Virgínio 16
 Seabra J.J. 52, 53
 Schwartzman, Simon 139
 Silva, Benício da 159
 Silva, Faria e 19
 Silva, Hélio Ribeiro da 16, 27, 28, 49, 89, 97, 101, 131
 Simeão, José 11
 Sisson, Roberto Henrique 98, 150
 Skidmore, Tomás E. 3, 4, 22
 Sobrinho, Barbosa Lima 36
 Sodré, Nelson Werneck 31, 89, 90, 119, 141
 Távora, Joaquim 150
 Távora, Juarez 16, 19, 21, 45, 91
 Thiollier, Renné 33
 Torres, Alberto 36, 37, 39
 Torres, Gentil 23
 Torquato, S. di Tella 80
 Tourinho, Plínio 150
 Trindade, Hégio 89

Valadares, Benedito 123

Vargas, Getulio Dorneles 3, 4, 5, 22, 24, 26, 28, 40, 41, 42, 44, 47, 49
51, 52, 53, 57, 58, 60, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 81, 82, 85, 91, 94, 97, 98, 101
104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 122, 126, 128, 131, 132, 138
142, 145, 146, 147, 148, 155, 168

Vasconcelos, Meira 113

Villas Boas, João 48

Wandenkolk, Eduardo 11